

ADILSO DE CAMPOS GARCIA

**A PARTICIPAÇÃO DOS ÍNDIOS GUANÁ NO PROCESSO DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO SUL DE MATO GROSSO
(1845-1930).**

DOURADOS-MS

Dezembro-2008

ADILSO DE CAMPOS GARCIA

**A PARTICIPAÇÃO DOS ÍNDIOS GUANÁ NO PROCESSO DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO SUL DE MATO GROSSO
(1845-1930).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Zorzato.

DOURADOS-MS

Dezembro-2008

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFGD

980.41 Garcia, Adilso de Campos
G216p A participação dos índios Guaná no processo de desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso (1845-1930)./ Adilso de Campos Garcia. – Dourados, MS: UFGD, 2008.
144 f

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Zorzato
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Índios Guaná (Terena) e a Ocupação Territorial - Mato Grosso, Região sul. 2. Legislação Indigenista 3. Trabalho Indígena Guaná (Terena). 4. História econômica - Mato Grosso, Região sul. I. Título.

ADILSO DE CAMPOS GARCIA

**A PARTICIPAÇÃO DOS ÍNDIOS GUANÁ NO PROCESSO DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO SUL DE MATO GROSSO
(1845-1930).**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e Orientador _____

2º Examinador _____

3º Examinador _____

Dourados, _____ de _____ de _____.

DADOS CURRICULARES

Nome: Adilso de Campos Garcia

Data de Nascimento: 07/06/64

Naturalidade: Penápolis – SP.

Filiação: Rafael de Campos e Carmen Garcia Campos

Graduado em História pela UFMS, no ano de 1992.

Pós Graduação em História Contemporânea pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patrocínio, (MG), no ano de 1993.

2006-2008: Curso de pós-graduação em nível de Mestrado em História – Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD/MS

RESUMO

Desde os tempos coloniais, os europeus que vieram para o Brasil enfrentaram o problema da carência de braços para cultivar o solo, mormente nas Províncias do Oeste. A expansão dos colonos hispânicos contribuiu para que os Guaná, dentre eles o subgrupo Terena, se deslocassem para o Mato Grosso. Caracterizados como excelentes agricultores, produziam alimentos para a subsistência e vendiam o excedente para a sociedade envolvente. Agindo em consonância com a política indigenista brasileira, participaram da catequização, na manutenção dos aldeamentos religiosos, trabalharam como remeiros, oleiros, na limpeza dos rios e lutaram ao lado do Império na Guerra da Tríplice Aliança. Todavia, a célere expansão pastoril usurpou e espoliou seus territórios, sendo obrigados a trabalhar nas fazendas em regime de semi-escravidão e camaradas de conta, situação esta que se estendeu até o limiar do século XX, quando Rondon iniciou a demarcação das Reservas. Prestaram serviços como diaristas e mensalistas na abertura e manutenção das fazendas, na construção das estradas de automóveis, linhas telegráficas e da Ferrovia NOB. Dessa forma, através de um levantamento bibliográfico e análise documental, busca-se levantar nesta pesquisa elementos que permitam dar suporte às evidências da importante participação e contribuição da mão-de-obra indígena Terena para o desenvolvimento econômico do Sul de Mato Grosso.

Palavras-Chave: Sul de Mato Grosso, Mão-de-obra, Guaná, Terena.

ABSTRACT

Since the colonial times, the europeans that came to Brazil faced the problem of the lack of arms to cultivate the soil, especially in the Provinces of the West. The hispanic settlers expansion contributed to the moving of Guaná, among them the Terena's subgroup, to Mato Grosso. Characterized as excellent farmers, they produced foods for the subsistence and sold the surplus for the involving society. Acting in consonance with the brazilian indigenist politics, they participated of catechization in order to maintain the religious indian settlement, they worked with rowing, potters, cleaning the rivers and they struggled beside the Empire in Triple Alliance's War. Nevertheless, the fast pastoral expansion usurped and despoil their territories, being forced to work in the farms in semi-slavery regime and bill comrades, whose situation is extended until the threshold of the 20th century, when Rondon begins the demarcation of the Reservations. They rendered services as daily and monthly paid employee in the opening and maintenance of the farms, in the construction of highways of automobiles, telegraphic lines and railroad NOB. In this way, through a bibliographical rising and documental analysis, seeks to raise in this research elements that allow to give support to the evidences of the important participation and contribution of the Terena indigenous labor for the economical development of the South of Mato Grosso.

Key-Words : South of Mato Grosso, Indigenous Labor, Guaná, Terena.

DEDICATÓRIA.

Dedico à minha esposa Lucimeire e aos meus filhos Rafael e Giovana, que souberam suportar e compreender, por várias vezes, a minha ausência em prol desse sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, pela dádiva da Vida.

A minha família, esposa e filhos, agradeço pelo incentivo e apoio constante.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Osvaldo Zorzato, pela orientação firme e segura, pela grande presteza, solidariedade e profissionalismo e, principalmente, por ter contornado com sapiência as várias situações adversas que surgiram durante minha caminhada.

Aos amigos Norton e LÍlian, por terem me incentivado desde o início e acreditado que seria possível a realização desta pesquisa.

Aos amigos Nélio e Noemia, pela conversa inicial a respeito do pré-projeto.

Aos meus pais, Rafael e Carmem, que sempre me ensinaram a trilhar o caminho da honestidade e da perseverança.

Aos meus irmãos Adalberto e Adalgiza, e ao cunhado João Sérgio, que contribuíram direta ou indiretamente para realização deste trabalho.

Ao amigo Félix (Maguila) e sua família que, por algumas vezes, gentilmente me hospedaram em sua casa em Dourados, quando da realização da prova do Mestrado.

A todos os colegas do Mestrado, pelos momentos de convivência. Em especial, aos companheiros de moradia temporária, Thiago e Leandro, pelo apoio e pelas opiniões.

A Leisa, pela presteza e pela força dada em meus momentos de dúvidas, e ao João com quem compartilhei momentos de preocupação constante.

Quero prestar meus agradecimentos também a todos os professores do Mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD, em especial ao Cláudio A. Vasconcelos, Paulo Roberto Cimó Queiroz, Eudes Fernando Leite, Jorge Eremites de Oliveira, Levi M. Pereira, pelo apoio e pelos ensinamentos transmitidos e que muito contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao Marcelo Amaral e sua família, pelo apoio e colaboração que foram de fundamental importância durante o processo de elaboração deste trabalho.

Às famílias de Dolório Afonso Vilela e Marco Antônio Gomes de Almeida, pela hospitalidade nos períodos da realização da pesquisa em Cuiabá.

Aos funcionários do Arquivo Público de Mato Grosso - APMT, em especial à Luzinete Xavier de Lima, pela atenção e colaboração prestada.

Ao “velho amigo” Washington Luiz, que ventilou e incentivou a idéia de se investir no Mestrado, e ajudou a corrigir as citações.

Ao amigo José Martins de Souza e família, pela disponibilidade na correção deste texto, colaborando nos momentos de maior necessidade.

Aos colegas Vera Lúcia F. Vargas e Ricardo S. da Silva, agradeço pelas valiosas sugestões e contribuições que prestaram na realização deste trabalho, colocando ainda seus acervos a minha disposição.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Indígenas-NEPPI, na pessoa do Sr. Fernando A. A de Almeida, pelo apoio e profissionalismo por ocasião da realização das minhas pesquisas junto à Universidade Católica Dom Bosco- UCDB/MS

No processo de povoamento de Mato Grosso do Sul, os Terena foram importantíssimos para os primeiros moradores não-índios da região, como remadores e produtores de bens, como mão-de-obra nas fazendas de criação de gado, trabalhando em regime de semi-escravidão. Já no início do século XX, trabalharam na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e das linhas telegráficas da região, levantadas pela comissão de engenharia, chefiada por Rondon.

Silvia M. Schmuzige Carvalho et al –
“Bibliografia crítica dos povos Aruák do Mato Grosso do Sul
e do Grande Chaco”

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT	7
LISTA DE IMAGENS	13
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - OS GUANÁ E AS FRENTES DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL NO ANTIGO SUL DE MATO GROSSO.....	21
1.1 Quem são os Guaná e a Região do Chaco	21
1.2 Os Guaná e as Relações Inter-Étnicas	24
1.3 A Presença Guaná no Sul de Mato Grosso.....	27
CAPÍTULO 2 - A LEGISLAÇÃO INDIGENISTA NOS SÉCULOS XIX E XX, CATEQUESE, GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA E RESERVAS.....	30
2.1 O Decreto de 1845 e as Tentativas de Aldeamento e Catequese	30
2.2 A Guerra da Tríplice Aliança	41
2.3 A Constituição das Fazendas	51
2.4 O SPI e a Constituição das Reservas	58
CAPÍTULO 3 - O TRABALHO DOS ÍNDIOS GUANÁ (TERENA) NO SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO	66
3.1 Modalidades de Trabalho Envolvendo os Terena	66
3.2 As Ocupações dos Índios nos Serviços Públicos nos Séculos XIX e XX.....	90
3.3 As Linhas Telegráficas e a Mão-de-Obra Indígena.....	107
3.4 A Ferrovia NOB e a Mão-de-Obra Indígena	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
FONTES MANUSCRITAS	133
FONTES IMAGÉTICAS	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 -	A Retirada da Laguna.....	47
Figura 2 -	Dois índios Terêna, dos que combateram na Guerra da Tríplice Aliança, com uniformes de oficiais em desuso.....	48
Figura 3 -	A aldeia do Ipégue onde vivem índios Terêna.....	50
Figura 4 -	A ocupação de Mato Grosso.....	62
Figura 5 -	Fazendo arreoio - Aldeia do Bananal.....	75
Figura 6 -	Índios Terena marcando gado.....	77
Figura 7 -	O depósito de locomotivas em Miranda em 1941.....	82
Figura 8 -	Índios Terena fazendo tijolos.....	93
Figura 9 -	Índios Terêna e Caiuá da turma de Levantamento de Pôstes – Construção da Linha Telegráfica de Ponta Porã.....	108
Figura 10 -	Índios Terêna e Caiuá na construção da Linha Telegráfica de Ponta Porã.....	111
Figura 11 -	Índios Terêna na construção da Linha Telegráfica de Ponta Porã.....	114
Figura 12 -	A estação de Ligação em 1976.....	118

LISTAS DE ABREVIATURAS

APMT	- Arquivo Público de Mato Grosso
CEL.	- Coronel
CGAF	- Coordenação Geral de Assuntos Fundiários
CIMI	- Conselho Missionário Indigenista
D.	- Dom
DEDOC	- Departamento de Documentação
DGI	- Diretoria Geral dos Índios
FOTG.	- Fotograma
FUNAI	- Fundação Nacional do Índio
GAL.	- General
ISAMU	- Inland South American Indian Mission Union (anglo-norte-americana)
MS	- Mato Grosso do Sul
MT	- Mato Grosso
NEPPI	- Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas
NOB	- Noroeste do Brasil
SAIM	- South American Indian Mission (norte-americana)
SP	- São Paulo
SPI	- Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN	- Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
UCDB	- Universidade Católica Dom Bosco
UFGD	- Universidade Federal da Grande Dourados
UNIEDAS	- União das Igrejas Evangélicas da América do Sul

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pautou-se por uma abordagem na linha da história indígena, e teve como objetivo principal buscar elementos que permitissem evidenciar e proporcionar discussões acerca da contribuição e participação do trabalho dos índios Guaná (Terena) na região Sul de Mato Grosso – MT, entre os anos de 1845 a 1930.

Procurou-se analisar e apreender o envolvimento, as circunstâncias e estratégias nas relações de trabalho em que esses índios estiveram inclusos no processo de ocupação e desenvolvimento dessa região, sobretudo após o envolvimento do Brasil na Guerra da Tríplice Aliança (1864 / 1870), o reordenamento territorial e a conseqüente (re) articulação das aldeias e de todo o sistema produtivo de trabalho dos Terena nas suas relações com o meio externo não índio.

O texto apresentou como foco principal a identificação do esforço e o grau de participação do trabalho indígena no desenvolvimento da região Sul de Mato Grosso, as vicissitudes a que estiveram sujeitos esses índios que representavam basicamente a única mão-de-obra disponível nos ermos sertões mato-grossense, e proporcionou argumentações a respeito da colonização, política indigenista, da questão dos territórios e do suporte laboral ao Império e, posteriormente, à República Brasileira.

Pretendeu-se, com esta pesquisa, pontuar e discutir fontes documentais que pudessem dar fundamento no sentido de se verificar, identificar, analisar e investigar os elementos que permitissem compreender e evidenciar a efetiva e importante participação do trabalho indígena dos Guaná (Terena) no Sul de Mato Grosso. As fontes documentais oficiais foram trabalhadas com maior intensidade para dar suporte à pesquisa e, em pequena escala, as imagens, a título ilustrativo.

Esclarece-se, portanto, que o foco direcionado às imagens, neste trabalho, não teve objetivo outro que não o de ilustrar uma narrativa com a finalidade de se comprovar visualmente um testemunho representativo de um acontecimento, em um determinado

contexto histórico, não sendo, portanto, objetivo deste trabalho discutir e ou problematizar as fontes visuais, salvo um ou outro questionamento.

No decorrer desta pesquisa, esforçou-se pelo estabelecimento de um contato com as fontes de forma cautelosa e criteriosa, procurando-se estar atento para o conteúdo implícito que se apresenta nas entrelinhas desses documentos, que foram produzidos dentro de uma conjuntura histórica e, portanto, reconhecidamente influenciados pelas diretrizes da política indigenista brasileira da época que tinha, como alvo, o processo de civilização e inserção dos índios no mercado de trabalho regional.

Assim sendo, essas representações foram frutos de uma parcela da sociedade que as produziu em uma determinada conjuntura e que interpõe um emaranhado de relações de poder e manipulação de documentos. Tais fontes estão envoltas por uma carga de intencionalidade, conceitos e preconceitos, e carregam consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão responsável pela sua redação. Destaca-se que as citações das fontes foram transcritas literalmente tais como se encontram nos documentos, para que não se perca qualquer detalhe inerente aos elementos de temporalidade.

A perspectiva de análise que se procurou utilizar foi a de uma nova história indígena, procurando-se também resgatar o papel dos índios e dos agentes históricos, tomando-se como suporte as pesquisas realizadas por Pacheco de Oliveira, Monteiro, Souza Lima, Cunha, dentre outros. Em outros termos, sua história diante de contextos concretos que implicam em mudanças que decorrem de estratégias e adaptações que levam em conta sempre as dinâmicas internas das sociedades indígenas.

Este estudo propõe discussões que foram organizadas em três capítulos: no primeiro, faz-se uma breve digressão com o objetivo de contextualizar os Guaná (Terena) na região do Chaco, suas relações inter-tribais, e o processo de deslocamento para o Sul de Mato Grosso, a partir da literatura existente.

No segundo capítulo, o objetivo foi o de demonstrar os aspectos da legislação indigenista vigente, os interesses desses indígenas ao participar da Guerra da Tríplice Aliança, a cessão e venda de “terras devolutas” pelo Governo de Mato Grosso à sociedade envolvente, e as demarcações de territórios indígenas no início do século XX.

No terceiro capítulo, considerado como o foco central desta pesquisa, buscou-se esboçar um painel, interligando-o a uma série de modalidades de trabalho nos quais os

Terena estiveram envolvidos, e que contribuíram, sobremaneira, para o desenvolvimento do Sul de Mato Grosso.

O recorte temporal, aludido neste trabalho de pesquisa, abrangeu os anos de 1845 a 1930. A primeira data refere-se à instituição do Regulamento acerca das Missões de Catechese e Civilização dos Índios, quando ocorreu um (re) ordenamento das relações de trabalho dos indígenas no Brasil independente.

Por sua vez, em 1930, já estavam em vigor as principais orientações da política indigenista republicana, que nortearam o processo de demarcação das terras indígenas dos Terena no Sul de Mato Grosso, realizada pelo Serviço de Proteção aos Índios - SPI.

Em Cachoeirinha e Ipegue, a demarcação ocorreu no ano de 1905, na época município de Miranda. A delimitação das terras indígenas do Buriti deu-se em 1922, pertencentes ainda ao município de Aquidauana; a legalização de terras no lugar denominado “Brejão”, no município de Nioaque, ocorreu no ano 1924.

Ficaram essas comunidades indígenas, por conseguinte, restritas a um território exíguo, impondo-se, assim, aos índios, desafios no sentido de se adaptarem às exigências econômicas, sociais e políticas daí decorrentes. Entretanto, foi em grande parte devido à ação protetora do SPI, com a demarcação de territórios, que a população dos Terena conseguiu sobreviver ao impacto da sociedade brasileira.

O motivo de o recorte temporal ser relativamente extenso deu-se em função de as informações encontradas nas fontes serem fragmentadas. O espaço geográfico desta pesquisa restringiu-se ao Sul de Mato Grosso, em especial ao Baixo Paraguai¹, considerado como uma região densa em termos das comunidades indígenas dos Guaná (Terena).

A vinda dos Guaná (Terena) para o Sul de Mato Grosso deu-se por volta da segunda metade do século XVIII, acompanhando seus “senhores” Mbayá-Guaicuru, em virtude da expansão pastoril hispânica no interior da região que viria a ser o país Paraguai, instalando-se em, grande parte, nas localidades banhadas pelos rios Miranda e Paraguai.

Apesar da obrigatoriedade do pagamento de tributos aos Mbayá-Guaicuru (Kadiwéu), os Guaná (Terena) recebiam deles presentes, e ainda contavam com sua proteção quando da iminência de serem atacados por outros índios da região. Qualificados como agricultores, os Guaná produziam alimentos em suas aldeias, tanto para sua

¹ Corresponde, segundo documentos oficiais datados do século XIX, a toda região que abrange as localidades de Albuquerque, Corumbá, Miranda e circunvizinhanças.

subsistência, como vendiam o excedente para os regionais, em uma região então caracterizada pelo incipiente desenvolvimento de atividades rurais.

Caracterizados como “amigos” das autoridades brasileiras, os Terena, já no século XIX, participaram do processo de aldeamento nas imediações de Albuquerque e Miranda, e ainda contribuíram para o processo de catequização de outras etnias. Essa doutrinação era feita por religiosos, que ensinavam a arte das letras e vários outros ofícios, como carpinteiro, latoeiro e marceneiro, o que, posteriormente, foi colaborando para a constituição de sua *civilidade*, conforme entendimento do povo não índio.

Os índios Terena interagiram estreitamente com a política indigenista, trabalhando como oleiros e remeiros em companhia dos índios canoeiros que singravam os rios da bacia pantaneira. Com o passar do tempo, foram sendo remanejados para as regiões de Dourados e São Paulo para incentivarem o desenvolvimento da agricultura entre as outras etnias.

A Guerra da Trílice Aliança foi um “divisor de águas” na trajetória dos Terena, que lutaram ao lado do Império, tendo, entre outros motivos, o de preservarem e ou reconquistarem seus territórios, diante da destruição das suas aldeias.

O célere processo de expansão da pecuária no Sul de Mato Grosso, no pós-guerra, espoliou os antigos territórios dos Terena. Esses índios eram estigmatizados como “bugres”, pela população não índia, e passaram a viver, em grande parte, nas fazendas, em condição de semi-escravidão, na verdade em situação de cativo. Ainda trabalharam na condição de camaradas mensalistas, e ou fazendo changas nos mais variados serviços; sendo considerados excelentes campeiros.

Face o que pontuou Zorzato (1998a), a sociedade envolvente, mormente os fazendeiros, ao exteriorizarem os seus “feitos heróicos”, “sua bravura”, reservaram aos índios Terena o papel de coadjuvantes, como se fossem uma espécie de acessórios dessa “intrepidez”, qualidade com que esses colonos se auto-revestiram, enquanto as comunidades indígenas foram relegadas ao extrato mais baixo da população, como uma mão-de-obra barata e submissa.

Um detalhe que chamou a atenção nesta pesquisa foi a participação desses índios invariavelmente na vida daquelas pessoas de baixa condição social, que buscavam recursos financeiros para garantir a subsistência alimentar de seus familiares. Muito

embora não tenha sido objeto deste trabalho² entrar no mérito da questão do local que foi reservado, pelo discurso histórico regional, às comunidades dos Terena, optou-se por fazer uma breve alusão a tal fato para clarear entendimentos a respeito de assuntos que ainda estão por vir.

No tocante à participação do trabalho indígena dos Terena no Sul de Mato Grosso, esses prestavam serviços como agricultores e peões nas fazendas, alugavam seu trabalho à navegação fluvial, mantinham uma produção diversificada de excedente de alimentos em suas aldeias e interagiam com a política indigenista em obras de infraestrutura. Essas informações podem ser encontradas nos Relatórios de Presidentes de Províncias, Relatórios da Diretoria Geral dos Índios - DGI, e Relatórios do extinto SPI.

No início do século XX, quando trabalharam junto a Rondon nas construções das linhas telegráficas, deu-se o processo de delimitação e ou demarcação das suas Reservas. Outra obra de infraestrutura em que os Terena tiveram uma considerável participação foi na construção da Ferrovia Noroeste do Brasil - NOB, que cortou seus territórios.

Quando se propõe investigar uma determinada temática histórica, espera-se uma postura, por parte do investigador, racional e coerente, e que não esteja apaniguada, nem tampouco eivada de influências e vícios da camada da sociedade à qual está atrelado. Mediante o exposto, esclarece-se que o objetivo do pesquisador deste estudo se compatibiliza com o exposto por Thompson, (1981, p. 57): *seu objetivo é reconstituir, “explicar”, e “compreender” seu objeto: a história real*. Não obstante, isso não quer dizer que ele deva ficar à margem do processo histórico, pois é plausível apontar possíveis sugestões e soluções, engendrando visibilidade às discussões dos temas.

Os conceitos utilizados neste trabalho de pesquisa, bem como os autores com quem se procurou dialogar foram especialmente: Açcolini, (2004), Azanha (2001, 2004), Barros (1989), Bitencourt e Ladeira (2000), Carvalho E. (1979), Carvalho S. (2001, 2002), Castro (2002), Cunha (1992, 2002), Eremites de Oliveira (2001, 2003, 2004, 2005), Ferreira (2002, 2007), Monteiro (1989, 2004), Moura (2001), Pacheco de Oliveira (1998, 1999, 2004), Pereira (2003, 2005, 2008), Queiroz (1997, 2004), Souza Lima (1995, 2002), Vargas (2003, 2005), Vasconcelos (1986, 1999), Zorzato (1998).

² Sobre o lugar do índio na historiografia mato-grossense ver: Zorzato (1998b), Guillen (1998) e Galetti (2000).

Além dos estudos de Cardoso de Oliveira (1960, 1968, 1972, 1976) que, juntamente com outros pesquisadores da temática indígena, compõem a bibliografia a respeito dos índios Terena. É válido destacar que alguns desses pesquisadores trabalharam com o conceito de *troncos*.

Como já foi abordado, a presença indígena dos Terena no Sul da Província de Mato Grosso remonta desde a segunda metade do século XVIII. Esses índios estavam divididos em famílias nucleares e reunidos em torno da figura de um casal de velhos, ou um ancião, caracterizado como *tronco*; esse líder aglutinava um conjunto de parentes, sendo por ele articulados, e que deveria proclamar a disposição de conservar o grupo unido.

Os Terena, geralmente ao referirem-se ao *tronco*, usam a denominação de *kurú*, conforme observou Pereira (2008), acrescentando ainda que, apesar de todos os velhos serem, a grosso modo, conhecidos como *troncos*, nem todos possuem as condições para ocupar essa posição social de articulador do grupo, pois o *tronco* deve demonstrar habilidade política .

Esse grupo é formado por parentes que devem demonstrar solidariedade e abraçar as determinações do seu *tronco* articulador. O autor acima citado identifica e faz importantes esclarecimentos quanto à definição de aldeia sob a ótica da morfologia social, e a denominação de *troncos* nos aspectos sociológicos e lingüísticos:

Do ponto de vista da morfologia social terena, uma *aldeia* pode ser definida como sendo formada pela associação de uma rede de *troncos*, conforme já registramos em partes anteriores do presente livro. Por sua vez, o *tronco* pode ser sociologicamente definido enquanto uma parentela bilateral, articulada por certo número de casais de velhos, cujos componentes reconhecem entre si vínculos sanguíneos próximos. (...) No uso lingüístico, *tronco* é o designativo genérico para as pessoas idosas, implicando o reconhecimento da ascendência coletiva dos Terena e o respeito pela posição social ocupada pelas pessoas mais idosas. (PEREIRA, 2008, p. 83, nota de rodapé n° 33).

No entendimento dos índios Terena mais idosos, mediante o que assinalou Azanha (2004a), esses se reportavam aos *troncos* fundadores como sendo o daquelas primeiras famílias, das quais se recordam que se reagruparam nos campos tradicionais de ocupação após a Guerra da Tríplice Aliança, ou que se instalaram em “terras devolutas” no decorrer da referida guerra, ficando nessa região e não regressando às áreas antigas.

Eremites de Oliveira & Pereira (2003) pontuaram que nos *troncos* coexistem pessoas que se consideram vinculadas por grau de parentesco, assentadas na consangüinidade ou afinidade, e quando o *tronco* viesse a sucumbir, essa posição poderia ser preenchida por sua mulher, por um irmão ou um filho do casal.

Quanto ao termo fundação, essa seria a ação de um casal no ato de formar um novo *tronco*. Isso fundamenta a dinâmica interna dos Terena na medida em que os elementos dos *troncos* são estimulados a experiências externas com a finalidade de apropriar-se dos códigos culturais e espaços, inclusive econômicos, através dos quais fortalecem e dinamizam novos *troncos*.

No que se reporta à questão do ponto de vista deste trabalho, pretendeu-se enfocar a perspectiva do desenvolvimento referente ao processo de uma economia de mercado, com o acomodamento e disciplinamento das sociedades indígenas em territórios, com forte presença do Estado na criação de obras de infra-estrutura, sendo que em todas essas construções e realizações localizadas no Sul de Mato Grosso, é atribuída a participação da mão-de-obra dos índios Guaná (Terena).

Essa é a questão primordial deste estudo, ou seja, suscitar indícios e trazer à tona discussões e evidências que possam demonstrar a importante participação da mão-de-obra indígena, que serviu de sustentáculo para a sociedade envolvente e a construção de obras de infra-estrutura para servir a essa sociedade

Assim, é dentro desta temática de valorização da mão-de-obra indígena que esta pesquisa se situa, especificamente sobre o sentido da participação e contribuição do trabalho dos índios Guaná (Terena) no processo de desenvolvimento econômico da região do Sul de Mato Grosso.

CAPÍTULO 1

OS GUANÁ E AS FRENTES DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL NO ANTIGO SUL DE MATO GROSSO

1.1 Quem são os Guaná e a Região do Chaco

Neste presente trabalho de Dissertação, optou-se pela classificação de Cardoso de Oliveira (1976) para os índios Guaná, sendo caracterizados como uma sociedade formada por vários subgrupos, entre eles os Terena, Laiana, Kinikináo e Exoaladi.

Evidencia-se que esse último subgrupo é também conhecido com o nome de “Guaná”, e que, segundo o autor, este fato tem provocado uma relativa confusão por coincidir com a designação do conjunto dos Guaná. Desta maneira, apenas quando as fontes explicitarem o nome tribal é que será empregada outra designação.

De acordo com o que pontua Taunay (1931), em relação aos Chané, é possível dividi-los em quatro grupos, sendo eles: os Terena, que respondem por três quintos da população; os Laiana; os Kinikináo e ainda os Guaná, sendo a língua Aruák comum a estes grupos, salvo pequenas alterações.

No tocante às designações que envolvem os Chané e Guaná, Cardoso de Oliveira (1960), após apreciar trabalhos de Métraux, e algumas fontes primárias, tais como

as de Azara, Aguirre e Labrador, opta pela denominação de Guaná para todos os grupos Aruák-Txané da Bacia do Paraguai.

Face às controvérsias que pairavam em meio aos cronistas setecentistas, em relação à tradução do termo Guaná, acentua-se *que a palavra Guaná realmente não é outra senão uma designação especial, dada pelos conquistadores espanhóis, aos grupos Txané da bacia do Paraguai.* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 25).

No final da década de 1970, em sua Tese de Doutorado, ao discutir a sua contribuição à história dos Terena, Carvalho aborda e propõe que, apesar de não haver *uniformidade entre os autores quanto à divisão e classificação dos vários grupos da “nação”, parece que Chané / Guaná poderá ser o nome geral de todos os grupos aruaque localizados em terras chaquenas (...).* (CARVALHO, 1979, p. 25).

Ao se referir aos Guaná ou “Chaná”, Oberg (1990) apresenta estes termos como se fosse uma representação atribuída de uma forma geral, quando se referiam aos Aruák, do lado oriental do Chaco.

Ao estudar as sociedades indígenas do Chaco, e de parte do Mato Grosso do Sul - MS, Schuch (1995) ponderou que utilizou o indicativo “Chané” como uma referência genérica para se referir a todas as populações citadas com este nome no Alto Paraguai, no período posterior ao século XV, tanto para os grupos que estavam estabelecidos ao norte de Corumbá (MS), bem como para aqueles que habitavam a região nas proximidades do Fecho dos Morros, às margens do Rio Paraguai, no Pantanal.

No decorrer de seu trabalho de Dissertação, quando se propôs a discutir os Terena nos textos etnográficos, Ferreira refere-se aos Guaná como sendo uma *designação genérica que era atribuída a um conjunto de povos indígenas que habitavam o Chaco Paraguaio do qual os Terena – segundo a literatura antropológica - faziam parte.* (FERREIRA, 2002, p. 53 - nota de rodapé nº. 5).

Em um trabalho de perícia de grande monta, realizado em 2003 por Eremites de Oliveira e Pereira para a ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, reivindicada pelos índios Terena de Mato Grosso do Sul, os autores pontuaram que:

Guaná-Txané, também citado como Guaná, Chané ou Chané-Guaná, é uma categoria genérica, utilizada por cronistas e viajantes antigos, para designar vários grupos étnicos que habitavam a região do Chaco e do Pantanal, pertencentes ao tronco lingüístico Aruák,

hoje englobados pela designação de **Terena**. (EREMITES DE OLIVEIRA & PEREIRA, 2003, p. 242).

Por conseguinte, foi utilizado neste trabalho de Dissertação o termo Guaná, de acordo com a terminologia utilizada nos relatos dos viajantes que percorreram o Mato Grosso, bem como nos documentos oficiais pesquisados. Até o final do século XIX, as fontes se referem aos Guaná. Já a partir do início do século XX, os documentos têm preponderado uma referência maior aos Terena sobre os outros subgrupos.

Em praticamente toda a literatura clássica, que diz respeito às populações indígenas da região chaquenha, os Terena são tidos como pertencentes ao grupo Chané – Aruák, e que habitavam a região do Chaco.

Em termos geográficos, acredita-se que os índios Guaná (Terena) habitavam a região que *pertence à grande depressão do rio Paraguai superior, conhecida como Chaco*. (OBERG, 1990, p. 22). Tal região apresenta uma variação de temperatura saliente, atingindo a marca de *quase 38° C* no verão, sendo o inverno marcado por *temperaturas gélidas*. Assevera o referido autor, ainda, que havia evidências de que a agricultura dos Terena no Chaco era responsável pela base de sua subsistência e sobrevivência; todavia, essa região é, por sua vez, caracterizada por constituir-se de consideráveis recursos naturais: a pesca, crustáceos³, a caça e plantas alimentícias.

Em seus estudos sobre a história do povo Terena, as pesquisadoras Bittencourt e Ladeira declararam que as comunidades indígenas que dialogavam a língua Aruák eram geralmente denominadas pelos europeus que se encontravam no Êxiva de Guaná; e escreveram que os *avós contam que os Terena viviam antigamente no Êxiva, lugar conhecido pelos purutuyé⁴ como Chaco*. (BITTENCOURT & LADEIRA, 2000, p. 35).

A região do Chaco (do Quéchuá “Chacu”), face ao que publicou Carvalho (2001, 2002), caracteriza-se por ser uma imensa planície, que em virtude da exploração da madeira, da pecuária e da extração do tanino⁵, acabou por degradar a vegetação original; tal região abrange terras da Bolívia (Tucumán), Paraguai, Argentina e Brasil.

³ São vulgarmente conhecidos como camarões, cracas, tatuzinhos, lagostas, caranguejos e siris;

⁴ É como os Terena se referem aos brancos e ou à sociedade não índia em geral;

⁵ Substância adstringente e amarga, também chamada ácido tânico, que se encontra na casca de numerosas árvores e nas frutas verdes.

No Brasil, esta região alagadiça alcança até pouco abaixo da cidade de Miranda, conhecida como Pantanal mato-grossense, que apresenta um declive mínimo, e com algumas áreas, principalmente nos capões de mato cobertos por salinas, também denominadas de barreiros⁶.

Por sua vez, Eremites de Oliveira ponderou que, conforme a sub-região pesquisada, as duas denominações Chaco e Pantanal podem se referir a uma mesma planície da América do Sul:

A respeito do termo Pantanal, sabe-se que ele é mais utilizado no Brasil, ao passo que no Paraguai, a palavra mais usada é Chaco. A palavra chaco, por seu turno, vem da língua quéchua e significa algo como lugar de caçada, sendo um termo muito usado em países hispano-americanos da bacia platina, como o próprio Paraguai, a Argentina e a Bolívia. (EREMITES DE OLIVEIRA, 2004, p. 31).

E, para fugir de qualquer discussão mais profunda, que não é o objetivo principal deste trabalho, optou-se por adotar a caracterização Guaná para se referir aos subgrupos Aruák-Txané, da Bacia do Paraguai.

Face ao exposto, e mediante o fato de os Terena serem ora caracterizados como índios Guaná, ora como Chané, e outras vezes ainda como Aruák, optou-se por manter neste trabalho as grafias tais como se apresentam nos textos e documentos utilizados e, no decorrer da Dissertação, será utilizada a expressão Guaná (Terena).

1.2 Os Guaná e as Relações Inter-Étnicas

Os Guaná (Terena), ainda no Chaco Paraguaio, eram tidos como um povo agricultor, e estabeleciam contatos com outras etnias chaquenhas, desenvolvendo um intercâmbio de hábitos comerciais e econômicos. Devido à sua destreza eqüestre, consubstanciada com a carga da cavalaria dos Guaicuru, algumas comunidades indígenas agricultoras, entre elas os Guaná (Terena), passam a “aceitar” a proteção dos Mbayá-Guaicuru, denominados de “índios cavaleiros”.

⁶ Terrenos salitrosos aonde vão o gado e animais silvestres em busca de sal.

A época da chegada dos espanhóis, os Guanás iam, como atualmente, se reunir em bandos aos Mbayás, para lhes obedecer, servi-los e cultivar suas terras, sem nenhum salário. Daí o motivo dos Mbayás os chamarem sempre de escravos seus. É verdade que a escravidão é bem doce, porque o Guaná se submete voluntariamente e renuncia quando lhe agrada. Mais ainda, seus senhores lhes dão bem poucas ordens, não empregam jamais um tom imperativo, nem obrigatório, e tudo dividem com os Guanás, mesmo os prazeres carnis (...). (AZARA *apud* CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 32).

Além disso, um outro mecanismo de interação entre esses índios dava-se pelo significativo número de casamentos inter-étnicos; comumente homens Mbayá-Guaicuru com mulheres Guaná (Terena), estreitando as relações. Tinham esses índios necessidade de machados, facas, dentre outros materiais, que naquela conjuntura, apenas os Guaicuru, devido às suas investidas contra portugueses e espanhóis, podiam lhes fornecer.

As relações desses grupos indígenas, na atualidade, têm sido constantemente revisitadas por pesquisadores quanto ao seu caráter de interação ou subordinação, defendendo alguns estudiosos que se caracterizavam *por relações mais de simbiose do que de sujeição violenta*. (CARVALHO, 2002, p. 467).

Provavelmente, essa simbiose ainda resultou em uma proteção aos Guaná (Terena), frente às possíveis investidas dos portugueses e espanhóis. Sendo numerosos, cultivavam os índios Terena uma série de produtos agrícolas em suas roças, com os quais abasteciam, quando requisitados, os Mbayá-Guaicuru, conforme aponta um estudo recente:

(...) os poucos dados que dispomos indicam, é que eram relações claramente de aliança e baseadas na troca de serviços (roças x proteção guerreira) e de produtos de ferro conseguidos pelos *Mbayá* nas suas excursões guerreiras contra os estabelecimentos espanhóis. Os dados históricos nos levam a suspeitar que foi a agricultura *Guaná* que permitiu aos *Mbayá* ampliarem sua potência guerreira que, somado aos cavalos tomados aos espanhóis, transformaria este povo no mais aguerrido adversário da colonização européia das margens do rio Paraguai, entre o Apa e o Taquari. (AZANHA, 2004a, p. 2, nota de rodapé n°. 1).

Ao se referir aos Guaná (Terena), Lévi-Strauss – citando episódios ocorridos nos anos 30 - relata que esses indígenas eram os últimos representantes dos Guaná, habitavam as circunvizinhanças da cidade de Miranda, onde os visitou. Pondera ainda que *esses Guaná cultivam a terra e pagam um tributo em produtos agrícolas aos senhores mbaiá em troca de sua proteção, para se preservarem da pilhagem e das depredações feitas pelos bandos de cavaleiros armados, entenda-se*. (LÉVI-STRAUSS, 2004, p. 168).

Mediante o que foi exposto até aqui, é possível depreender que a relação entre os Mbayá-Guaicuru e Guaná (Terena) foi qualificada pela etnologia brasileira como sendo de simbiose, procurando-se trazer à baila, no decorrer deste item, alguns pesquisadores que trabalham sob essa perspectiva. Conquanto, isso não obsta que haja outro ou mais viés de análise, como o que segue abaixo:

Entretanto a idéia de simbiose, assim como a de isolamento, sugere uma imagem equivocada, pois desconsidera o conjunto das relações de interdependência entre os diferentes grupos indígenas e as forças coloniais, considerando a relação somente entre “dois grupos indígenas”. (FERREIRA, 2007, p. 115).

Considera-se, na presente Dissertação, que houve, na realidade, uma relação de reciprocidade e ou interdependência, pois os Guaná (Terena) eram úteis como fornecedores de certos bens de consumo agrícolas, que por sua vez eram de suma importância à comunidade dos Mbayá-Guaicuru. Uma grande parte do território entre os rios Paraguai e Miranda encontrava-se assentado,

(...) pelas aldeias Guaná que se mantiveram aliadas dos Guaicurus, grupo étnico muitas vezes identificado aos ancestrais dos atuais Kadiwel, desenvolvendo com eles uma relação comumente identificada como de simbiose. Os Guaicurus se encarregariam das atividades bélicas que asseguravam a proteção do território contra a invasão dos espanhóis, enquanto os Guaná podiam se dedicar mais tranquilamente à lida nas atividades agrárias, imprescindível para a subsistência de ambos. (PEREIRA, 2008, p. 27).

Os Guaná (Terena) tinham, esporadicamente, a possibilidade de participação nos ataques dos Mbayá-Guaicuru, pois o fato de terem se tornado eqüestres representou um diferencial sobre as outras etnias, garantindo braços para sua lavoura, ou seja, lançavam-se sobre outros grupos com o objetivo de aumentar numericamente suas comunidades.

Essa dinâmica de ações e reações dos Guaná (Terena) deixa evidente que os mesmos possuíam estratégias próprias de defesa. Sendo assim, dominavam etnias mais fracas que a sua, bem como se aliavam às mais fortes, ou seja, procuravam interagir de acordo com as situações que vivenciavam.

Como etnia sedentária, produtora de tecidos e mantimentos agrícolas, os Guaná (Terena) acabaram por estabelecer relações de amizade mais estreita com os portugueses,

e, por conseguinte, contaram com a proteção dos lusos, livrando-se do vínculo e da dominação de seus antigos “senhores”, os Mbayá-Guaicuru.

1.3 A Presença Guaná no Sul de Mato Grosso

Os Terena, descendentes dos Guaná-Chané, e pertencentes à família lingüística Aruák, vão compor um séqüito, em conjunto com seus suseranos, e transferem-se para a margem oriental do Rio Paraguai, pois como escreveu Cardoso de Oliveira (1968), a *história dos Terêna, ao menos em sua fase que poderíamos chamar moderna, é a história da ocupação brasileira no Sul de Mato Grosso*. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p. 40).

De acordo, ainda, com seus estudos, Cardoso de Oliveira (1976) pontuou que os grupos Guaná (Terena, Laiana, Kinikináo e Exoaladi) atravessaram o Rio Paraguai, em direção à Província de Mato Grosso, a partir da segunda metade do século XVIII, e instalaram-se nas regiões banhadas pelos rios Miranda e Paraguai, acompanhando os deslocamentos dos Mbayá - Guaicuru.

Desde o período em que habitavam a região chaquenha, os Guaná, caracterizavam-se como agricultores, todavia não deixando de coletar, caçar e pescar. Estas especificidades, que lhes são iminentes, posteriormente vão conferir *aos Terêna o papel de trabalhadores rurais por excelência, o que lhes tem garantido um lugar na estrutura econômica regional*. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 21).

A região da América Espanhola que, posteriormente, viria a ser o país Paraguai (1811), foi assolada por um contínuo processo de ocupação do interior pelos colonos agricultores e criadores de gado e, conseqüentemente, houve uma redução dos recursos naturais disponíveis, principalmente a terra.

Somando-se a isso, preponderavam também as correrias indígenas, que propiciaram um acirramento nas animosidades, provocando uma série de incursões bélicas contra os Mbayá-Guaicuru, que atingiu também os seus “vassalos” agricultores Guaná-Chané; investidas estas que foram levadas a cabo pelas expedições militares espanholas. Conforme pondera Schuch:

De um modo geral, a migração dos diferentes grupos Chané em direção ao oriente do Rio Paraguai esteve relacionada a questões ligadas ao andamento do processo de colonização do Paraguai. Conforme foi

aumentando o interesse de colonos pelas terras do interior paraguaio, foram surgindo os atritos com as tribos Chané. O fato de se tratar de grupos agricultores e, em alguns casos, também pecuaristas, fez com que a disputa pelas terras e pastagens atingisse um nível de conflito que dificilmente (sic) poderia ser remediado. Diante da superioridade da sociedade hispânica, que tinha mecanismos eficientes para se impor sobre os grupos agricultores, não restou outra opção aos Chané que buscar a outra margem do Rio Paraguai. (SCHUCH, 1995, p. 53-54).

Por conseguinte, vai provocar sua expansão em direção às terras do Sul de Mato Grosso, perlustrando-se, ainda, que o avanço da colonização hispânica sobre o Chaco Paraguaio desestruturou de forma substancial a comunidade dos Mbayá-Guaicuru, o que contribuiu, de forma contundente, para a sua diáspora, fazendo parte dessa leva uma quantidade considerável de índios Guaná-Chané.

Dentre os subgrupos dos Guaná (Terena, Laiana, Kinikináo e Exoaladi), que tinham suas aldeias localizadas, em sua grande maioria, na região entre Albuquerque e Miranda, havia especificidades e particularidades que lhes eram inerentes, o que, por sua vez, resultava em divergências devido aos mecanismos de conduta e às tomadas de decisões adotadas por esses índios, mediante as situações que se lhes apresentavam.

Eram de cordialidade algum tanto duvidosa, as relações recíprocas entre estes índios todos. Aos terenas acusavam os guanás e kinikináus, de maus e inimigos dos brancos. E em compensação arguíam aos outros de falsos escravos dos *portuguezes*, pois como narramos nunca usam os índios allí a denominação de brasileiros, ao se referirem a quaisquer brancos, pardos ou pretos. (TAUNAY, 1931, p. 46).

No decorrer da Guerra da Tríplice Aliança, Taunay esteve com os Guaná (Terena) na região dos Morros, também conhecida como Serra de Maracaju, convivendo mais estreitamente com os Terena durante a “Retirada da Laguna”, este ponderou que o *terena é agil e activo: o seu todo exprime mobilidade: gente de intelligencia astuciosa propende para o mal. Aceita com difficuldade as nossas idéas e conserva arraigados os usos e tradições de sua raça, graças talvez a um espirito mais firme de liberdade.* (TAUNAY, 1931, p. 17).

A antiga Albuquerque, região situada atualmente no Município de Corumbá, foi palco de grande concentração de índios Guaná a partir do século XVIII. O viajante Francis Castelnau (1949) discorreu sobre a divisão e localização desses índios naquela determinada conjuntura, relatando que os Guaná, em sua grande maioria, residiam perto de

Albuquerque; os Terena, nas proximidades de Miranda, dos quais destaca as habilidades eqüestres, agrícolas e de remeiros; pontua que os Laiana localizavam-se também nos arredores de Miranda e, por fim, os Kinikináo, nas proximidades de Miranda e Albuquerque, tendo esta última localidade sido visitada pelo referido viajante.

Ainda Francis Castelnau (1949), que visitou as aldeias nas imediações de Miranda, por volta de 1845, discorreu que essa localidade era habitada por mulatos, negros e poucos brancos, sendo majoritariamente composta de populações indígenas. E dentre esses índios, os Guaxi, que habitavam essa respectiva região antes da vinda dos Mbayá – Guaicuru e dos Guaná provenientes do Chaco paraguaio.

Já em meados do século XX, ao realizar um trabalho de campo junto aos Terena, Cardoso de Oliveira (1976) toma conhecimento de uma antiga pauta cultural desenvolvida por esses índios, que seria uma divisão dual endogâmica entre os Xumonó e os Sukirikionó, geralmente durante os cerimoniais do Oheokoti; tais informações foram obtidas entre os anos de 1955 e 1957. Expõe ainda, este estudioso, que, ao pesquisar os Terena de Cachoeirinha, foi possível constatar e precisar que o ano de 1905 foi o último em que aquelas metades acima referidas teriam atuado divididas para participar das festividades. Lévi-Strauss, ao se reportar a uma divisão dualista no interior das sociedades, escreveu que:

Designa-se com o nome de organização dualista um tipo de estrutura social frequentemente encontrado na América, Ásia e Oceania, caracterizado pela divisão do grupo social. (...) seu papel se limita a atividades religiosas, políticas, econômicas, cerimoniais ou simplesmente esportivas, ou mesmo a uma só destas atividades. (LÉVI-STRAUSS, 1991, p. 23-24).

Essas representações dualistas da comunidade dos Terena devem-se à sua função cerimonial, e também estão relacionadas à disciplina das chefias, mas podem proceder ainda das origens mais diversas. Entretanto, a divisão acabou por se reduzir a uma mera tradição, pois, paulatinamente, quebrava-se a antiga estrutura social, mediante o impacto da civilização, assimilação e aculturação.

As orientações da política indigenista, o envolvimento das comunidades indígenas dos Guaná (Terena) na Guerra da Tríplice Aliança, o processo de constituição das fazendas, bem como a atuação ordenada pelo SPI no que diz respeito às demarcações dos territórios indígenas serão objetos do próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

A LEGISLAÇÃO INDIGENISTA NOS SÉCULOS XIX E XX, CATEQUESE, GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA E RESERVAS

2.1 O Decreto de 1845 e as Tentativas de Aldeamento e Catequese

As primeiras experiências relacionadas à catequese e civilização dos Guaicuru e Guaná (Terena), na Província de Mato Grosso, deram-se com os padres capuchinhos, entre eles, Macerata e Bagnaia, que eram oriundos da Itália.

Ressalte-se, pois, que *civilizar* era também uma forma de repassar os custos dos processos de crescimento estatal aos nativos, em nome de sua proteção e segurança, quer isto significasse utilizar intensivamente sua força de trabalho, quer implicasse em retirar-lhes o controle sobre a terra e seus recursos. (SOUZA LIMA, 1995, p. 185).

Os índios Guaná (Terena) encontravam-se instalados nas imediações do Forte de Coimbra desde meados de 1796, face às investidas dos castelhanos. Estes foram aldeados, segundo D'Alincourt (1975), na aldeia de Albuquerque, onde o Frei José Maria de Macerata instalou, a partir de 1819, a Missão Nossa Senhora da Misericórdia.

Referindo-se à Política Indigenista, foi criado em 24 de Julho de 1845, através do Decreto Imperial nº. 426, o Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios, quando ocorreu um (re) arranjo dos vínculos laborais dos índios no Brasil.

Em discurso escrito em 1845, o Presidente da Província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, abordou a capital importância da catequese e civilização dos indígenas em geral. Todavia, alertou para que essas realizações não devessem se ater à tarefa singela de domesticar os índios, e depois os abandonarem à própria sorte; acrescentou ainda que:

(...) he necessario de mais fixal-os na vida civil, e fazer-lhes contrahir o habito do trabalho, a que são avessos, proporcionando lhes os meios de serem regular e proficuamente empregados. (Discurso do Presidente da Província do ano de 1845, p. 27-28).

Pode-se inferir que esta afirmação não levou em conta os aspectos culturais das sociedades indígenas, nem tampouco as especificidades e dinâmicas internas inerentes a estes índios, pois até aquele contexto da segunda metade do século XIX ainda havia um vasto território para suas “correrias”, e a natureza farta provia suas necessidades de alimentação.

Por outro lado, nesse mesmo período, pairava uma preocupação no Governo Imperial quanto à Província de Mato Grosso, no sentido de civilizar e catequizar os índios, assimilando-os à sociedade nacional.

A sorte dos Indios tem ultimamente merecido a mais séria e paternal consideração do Governo de S. M. O Imperador, que não só tem providenciado por diversos Avisos para que não se abuse da simplicidade d’elles reduzindo-o-á escravidão, ou empregando os em serviços particulares sem os ritribuir convenientemente, como decretou sabiamente o Regulamento do 24 de Julho do anno passado, destinado á promover a educação e catechese dos mesmos, e o systema e regimen das aldèas. (Discurso do Presidente da Província do ano de 1846. p. 32).

O Regulamento das Missões, que é abordado na citação acima, foi considerado como um documento administrativo, e o sistema de aldeamento, segundo Cunha (2002a), representou uma formalização explícita para uma integração, transição e assimilação dos índios na sociedade envolvente.

Através do Decreto nº 426, foi instituída nas Províncias a figura do Diretor Geral dos Índios, que era nomeado pelo Imperador; competia a esse funcionário empregar meios brandos e suaves, com vistas a atrair os índios para as aldeias e promover casamentos com pessoas de outras raças, conforme reza o artigo 1º, §19.

O artigo 2º criou o cargo de Diretor para as aldeias. Este funcionário fazia parte do cotidiano das comunidades indígenas; tinha, entre outras funções, a prerrogativa de *nomear os Índios para as plantações, ou outros trabalhos em commum, ou para qualquer serviço Publico; (...) Alistar os Índios, que estiverem em estado de prestar algum serviço militar, e acostumar-os a alguns exercícios; (...)*. (CUNHA, 1992, p. 196).

As pessoas que ocupavam os cargos acima citados usavam o uniforme do Estado Maior do Exército Brasileiro. Determinava o artigo 6º o estabelecimento de missionários nas aldeias, que deveriam instruir os índios na doutrina católica, e ensinar as crianças a ler, escrever e desenvolver contas.

Os religiosos realizavam ainda batizados, casamentos, arrolavam os índios existentes na aldeia, anotavam os óbitos, bem como repassavam ao bispo da Diocese, por intermédio do Diretor Geral da Província, “o estado espiritual” em que se encontrava a aldeia.

Foi emitido um Aviso pelo Ministério da Justiça, elaborado por José Carlos Pereira de Almeida Torres, Juiz de órfãos, que entrou em vigor em 02/09/1845. Conforme apontou Cunha (1992), tratava esse documento sobre o trabalho dos índios em casas de particulares e outras providências.

De acordo ainda com esse Aviso, deveria o Juiz da Província de Mato Grosso procurar os indígenas que prestavam serviços a particulares, e indagar-lhes se eram bem tratados, se preferiam continuar a trabalhar nas casas, ou serem remanejados para algum dos aldeamentos que já existiam a partir do Decreto nº. 426, de 1845.

O poder público, inserido nessa linha de pensamento, de tentar resguardar e honrar as relações de trabalho entre os índios e a sociedade envolvente, também esteve imbuído de precaver os abusos cometidos em detrimento dos indígenas, como jornadas excessivas de trabalho e baixos salários.

Com o objetivo de viabilizar a aplicação do Regulamento Imperial de 1845, foi criada em Mato Grosso, no ano de 1846, a Diretoria Geral dos Índios - DGI, com sede na

cidade de Cuiabá, tendo sido nomeado Joaquim Alves Ferreira para assumir a Direção desse órgão.

Arrola-se nesse panorama o Aldeamento de Albuquerque, habitado pelos Guaná (Terena), em que os contratos de prestações de serviços desses índios com particulares, ou com o serviço público, segundo Silva (2001), deveriam ser escritos e com intervenção de um Curador para o cumprimento do que foi estipulado entre as partes.

Em dezembro de 1852, Henrique José Vieira, outro Diretor Geral dos Índios, havia remetido ao Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, o relato da situação da catequese e civilização dos índios. Expôs esse funcionário os seguintes dados:

Aldêa, propriamente dita, existe uma de Guanás em Albuquerque no Matto-Grande, dirigida pelo digno Missionário Capuchinho Frei Mariano de Banhaia, que ali fez levantar uma Capella da invocação de Nossa Senhora do Bom Conselho, para a qual fiz remetter os dous sinos, que por ordem de V.Ex^a mandei vir do Rio de Janeiro. Os Índios desta Aldêa são todos lavradores, as índias fião e tecem algodão, e ja costurão soffrivelmente, e os pequenos aprendem a ler e excrever (...). (Livro nº 101, p. 17, Ano 1848-1860, Microfilme: Rolo nº 031, Registro da DGI – APMT).

Considerado como sendo um aldeamento exemplar, em termos de organização, pontuou Schuch (1995) que a Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho, criada em 1851 pelo Frei Mariano de Bagnaia, estava situada a três léguas de Albuquerque. Pairava certo consenso entre os funcionários, viajantes e cronistas, quanto aos aspectos positivos desse referido aldeamento.

Sobre esse aldeamento, caracterizado como exemplar, e localizado nas imediações de Albuquerque, Taunay escreveu que os índios Guaná (Terena) praticavam um trabalho regular, tinham abundância de alimentação, exerciam vários ofícios, entre eles, o de alfaiate, ferreiro e aprendiam ainda as artes liberais, e que havia, inclusive, uma banda de música formada por indígenas.

O aldeamento modelo no Baixo Paraguay era incontestavelmente o do *Matto Grande* ou do *Bom Successo*, perto de Albuquerque (sic), onde os kinikináus debaixo da paternal e intelligente direcção do virtuosissimo missionário, Frei Marianno de Bagnaia, apresentavam os fructos valiosos da catechese bem inspirada. (TAUNAY, 1931, p. 20).

Ao se reportar à importância capital, no que se refere à civilização, catequização e conversão dos índios no Sul de Mato Grosso para o Governo e a sociedade envolvente, ressalta-se que eles eram a mão-de-obra sem a qual não se podia trabalhar o solo, nem tampouco defender a Província de ataques de inimigos, fossem eles estrangeiros ou índios hostis.

O Aldeamento do Bom Conselho começou a dar sinais de esgotamento por volta de 1857, segundo o que escreveu Sganzerla (1992), em virtude de uma grande seca, de um surto de gafanhotos, o que obrigou grande parte desses índios a abandonarem o aldeamento e buscarem sua alimentação nos campos e florestas.

Todavia, a dispersão esporádica dos índios aldeados, por mais paradoxal que possa parecer, não causou nenhuma frustração mais profunda nos dirigentes da Província de Mato Grosso, pois o essencial era o resultado final da catequese, qual seja, a integração do índio no bojo da sociedade.

Do Palácio de Mato Grosso, em Cuiabá, no dia 19 de abril de 1858, o Presidente da Província, Joaquim Raymundo de Lamare, recomenda ao Diretor das aldeias do Distrito de Albuquerque, o Tenente Antonio Maria Coelho, uma série de cuidados, com o intuito de proteger as comunidades indígenas de possíveis situações adversas, como pode se deduzir abaixo:

Sei que ahi para lesarem os Indios, lanção mão certos especuladores sem alma de todas as tricas, e velhacarias: quero tudo isso cortado. Vm não obrigará Indios algum a cumprir esses contractos [levianos], ou a pagar sonhadas dividas, nem reprovadas usuras, feitas contra as disposições da Lei, e nem a serem transferidos ou antes vendidos a novos patrões; todos os contractos de locação de serviços serão feitos perante Vm, que deve ficar na intelligencia de que os Indios não são propriedade de que possa dispor qualquer particular a seu bel-prazer. (Livro de Registro de correspondência oficial, nº 153, p. 126, Ano 1855-1859-APMT).

Enfatiza-se que, sob a ótica de se zelar pelo trabalho indígena, foi elaborado um ofício em 09 de maio de 1858, em que o Diretor Geral dos índios, João Baptista d'Oliveira, encaminhava ao Comandante das Armas, Joaquim José Gonçalves, que tinha sido incumbido de arregimentar os índios aldeados no Distrito de Miranda, instruções a respeito de como proceder com as comunidades indígenas, tendo como fulcro o Regulamento de 24 de Julho de 1845 :

1º Vigiar que não sejam os Índios constrangidos a servir a particulares, e investigar se são pagos dos seus jornaes, e em geral que sejam religiosamente cumpridos, de ambas as partes, os contractos que com elles se fizerem. (...) 7º Tolerar aquelles que se acharem empregados como camaradas no serviço de lavoura e criação de gado, fazendo manter entre elles e seus patrones as obrigações que tiverem contrahido, fiscalizando as especies em que são pagos de seus jornaes, e se seus preços são razoaveis. (Livro nº 101, p. 88v-89, Ano 1848-1860, Registro da DGI – APMT).

A criação do Regulamento de 1845 se constituía em uma gama de medidas com o objetivo de se velar pelo aldeamento, pela catequização e pelas relações de trabalho que envolviam os índios. Aborda-se em um Relatório datado de 1859, elaborado pelo Presidente da Província Joaquim Raimundo de Lamare, que a aldeia de Nossa Senhora do Bom Conselho – atual município de Corumbá - já há algum tempo encontrava-se sem sacerdote.

Em Miranda, o Comandante das Armas⁷ foi encarregado de providenciar um aldeamento regular para os índios da região. Enfatiza-se ainda a preocupação do Governo em regularizar a questão do trabalho indígena na Província, coibindo as explorações exacerbadas e, em contrapartida, esses índios deveriam cumprir com o que foi acordado nos contratos de trabalho.

Com o fim de regularisar, de huma maneira clara e positiva, os contratos de locação dos serviços dos indios que se prestão á lavoura, navegação fluvial, e a outros trabalhos, resalvando-os de contratos onerosos, ao mesmo tempo que os obriga a cumprir com pontualidade os legalmente feitos; mandou a Presidencia observar humas instrucções, que forão publicadas em data de 20 de Abril ultimo, e achão-se em plena execução. (Relatório do Presidente da Província do ano de 1859. p. 36).

O Presidente da Província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, no ano de 1860, orienta ao Diretor das aldeias de Miranda para retirar, das mesmas, os comerciantes que estivessem explorando os índios, bem como pessoas que introduziam bebidas alcoólicas, com o objetivo de ludibriá-los. Essas medidas, cabíveis ao Diretor, eram previstas na legislação vigente, como se observa abaixo:

⁷ Quando neste texto dissertativo não houver referência aos nomes do Comandante das Armas, Diretor Geral dos Índios, Diretor das Aldeias, Delegado de Polícia, Inspetor, Secretário de Agricultura, Presidente do Estado, Diretor da Secretaria de Governo, Vigário, Auxiliar de Serviço, Encarregado da Companhia de Índios canoeiros, entre outros homens públicos, é porque esses referidos nomes não são citados nas fontes documentais.

Palácio da Presidência de Mato Grosso em Cuiabá 30 de Agosto de 1860. – constando-me que há pessoas nessa Vila que abusão da ignorancia dos Índios, e que tirão de suas negociações com elles illicitos lucros, introduzindo alem disso em suas aldeas bebidas esperituosas p^a melhor attrahi-los e engana-los; recommendo muito a V.R. a exacta observancia do artº 1º §§ 16 e 24 do Decreto nº 426 de 24 de julho de 1845 - (Livro de Registro de correspondência official, nº 181, p. 46, Ano 1859-1862-APMT).

Fica evidenciado que as relações entre o Diretor e os índios nem sempre eram cordiais, revoltando-se esses últimos quando se sentiam prejudicados. Em um episódio ocorrido em Miranda, o Diretor da aldeia entregou, ao Delegado de Polícia, alguns índios para que lhes fosse aplicada uma espécie de “repreensão”.

Essa ocorrência teve repercussões negativas na Corte, quando foi publicada no Diário do Rio de Janeiro. Mediante tal acontecimento, o Presidente da Província, Herculano Ferreira Pena, exigiu que o Diretor Geral dos índios, João Baptista d’Oliveira, se pronunciasse:

Informando á Presidencia sobre os castigos infringido aos Índios de Miranda. Cuiabá, 31 de Março de 1862 Illmo e Exmo Snr. – Em resposta ao officio de V.Ex^a de 18 de Fevereiro ultimo, ordenando-me que informe com o que me constar sobre o bárbaro castigo, que diz fôra applicado dentro do Quartel Militar da Villa de Miranda pelo Delegado de Policia em vinte Índios, que lhe forão entregues pelo respectivo Director, o que consta do Aviso do Ministério de Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 16 de Novembro do anno passado, de que V.Ex^a enviou-me copia com o supra-dito officio; cumpre-me scientificar á V.Ex^a, que em data de 22 de Julho do anno findo levei ao conhecimento do Exmo Governo da Província o officio original do Director das Aldeas, dando-me parte das occorrencias havidas n^a aquella Villa, que derão lugar a que se applicasse esse castigo, alias mui limitado, como uma correção aos referidos Índios, que se havião revoltado contra o Director; asseverando á V.Ex^a que foi muito exagerada a noticia que a tal respeito dêo o Diário do Rio de Janeiro de 8 do mesmo mez de Novembro, á que se refere o dito Aviso, o que vou dar as mais terminantes providencias para que não se reprodução abusos desta ordem. He o que tenho a informar a V.Ex^a sobre esta matéria. (Livro nº 191, p. 17, Ano 1860-1873, Microfilme: Rolo nº 037, Registro da DGI – APMT).

Era voz corrente na Província que, mediante algum ato de rebeldia ou animosidade por parte dos índios, os Diretores de aldeias recorriam à força militar para aplicar-lhes alguns corretivos. Esses atos de truculência contra as comunidades indígenas raramente chegavam a ser veiculados nos meios de comunicação do Rio de Janeiro; geralmente eram “abafados” lá mesmo, no antigo Mato Grosso.

Ao citar os índios Kinikináo, da aldeia de Nossa Senhora do Bom Conselho, que tinha como Diretor o Missionário Frei Ângelo de Caramonico, o Relatório de 1862, elaborado pelo Presidente Herculano Ferreira Penna, indicava que esses índios eram de boa índole. Nele também está registrado ainda que prestavam à sociedade os mais variados serviços, trabalhando como camaradas nas fazendas de agricultura, de criação de bovinos, bem como remadores das canoas utilizadas, que singravam pelos portos do Baixo Paraguai.

Ao se referir à catequese e à civilização dos índios, este mesmo Relatório de 1862 chama a atenção para a insuficiência de verbas destinadas às despesas das aldeias de Bom Conselho e de Miranda, haja vista serem empreendimentos de grande envergadura..

No tocante ao Aldeamento localizado na Vila de Miranda, criado a partir de 1859, sob a direção do Frei Mariano de Bagnaia, que havia sido nomeado vigário daquela localidade, relata o Conselheiro que esse religioso procurava incorporar à aldeia uma maior quantidade de índios Terena e Laiana que se encontravam dispersos nas imediações da referida Vila:

(...) elle empenha-se em incorporar na Aldêa, cuja prosperidade muito deve interessar a todo o Municipio, porque os Terenas e Laianas, que nella habitão, não sò prestão-se aos mesmos trabalhos que os da do Bom Conselho, mas ainda abastecem a Villa de generos alimenticios que cultivão. (Relatório do Conselheiro da Província do ano de 1862. p. 118).

Bagnaia, em Miranda, contou com o providencial trabalho efetuado pelos índios Terena por ocasião da construção da capela dedicada a São Francisco de Assis, dando prosseguimento à catequização. No entanto:

Em 1864 na eminência da invasão dos paraguaios Frei Mariano refugiou-se com os paroquianos às margens do Miranda na localidade chamada Salobra. Como tivesse cuidados pela sua paróquia de Miranda invadida, tentou ir implorar clemência aos invasores. Nada conseguiu, pelo contrário, foi preso e levado a Nioaque, depois para as margens do Apa e em seguida para Assunção onde já estava preso o Pe. Ângelo de Caramãico. (SGANZERLA, 1992, p. 194).

O processo de catequese e civilização acabou sendo interrompido. Bagnaia ficou prisioneiro até 1869, quando foi libertado pelo exército brasileiro, indo para Miranda ainda nesse ano e, no seguinte, dirigiu-se para Corumbá onde exerceu o cargo de vigário, permanecendo nessa localidade até o ano de 1886, quando seguiu para o Rio de Janeiro.

No que se remete à atuação da DGI, o Relatório de 1872, produzido pelo Presidente da Província, Francisco José Cardozo Junior, manifestou que o desempenho da mesma estava aquém do esperado, que o serviço prestado estava sendo ineficiente e limitava-se à simples ocupação de distribuir brindes aos índios. Alertava também para a necessidade premente de missionários, tendo como alvo primordial a catequização dos índios e, como consequência, atenuar a enraizada carência de mão-de-obra para as práticas agrícolas no Mato Grosso.

A maior necessidade de que ha na Provincia, no sentido de catechisar os Indios, é a de missionarios. Com elles, estou convencido de que as cousas mudarião de face, convergindo ao gremio da civilisação uma grande parte das familias errantes. Lucraria então a lavoura que definha á falta de braços uteis ao trabalho. (Relatório do Presidente da Província do ano de 1872. p. 137).

Dentre as ações abarcadas pelo Estado, no quesito mão-de-obra, o Diretor Geral dos Índios solicitou um destacamento de soldados na Vila de Miranda, com o objetivo de fazer com que os índios cumprissem com os contratos de trabalho que foram acertados entre as partes contratantes, haja vista a escassez de braços para a lavoura que afligia essa região.

Representando-me o Director das Aldeias de Indios da Villa de Miranda em officio de 1º de fevereiro deste anno, sobre necessidade de se por á sua disposição um pequeno destacamento de 3 a 4 praças de linha, tanto para a policia das mesmas aldeas, como para fazer os índios respeitar os contractos de locação de seos serviços, pois que depois da retirada do Corpo de Cavallaria daquelle lugar, abandonarão com facilidade, e caprichosamente os seos patrões, sem que o Director tenha a sua disposição um agente para reprimir taes abusos; rogo a V.Ex^a haja de attender a essa reclamação do mesmo Director, afim de animar a agricultura quasi abandonada naquelle Districto por falta de braços. (Livro nº 191, p. 10, Ano 1860-1873, Registro da DGI – APMT).

Pode-se coligir a proeminente dependência da sociedade envolvente da Província de Mato Grosso, em relação à mão-de-obra indígena. E o fato do Diretor solicitar soldados para obrigar os índios a respeitarem os contratos de trabalho denota uma relação de abuso de poder e truculência.

As comunidades indígenas, em contato com a comunidade local, utilizavam-se de ações e estratégias que lhes eram peculiares, sendo compreensivo que se levasse em conta aquilo que era proveitoso e vantajoso para os índios. Assim sendo, poder-se-ia

questionar as razões que levaram esses índios a abandonarem seus trabalhos: se por motivos culturais, baixa remuneração, se por terem a seu dispor suprimentos necessários para a sua subsistência e/ou pelas condições degradantes do serviço, entre outros.

No tocante ao relacionamento entre esses religiosos e os Diretores das aldeias que foram instituídos pelo Decreto nº. 426, de 1845, observou Vasconcelos (1999) que, em algumas situações, essa convivência foi marcada por irascíveis altercações.

Por sua vez, Cunha, ao escrever um artigo denominado “Introdução a uma história indígena”, procurou discutir as rugas que envolviam os religiosos, os regionais e o Governo, no que se refere à primazia da mão-de-obra dos índios aldeados, esclarecendo que:

Em todas as ocasiões, o pomo da discórdia sempre foi o controle do trabalho indígena nos aldeamentos, e as disputas centravam-se tanto na legislação quanto nos postos-chaves cobiçados: a direção das aldeias e a autoridade para repartir os índios para o trabalho fora dos aldeamentos. (CUNHA, 2002b, p. 16).

Pairava, por conseguinte, uma crassa divergência entre os religiosos que postulavam a liberdade dos índios e os fazendeiros que acusavam os primeiros de quererem se apoderar da mão-de-obra indígena para a manutenção dos aldeamentos e das missões e, como consequência, obstaculizavam o desenvolvimento da Província, em virtude da exígua população não índia apta ao trabalho.

É de se apreender que os fazendeiros eram, em grande medida, responsáveis pelo auferimento de rendas na Província, em que uma parte desse montante deveria ser, por sua vez, remetida para a metrópole. Assim sendo, o aldeamento representou a conversão e a ocupação do território, além da sua defesa e uma disponível reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico do Sul de Mato Grosso.

Com o advento da Proclamação da República em 1889, deu-se em seguida a desvinculação da Igreja, até então, atrelada ao Estado, regulada pelos mecanismos do padroado e beneplácito. Reconhecendo a Constituição Federal a liberdade religiosa, tem-se já no início do século XX um magote de missionários protestantes, fervorosos por novos fiéis, principalmente os indígenas.

A Ferrovia NOB permitiu um contato mais intenso dos Guaná (Terena) com a sociedade envolvente, quer fosse esta constituída por fazendeiros, comerciantes,

aventureiros, estrangeiros, missionários religiosos ou por quaisquer outros adventícios. Mediante o exposto, *no século XX, é possível realçar fatos tais como a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que possibilitou a entrada de migrantes estranhos à realidade local; (...)*. (LEITE, 2003, p. 41). Enfatiza-se que entre eles, os missionários protestantes.

De acordo com as pesquisas de Moura (2001), que abordou a questão da religião protestante entre os Terena, por volta de 1912, a Missão ISAMU teve contato com os Terena, prestando aos mesmos um atendimento de caráter assistencialista, principalmente no tocante à educação, iniciando, assim, um processo de conversão.

A partir de 1925, são os missionários norte-americanos da SAIM que permaneceram entre esses índios. No decorrer da segunda metade do século XX, os Terena crentes apropriaram-se da Missão Protestante UNIEDAS, o que, para esses índios, representou uma ascensão social no seio da sociedade brasileira.

Apesar do efêmero contato que os Guaná (Terena) tiveram com os padres católicos, em virtude do desencadeamento da Guerra da Tríplice Aliança, os Terena acabaram apropriando-se da identidade de cristãos. Colocar-se como tal, era um meio de ser melhor aceito na sociedade envolvente; seria este diferencial uma espécie de passaporte para o mundo dos brancos civilizados.

A divisão entre Terena católicos e crentes vai acirrar os ânimos no interior da aldeia do Bananal, sendo que os próprios funcionários do SPI externaram sua predileção pelos católicos. Assim sendo, a instalação de missionários protestantes na aldeia do Bananal e Ipegue provocou uma cisão na comunidade dos Terena, porque, para uma parcela desses índios do Sul de Mato Grosso:

(...) converter-se ao protestantismo representa, (...) opor-se aos brancos, todos católicos, e negar a imagem regional do índio como preguiçoso e cachaceiro. (...) a solidariedade entre os índios-protestantes já era maior que o seu sentimento de indianidade. Vale dizer que antes e mais do que *Terêna*, êles se sentiam “crentes”. (RIBEIRO, 1970, p. 410-411).

Concluindo, a política de aldeamentos de agrupar os índios e incorporá-los à sociedade envolvente foi catalisada pelos religiosos com vistas à catequização. Todavia, sofreu duras críticas, pois *particularmente nefasta foi a política de concentração da população praticada por missionários e pelos órgãos oficiais, pois a alta densidade dos*

aldeamentos favoreceu as epidemias sem no entanto garantir o abastecimento. (CUNHA, 2002b, p. 13).

No entanto, para o Governo e os religiosos, o caminho mais viável no sentido de mitigar a escassez de mão de obra, seria “catequizar o selvagem menos bravio, e afugentar o mais indomável para o interior”, contribuindo assim para o progresso e engrandecimento dessa Província, pois seu futuro estaria relacionado à importância da colonização e catequese, com a criação de Colônias Militares.

A falta de mão-de-obra para a região seria senão resolvida, facilitada com o aldeamento dos índios. (...) Ou seja, uma vez que a falta de mão-de-obra era considerada crônica, a ponto de se acreditar que dificultava o progresso e o desenvolvimento, a única alternativa imediata, vista na época, consistia no aldeamento dos índios para que pudessem ser aproveitados como tal. (GUILLEN, 1998, p. 114).

O sertanista Rondon sistematizou e colocou em prática a doutrina de proteção fraternal aos índios, com um tratamento humanitário. Tal como esclarece Pacheco de Oliveira (2004), Rondon criticava tenazmente as práticas de extermínio indígena e também o processo de assimilação dirigido e acelerado, colocado em prática por algumas missões religiosas.

Essa opinião é também compartilhada por Souza Lima (2002a), aventando que o sertanista, por seu turno, era contra a educação dirigida pelas missões teológicas, católicas ou protestantes, pois tinha a concepção de que estas prejudicavam a personalidade varonil do caráter selvagem das comunidades indígenas.

2.2 A Guerra da Tríplice Aliança

A prisão, pelo Presidente do Paraguai, Solano Lopes, do navio brasileiro Marquês de Olinda, que navegava as águas do Rio Paraguai rumo a Mato Grosso, para levar o Presidente da Província Frederico Carneiro de Campos, bem como a intervenção militar brasileira no Uruguai, representaram, naquela conjuntura, o estopim para o desencadeamento da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870).

A Bacia Platina, naquele determinado contexto histórico, a partir de meados do século XIX, estava assolada por conflitos latentes, quer seja – entre outros motivos – por

questões de fronteiras, quer seja pela livre navegação do Rio Paraguai, que era de suma relevância para o Governo Imperial, no que se refere à logística de comunicação, abastecimento, segurança e comércio com a Província de Mato Grosso.

A amálgama de correntes historiográficas e manipulações ideológicas, acerca das interpretações dos reais motivos que deflagraram essa guerra, acaba por povoar o imaginário da população, desde os mais leigos aos mais eruditos pesquisadores sobre o assunto.

A Guerra da Tríplice Aliança pode ser vista como parte da integração da bacia do Prata na economia mundial da Inglaterra: Argentina, Uruguai e Brasil, suas faces e economias voltadas para o Atlântico, forçou o Paraguai a perder sua auto-suficiência, conseguida na única área na América Latina onde os índios resistiram ao estabelecimento de brancos de forma eficaz, graças talvez à original dominação jesuíta. (HOBSBAWM, 1996, p. 119).

A invasão do solo brasileiro- que neste estudo se reporta à Província de Mato Grosso – por tropas paraguaias, acabou por provocar a morte do militar Antônio João na região sul da Província, reverenciado no meio militar como o “Leônidas Brasileiro”, tal fato provocou a imediata resposta bélica do Império Brasileiro. Inserida nesta visão patriótica, dentre outras, tem-se a contribuição de Pombo (1960).

No Brasil, no decorrer do século XX, ocorreu o ápice do revisionismo, representado principalmente por Pomer (1985) e Chiavenatto (1990); este último causou um instigante fervor nacionalista e anti-imperialista no meio acadêmico brasileiro, pois revestido de feitos militares e enfatizando a atuação imperialista da Inglaterra no conflito, criou uma espécie de teoria conspiratória, que em determinadas situações se furtou quanto às fontes documentais, que poderiam dar maior credibilidade as suas assertivas.

No limiar do século XXI, Doratioto (2002), caracterizado por ser menos tendencioso, apresenta um novo viés sobre a Guerra, procurando entendê-la como fruto das contradições na Bacia Platina. Discute as questões de geopolítica regional e os interesses econômicos dos países envolvidos no conflito, salientando que as origens dessa hostilidade também podem estar no processo de formação e consolidação dos Estados Nacionais na região platina.

Uma vez discutidas algumas considerações iniciais sobre a Guerra da Tríplice Aliança, procurar-se-á, doravante, amearhar elementos que permitam evidenciar a

importante e decisiva participação dos Guaná (Terena), quando estes lutaram ao lado do Império Brasileiro na guerra contra o Paraguai, no Sul de Mato Grosso.

Com a eclosão da referida Guerra, o Exército Brasileiro vai recrutar reforços entre os índios da região, pois, segundo a política imperial, a defesa das fronteiras e a segurança nacional passam a ter importância capital.

As sociedades indígenas, mormente as que se encontravam no sul da Província de Mato Grosso, vão gozar de uma função primordial para a proteção e a garantia do território brasileiro; são as sociedades indígenas como muralhas dos sertões. Manifesta-se então a incorporação de algumas comunidades indígenas à Guarda Nacional, sendo que são *tambem qualificados guardas nacionaes indios quiniquináos e terenas que melhores serviços prestariam englobados nas suas respectivas tribus, como por exemplo o indio José Pedro, capitão dos terenas, (...)*. (TAUNAY, 1923, p. 205).

Segundo esse autor, dos índios Guaná incorporados à Guarda Nacional, a maior parte deles era dos Terena, que perfaziam 216 índios, os Kinikináu, 39, enquanto os Laiana eram 20, totalizando 275 homens, que se mostravam dispostos e se ofereciam prontamente, servindo com dedicação.

Entre os Guaná, os Terena, *a priori*, se mostravam aparentemente mais isolados e retraídos ao contato com a população não índia, em busca de um isolamento não mais possível, em virtude da contingência de um iminente conflito bélico, conforme escreveu Taunay (1931). Sendo assim, não acharam outra maneira, naquela conjuntura, senão a de defenderem as suas terras do ataque dos paraguaios, e assim, imbricados no pensamento de que ao lutar ao lado do Brasil estariam por sua vez assegurando a posse de suas aldeias já formadas na região, aderiram ao conflito.

Faz-se mister enfatizar que esta disposição em aderir à luta está também relacionada a uma preocupação precípua, que era a de resolver o problema das várias ameaças feitas pelos fazendeiros, devido aos bovinos que esses índios abatiam para sua alimentação.

A Guerra da Tríplice Aliança provocou uma avassaladora desorganização nas sociedades indígenas como um todo, sendo que os aldeamentos dos índios Guaná (Terena) encontravam-se no centro do teatro de operações de guerra e estando, em sua maioria, localizados *nas imediações de Miranda, as aldeias dêsses índios foram destruidas e arrasadas*. (SILVA, 1948, p. 280).

A atitude dos Terena em aderir à Guarda Nacional foi, na realidade, uma escolha feita pelos próprios índios, como uma possível solução dos conflitos existentes entre estes e a sociedade envolvente, além de representar a defesa de seu próprio território, pois o *engajamento desses índios às tropas brasileiras fazia-se mediante presentes e promessas de concessão de terras*. (VASCONCELOS, 1999, p. 87).

As afirmações feitas anteriormente de que os Guaná (Terena) se ofereciam, para lutar na Guerra da Tríplice Aliança, sobre o conflito com fazendeiros, e também sobre a defesa das suas aldeias, não são compartilhadas por Leotti (2001), para esse referido pesquisador, a *ida dos índios para a guerra foi uma realidade e, de uma forma imposta, fazia-se com que os índios ficassem expostos à violência de um conflito estranho aos seus interesses*. (LEOTTI, 2001. p. 42).

No que concerne à invasão da Vila de Miranda, grassava a notícia de que os paraguaios tinham dominado o Forte de Coimbra, Corumbá, bem como a navegação pelo Rio Paraguai. E, devido à chegada das tropas paraguaias nas imediações dessa Vila em fins de 1864, os soldados e os não índios refugiaram-se na Serra de Maracaju, área tida como segura, onde o inimigo não atreveria a se aventurar.

Um aspecto que chama a atenção nessa debandada da Vila de Miranda foi a opção de se utilizar os rios como meio de transporte, devido a uma maior possibilidade de locomoção, de se poder refugiar na margem oposta à do inimigo, se fosse o caso; e ressalva-se ainda que, pelos caminhos terrestres, se estava mais propenso a encontrar patrulhas paraguaias.

Quasi todos os habitantes de Miranda fugiram embarcados descendo o rio Miranda, entrando no Aquidauana e subindo por este até perto do porto do Souza. Ahi se refugiaram nas fragosidades da serra de Maracajú (Morros); alguns tomaram caminho de Sant'Anna do Parnahyba. (TAUNAY, 1923, p. 123, nota de rodapé nº. 1).

Os antigos Guaná-Txané apossaram-se do arsenal de armas da Vila de Miranda, que os militares haviam abandonado, e impuseram certa resistência e hostilidade aos invasores paraguaios nas cercanias da Vila:

Os Indios moradores das aldeas da visinhança, depois da evacuação de nossa tropa e antes da entrada dos Paraguayos, apoderarão se da porção de armamento que existia nos armazens militares, e com elle hostilizarão o inimigo; mas este não tardou a domar essa resistencia, que não era de esperar fosse efficaz, attendendo á inferioridade de numero dos mesmos

Índios e á sua falta de disciplina. Assim ficarão os Paraguayos na plena e effectiva posse do Districto de Miranda. (Relatório do Presidente da Província do ano de 1865. p. 10).

É interessante destacar que a orientação do Comando Militar Brasileiro, no que se reporta a armamentos, era a de que os índios não tinham o direito de possuir armas como os demais soldados, pois reinava uma preocupação quanto à lealdade desses índios. Essa postura dos militares sempre evocou uma série de protestos e reivindicações por parte das comunidades indígenas.

Há que se enfatizar a peremptória contribuição dos índios para a sobrevivência da população que se refugiou nos morros (Serra de Maracaju), pois *effectuaram-se logo derrubadas para as sementeiras dos cereaes que alguns previdentes haviam trazido, certos de que, tão cedo, não voltariam aos seus lares.* (TAUNAY, 1931, p. 34).

Tiveram os Terena, por conseguinte, um papel de extrema valia, realizando incursões de pesca, caça, aprisionamento de bovinos e coleta de frutos da terra, sendo em grande parte ainda responsáveis pelo abastecimento de mantimentos das tropas brasileiras, tanto nos acampamentos militares quanto nas aldeias, que serviam ainda de refúgios para os não índios, ou seja, *os Terena deram apoio às tropas imperiais em momentos de dificuldade, como a fome enfrentada pelos soldados.* (EREMITES DE OLIVEIRA & PEREIRA, 2005, p. 5-6).

Ao escrever sobre o episódio do Exército Brasileiro na Retirada da Laguna, Taunay observou que os Guaná (Terena), no decorrer da guerra, sofreram uma série de agruras, quando grande quantidade deles teria perecido vítimas do fogo, das armas, fome e, principalmente, no que concerne às doenças. Quanto à retirada, destacou que:

(...) o chefe dos Terenas, Francisco das Chagas, chegou moribundo numa rêde que sua gente carregava. Estavam êstes desgraçados índios no auge do terror; mais não podiam mais abandonar a coluna, ocupado como se achava todo o campo por um inimigo, que, quando os apanhava, jamais deixava de os fazer perecer nos mais horríveis suplícios. (TAUNAY, 1952, p. 106).

A Retirada da Laguna refere-se ao episódio em que uma coluna ou expedição militar brasileira, que se encontrava em operações no Sul de Mato Grosso, atravessou o Rio Apa, dirigindo-se até a localidade de Laguna, no país Paraguai. Os soldados

paraguaios usaram a tática da “terra arrasada”, queimando e destruindo todos os víveres que pudessem ser úteis ao inimigo.

Ainda no tocante à Retirada da Laguna, Taunay enfatizou a importância da participação indígena, pois *os índios Terena e Guaicuru, que depois de se haverem comportado nessa refrega como bravos auxiliares, carregavam agora aos ombros os despojos⁸ dos cavalos tomados aos paraguaios.* (TAUNAY, 1952, p. 68-69).

Liderada pelo guia Lopes, Sales pontuou que essa coluna não teve outra alternativa a não ser retroceder, diante da perseguição imposta pelo exército paraguaio, pois *assolada por uma epidemia de cólera, constantemente fustigada pela cavalaria paraguaia, a coluna foi obrigada a iniciar um processo de retirada sob permanente hostilidade inimiga que, por pouco, não se transformou em verdadeira debandada.* (SALLES, 1990, p. 156).

Os componentes que participaram da retirada no decorrer do ano de 1867, entre eles uma quantidade considerável de indígenas Guaná (Terena), sofreram grandes adversidades, em função do estado de inconstância do comando militar e das oscilações do clima, enfrentaram sérias privações, principalmente no que diz respeito à alimentação e à locomoção.

Os soldados brasileiros, na longa campanha que se desenvolveu contra o Paraguai, não foram vítimas somente do despreparo militar, dos erros táticos e das divergências de comando. Enfrentaram, também, grandes dificuldades decorrentes de mudanças climáticas, como períodos de chuva ou de estiagem, de adaptação ao solo paraguaio e principalmente de grandes epidemias, como o cólera morbus, a varíola, as febres, as disenterias e o ataque das muquiranas. (SQUINELO, 2003, p. 96).

Outro elemento complicador foi a fumaça intensa, em função do fogo ateadado na macega⁹ pelos paraguaios, que estavam no encalço da coluna, além dos animais peçonhentos, da escassez de munição e fardamento; entretanto a mazela fundamental foi o cólera *morbus*.

⁸ Aquilo o que se toma ao inimigo; presa, espólio;

⁹ Campina suja, com capim alto e seco, a ponto de dificultar a passagem.



Figura 1 - A Retirada da Laguna – Composição de Álvaro Martins (Seth).

Foto: TAUNAY, Visconde de. A Retirada da Laguna. 1952, p. 132b.

É válido evocar que a Guerra da Tríplice Aliança aflorou sentimentos de autovalia nos Guaná (Terena), culminando em uma valorização da memória e do *ethos* tribal, pois:

(...) esse conflito representou, além de um fator ponderável à mobilidade dos Terêna, uma experiência que ficou gravada profundamente na memória tribal, constituindo-se, pode-se dizer, na *fase heróica* de um povo pacífico por natureza; proporcionou-lhes uma tomada de consciência de seus direitos sobre o território que ocupam, (...). (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 59-60).

Em consequência, vislumbra-se uma autoconsciência que esses índios passaram a ter de sua própria história e da importância de seu povo, corroborando para a constatação de que *os índios são agentes de sua própria história e portadores de sistemas socioculturais específicos, constatações estas que entram em choque com o eurocentrismo de cunho evolucionista unilinear, (...)*. (EREMITES DE OLIVEIRA, 2001, p. 122).

A participação dos índios na Guerra da Tríplice Aliança foi para o Império brasileiro de importância imensurável, pois serviram como conhecedores, espiões e guias da região e, segundo Vargas (2005), estes índios se fizeram presentes lutando contra os paraguaios, além de abastecer o exército brasileiro com informações e alimentação.

A questão da entrega de patentes militares brasileiras aos Guaná (Terena) foi discutida pelo alemão Richard Rohde, que foi o responsável, entre os anos de 1883-1884, por uma missão científica realizada pelo Museu de Berlim na região de Mato Grosso, indicando ainda, em seus estudos, a destacada participação dos Terena na guerra abaixo referida:

Na guerra do Paraguai ofereceram aos brasileiros bons serviços e, em consequência disso, alguns caciques do Brasil receberam patentes como alferes, que me mostraram com muito orgulho e me pediram para lhes ler. (...) Cada aldeia tem um comandante (sub-chefe), e sobre a tribo toda está um cacique, que recebeu da nação brasileira uma patente de “Capitão”. (ROHDE, 1990, p. 11-12).



Figura 2 - Dois índios Terêna, dos que combateram na Guerra da Tríplice Aliança, com uniformes de oficiais em desuso (acervo da Comissão Rondon, s/d.).

Fonte: disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/terena/1042>. Acesso em: 18.set.2008.

Pode-se deduzir, no entanto, que essa atitude representou uma tentativa de desarticular as comunidades indígenas. Ao transformar o chefe dos índios – o cacique, na figura de Capitão, favorecia-se uma relativa desestruturação da organização social indígena, uma vez que era notório o envolvimento desses índios ao sabor dos interesses da política indigenista brasileira.

Enfatiza-se que, devido aos préstimos que os Guaná (Terena) propiciaram ao Exército Brasileiro, alguns caciques receberam patentes de alferes e uniformes militares, como recompensa pelo seu apoio na Guerra da Tríplice Aliança:

(...) que seguindo a antiga pratica dos meus antecessores, pasei titulo ao índio Joaquim Victorino de Capitão da tribu terena a que pertence sem que este titulo lhe de direito ao pedido de fardamento completo que fiz e nem a cousa alguma. É verdade que se tem fornecido à alguns nas mesmas circunstancias, e com o fim simplesmente de agradá-los, algumas peças de fardamento do mesmo modo que se lhes fornecem roupas e ferramentas como brindes. (Lata 1886-C, doc. Avulso, APMT).

Não obstante, o relativo hábito dos Presidentes da Província de distribuir a patente de Capitão, como forma de agrado, teve um efeito avesso do que foi aventado no documento, pois o seu significado foi apropriado e reelaborado pelos indígenas de acordo com as pautas culturais que lhes eram convenientes.

Deram, por conseguinte, a esse referido título, um ressignificado, porquanto, munidos da farda e da insígnia como um sinal distintivo de poder, passaram a reivindicar a posse de seus antigos territórios. Quando eram visitados nas aldeias, e ou recebidos por membros do Governo, apresentavam-se vestidos com uniformes militares, procurando estabelecer a idéia de se tratar de uma reunião de autoridades.



Figura 3 - A aldeia do Ipégue onde vivem índios Terêna. Os índios costumavam reunir-se com dois capitães ao lado, para receberem a visita de Rondon.¹⁰

Fonte: Forte de Copacabana. Obra: Índios e Aspectos do Sertão do Brasil – Linhas Telegráficas de MT. Foto nº 022.

Várias vezes os Terena dirigiram-se a Miranda e Cuiabá, buscando relações diplomáticas com os representantes do Governo, revestidos com o *status* de prestadores de serviços à Nação e de amigos das autoridades brasileiras. Todavia, mesmo estando esses índios sempre presentes no decorrer da guerra, tendo abastecido o Exército Brasileiro com informações e alimentos, essa participação não lhes garantiu um de seus mais preciosos objetivos, que era a posse dos antigos territórios indígenas que ocupavam no período anterior à Guerra da Tríplice Aliança.

Pode-se inferir que, findo o conflito platino, grande parte das aldeias indígenas prostrou-se ante o infortúnio da guerra, pois foram destruídas e queimadas pelo inexorável

¹⁰Optou-se por transcrever a legenda da fonte devido à dificuldade da leitura, mantendo-se a grafia original;

inimigo. Houve, de acordo com estudos de Brand (1997) um verdadeiro *esparramo*¹¹, caracterizando-se uma situação de desterritorialização dos Guaná (Terena).

2.3 A Constituição das Fazendas

No que se reporta à questão da colonização do Sul da Província de Mato Grosso pela população não índia, pode-se afirmar que a Bacia do Rio Miranda, habitada em sua grande maioria pelos Guaná (Terena), foi palco de ondas sucessivas de expansão da pecuária.

Com a vinda dos Guaná (Terena) para a região Sul de Mato Grosso, por mais que fosse diminuta a população não índia, deu-se um inevitável convívio; sendo assim, o *problema indígena não pode ser compreendido fora dos quadros da sociedade brasileira, mesmo porque só existe onde e quando índios e não-índios entram em contato. É, pois, um problema de interação entre etnias tribais e a sociedade nacional, (...)*. (RIBEIRO, 1970, p. 193).

Isto ocorre principalmente a partir do segundo quartel do século XIX, engendrando um maior contato com a sociedade envolvente, culminando em um gradativo processo de colonização do Sul de Mato Grosso. Os estudos de Cardoso de Oliveira (1968) apontam que a primeira onda de segmento pastoril, oriunda do triângulo mineiro, rumo aos campos de vacaria no Sul de Mato Grosso, vai se dar por volta de 1830.

Todavia, neste caso, ainda não havia se dado a presença fixa da sociedade envolvente nesse local, devido à vastidão dos sertões e a rarefeita população. Constatase que, *sendo os índios a única mão-de-obra da região, só eles poderiam ter aberto as estradas, construído as fazendas e derrubado cada ano as matas para os roçados; mas era preciso ignorar e negar a evidência para justificar a servidão a que os sujeitavam*. (RIBEIRO, 1970, p. 113).

¹¹ Refere-se a uma expressão, que foi usada pelo Prof. Brand (1997), e caracteriza uma situação de desterritorialização dos índios. Neste trabalho, destaca-se o episódio em que os índios Guaná, no período posterior à Guerra contra o Paraguai (1864/1870), foram expulsos de seus territórios e espalharam-se pelas fazendas de gado no Sul do Estado de Mato Grosso, e trabalharam para a sociedade dominante na qualidade de mensalistas, diaristas e empreiteiros.

No período regencial, em especial entre 1831 e 1840, quando o Brasil foi pela primeira vez governado por brasileiros, os portugueses foram atacados violentamente, e os revoltosos chegaram a tomar o controle da Guarda Nacional e da Guarda Municipal em Cuiabá.

A insurreição, denominada de Rusga, estrugiu no ano de 1834, na Província de Mato Grosso, sendo encabeçada por representantes das elites locais, *as várias facções políticas, que até então se mostravam timidamente, surgiram com propostas de reforma social, política e administrativa.* (SIQUEIRA, 2002, p. 88). Em vista da iminente represália, parte desses pecuaristas vieram para o Sul de Mato Grosso, em território dos índios Guaná (Terena).

Atestam Campestrini & Guimarães, (1995, p. 36), que os fazendeiros, entre eles os Alves Ribeiro, que fundaram a fazenda Taboco, eram provenientes de Cuiabá, e que *na década de 1830, começou de fato o povoamento das terras que hoje constituem o Estado de Mato Grosso do Sul; (...) Homens de relevo de Cuiabá, após a Rusga, desceram para o sul e uns tantos se internaram no Pantanal, ao redor de Miranda; (...).*

Uma segunda onda de ocupação do Sul de Mato Grosso deu-se, efetivamente, após a Guerra da Tríplice Aliança, em grande parte oriunda de Paranaíba, com a constituição de fazendas cercadas de arames – expansão da pecuária – cerceando o espaço físico dos índios, em um processo de espoliação dos territórios Terena, tendo como consequência, uma guinada radical no *modus vivendi* desses índios.

Como observou Puntoni (2003), o esbulho das terras indígenas denota uma ligação pertinente com a Lei nº. 601, conhecida como a Lei de Terras, que fora decretada no ano de 1850, e que, mediante uma interpretação tendenciosa, à qual foi imbricada, acabou por deixar transparecer como sendo “legítima” a colonização das terras indígenas.

Lúcia Salsa Corrêa, ao pesquisar e analisar documentos obtidos no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, abordou um elemento importante, ao escrever um artigo que retrata o contexto histórico da colonização do pós-guerra no Pantanal. Segundo a autora, *com o término do conflito [os soldados] regressaram à região do sul da província mato-grossense e aos pantanais, tomando posse de largas faixas de terras consideradas sem dono, estabelecendo-se como criadores de gado bovino.* (CORRÊA, 2002, p. 157).

Destarte, uma grande parte do Exército Brasileiro, desmobilizado após a guerra, preferiu ficar na região entre os rios Aquidauana e Miranda do que voltar às suas terras de origem. Uma parte considerável desses soldados era proveniente do Nordeste.

Com o seu término e conseqüente (sic) desmobilização das tropas imperiais, os elementos humanos já não empenhados no esforço da guerra, já não empenhados no combate aos índios (de há muito neutralizados); acantonados na proximidades de Miranda, passaram a ocupar as terras existentes entre os vales dos rios Negro e Aquidauana, constituindo-se nos primeiros povoadores da região, (...). (RUSSI, 1975, p. 13).

Essa população, em grande parte, vai se dedicar à criação de gado, sendo responsável pela expansão pastoril, que redundou em um iminente contato cultural entre a sociedade envolvente – que trazia no seu âmago traços de uma cultura europeizada – e os índios Terena, que *constituíram a mão-de-obra básica, durante muito tempo, das fazendas que se formavam no sul de Mato Grosso, especialmente nas proximidades da região por eles ocupada.* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1972, p. 40).

Exarado, então, o fim da Guerra da Tríplice Aliança, o pomo da discórdia capital entre fazendeiros e os Guaná (Terena), era a reivindicação desses últimos em continuar a habitar seus antigos territórios tradicionais. Desta maneira, *a “questão indígena”, no século XIX, deixou de ser uma questão de mão-de-obra, para se converter essencialmente numa questão de terras.* (CUNHA, 1992, p. 4)

Esses territórios, situados na região de Miranda e Aquidauana principalmente, haviam sido invadidos e esbulhados mediante a posse de particulares. Conforme o que tem sido suscitado, *de uma maneira geral, após a guerra o Estado de Mato Grosso seguiu declarando como terras devolutas áreas tradicionalmente ocupadas por sociedades indígenas, pois nunca houve um levantamento dessas ocupações.* (EREMITES DE OLIVEIRA & PEREIRA, 2003, p. 315-316).

Essa conjuntura caracterizou uma situação de desterritorialização. Pois dispersada, a população acabou por se vincular ao trabalho nas fazendas de gado, que se estendiam pelos vales e nos altos da Serra de Maracaju, local para onde haviam se evadido durante a Guerra da Tríplice Aliança. É sabido que *na região do antigo território Terena, é muito difícil encontrar uma propriedade rural que não tenha contado com os braços*

Terena para “abri-la” (isto é, substituir a mata nativa pelas pastagens) ou mantê-la. (AZANHA, 2001, p. 59).

Os índios Terena passaram a ser inseridos na economia regional de uma forma compulsória, como mão de obra explorada pelos fazendeiros, vendendo sua força de trabalho, mudando seu *modus vivendi*, no eixo *Campo Grande-Corumbá*, após o conflito, *várias aldeias terena estavam destruídas, e a população acabou dispersa pelas fazendas da região.* (CARVALHO, 2002, p. 471).

Com a Proclamação da República, a Constituição Federal, promulgada em 1891, transferiu para o poder dos Governos estaduais as terras que foram caracterizadas como “devolutas” e que até então, eram da alçada do Império.

O Governo do Estado de Mato Grosso vendeu e ou cedeu títulos de posse de forma gratuita para setores da sociedade dominante, de uma vasta parte dos territórios tradicionais habitados pelos índios Guaná (Terena), o que provocou sérios conflitos de interesses no Sul de Mato Grosso.

É notório que uma parte considerável dos membros do Governo de Mato Grosso fazia parte de uma elite abastada, inclusive de fazendeiros, e naturalmente tinham interesses em “ceder” os títulos de terras “devolutas”. Todavia, mediante a carência de mão-de-obra – que este trabalho de Dissertação procurou discutir - que afligia o Sul de Mato Grosso, é possível levantar a hipótese de que *no âmbito da política de terras, a concessão gratuita foi proposta como mecanismo que viabilizaria a atração de trabalhadores sem terra de outras regiões e estrangeiros.* (ALVES, 1984, p. 46).

A este respeito, foi enviado um documento em 1914 ao Bacharel Jayme de Carvalho, Diretor da Secretaria de Governo de Mato Grosso, pelo Oficial Contador Arnaldo de Moraes que, por determinação do Secretário da Agricultura, deveria ser informado ao Presidente do Estado,¹² sobre a emissão de títulos de propriedade pela Diretoria de Terras.

De ordem do Snr, Dr. Secretario da Agricultura, remetto-vos, afim de ser presente ao Exmº. Snr. Dr. Presidente do Estado, três títulos definitivos passados pela Diretoria de Terras, dos lotes denominados “BANDEIRA,” ‘SÃO FRANCISCO,’ e ‘SÃO JERONIMO”, situados no município de Miranda, conferidos aos Snrs. Honorato Pereira de Mattos, Joaquim Jule

¹² Não consta no documento o nome do Presidente do Estado, todavia, é sabido que no ano de 1914, era o Sr. Joaquim A. da Costa Marques.

e Antonio Vieira de Oliveira e Coronel José Alves Ribeiro. (Lata 1914 B, documento avulso nº. 82, APMT). (grifo nosso).

A família Alves Ribeiro – destacada na fonte acima - vai fundar a fazenda Taboco, na localidade de Aquidauana e, segundo o que pontuou Castro (2002), esta foi elevada à categoria de município no ano de 1907. Não obstante, o documento ainda se refere ao município de Miranda, situação que se repete posteriormente.

Essas propriedades, na sua grande maioria, faziam parte dos territórios tradicionais dos índios Guaná (Terena), que foram usurpados pelos criadores de gado e, posteriormente, passaram a receber do Governo tais latifúndios documentados e legitimados, caracterizando-se uma situação de espoliação das terras indígenas.

Em uma outra situação, o Contador Pedro Gomes remeteu um documento ao Diretor da Secretaria de Governo no decorrer de 1916, onde o Secretário da Agricultura solicitava que fosse remetido ao Presidente¹³ do Estado, títulos que Mato Grosso concedeu a setores da sociedade envolvente. Ressalta-se que os pecuaristas haviam tomado posse provisória em territórios considerados como áreas indígenas. Nota-se que a família Alves Ribeiro foi novamente “contemplada”.

De ordem do Exmº. Sr. Dr. Secretario da Agricultura e para que seja presente ao Exmº Sr. Dr. Presidente do Estado, tenho a honra de enviar-vos os títulos definitivos das posses denominadas “Lageado e São José”, situados nos municípios de Coxim e Miranda e conferidos ao Sr. Coronel José Alves Ribeiro. (Lata 1916 E, ofício avulso nº. 85, APMT). (grifo nosso).

Fazia parte dos meandros da política do Governo do Estado de Mato Grosso conceder, de forma gratuita, lotes de terras que foram ardilosamente caracterizadas como “devolutas” e que estavam situadas à margem da ferrovia NOB.

Tinha-se como mira alavancar o processo de colonização, o que engendrava uma locupletação em proveito de setores da população envolvente e, em detrimento dos índios Guaná (Terena), que se deslocavam por essa região desde o século XVIII. Corrêa, ao escrever sobre a influência da NOB, e a concessão de lotes pelo Governo, ponderou que:

¹³ Não consta no documento o nome do Presidente do Estado, no entanto, é sabido que no ano de 1916, era o Sr. Caetano Manoel de Faria e Albuquerque.

A construção da estrada de ferro serviu também aos propósitos da política de colonização do Estado, cuja legislação de terras permitia aos interessados obter gratuitamente lotes que variavam de 50 a 200 hectares de terras devolutas, previamente estabelecidas para este fim. (CORRÊA, 2005, p. 152).

No decorrer de 1918, o Secretário da Agricultura, denominado Florence, remeteu ao Presidente do Estado, o Bispo Francisco de Aquino Corrêa, um documento onde o requerente solicitava terras gratuitamente. Tendo-se como fulcro o que rezava na legislação vigente, o requerimento foi orientado para ser deferido.

Passando às mãos de V. Ex^a. Rvm^a o requerimento do Sr. José Ribeiro, pedindo a concessão gratuita de dois lotes de terras devolutas, de 50 hectares, situados no município de Campo Grande, na zona da Estrada de Ferro Itápura-Corumbá, cabe-me informar que, os artigos 36 e 43 da Consolidação das Leis – de Terras, auctorisam o Governo conceder a nacionaes ou estrangeiros que desejaram estabelecer-se no Estado como agricultores lotes de 50 hectares, a titulo gratuito. Assim, diante dos documentos apresentados e estando – preenchidas todas as formalidades sem ter havido protesto algum, julgo que o requerente deve ser atendido. (Lata 1918 B, officio avulso s/n, APMT).

Ao elaborar o Relatório da Terra Indígena Buriti, o antropólogo Gilberto Azanha analisou os estratagemas granjeados pelo Governo de Mato Grosso quanto à concessão de terras, com o intuito de primar e zelar pelos interesses dos fazendeiros. Registrou ainda que *estes títulos tiveram sua origem em processos de compra sobre terrenos reputados pelo Estado do Mato Grosso como devolutos e desta forma adquiridos por particulares. Estes processos estão eivados de vícios,(...)*. (AZANHA, 2001, p. 79).

A região onde estava localizada a Fazenda das Correntes – assunto que será tratado posteriormente – e que era habitada principalmente pelos Guaná (Terena), vai ser alvo de cobiça por um número cada vez maior de fazendeiros, que buscavam pastagens para seus rebanhos em um apressurado processo de expansão da pecuária.

Os criadores de gado promoveram uma campanha difamatória que exteriorizava uma série de injustiças e iniquidades contra os indígenas. O objetivo em voga era desabonar a índole laboral desses índios para com a opinião pública, e se apropriarem de forma definitiva dos seus territórios tradicionais.

Contra as assertivas desses fazendeiros, é que a presente Dissertação se situa, pois seu foco principal é justamente suscitar e discutir a importante contribuição da mão-

de-obra dos indígenas no Sul de Mato Grosso, tendo como suporte as pesquisas bibliográficas e as fontes consultadas. No tocante ao trabalho dos índios Guaná (Terena), os documentos sugerem fortes evidências de que:

(...) elles, que foram os braços para a fundação e cultura das fazendas; elles que abriram as carreiras e carrearão para seus accusadores; elles, que trabalham na farinha, no assucar, na rapadura e nos alambiques dos seus detractores; elles, que lavraram e serraram as madeiras para as casas destes; finalmente, elles, que foram – sósinhos – os constructores da unica estrada de autos da região! (Relatório de 1927 feito pelo Inspetor Nicolau Bueno Horta Barbosa, Relativo ao MEMORIAL sobre as terras do correjo “Burity”, DEDOC/FUNAI-Brasília p. 268).

Por conseguinte, prestaram esses índios os mais variados tipos de trabalho para setores da sociedade dominante, mormente para a elite latifundiária no Sul de Mato Grosso, contribuindo, sobremaneira, para a abertura e conservação das fazendas de gado, bem como para a produção de alimentos, serviço em que se destacaram os Guaná (Terena), considerados como exímios agricultores.

A dispersão pelas fazendas da região ficou caracterizada pelos Guaná (Terena) como tempo da servidão. Observa-se que esse período inicia-se com o fim do conflito platino em 1870, estendendo-se até o exórdio do século XX, face à criação das Reservas Federais, sob os auspícios de Rondon.

Data, portanto, das primeiras décadas do século XX, o início da terceira onda de ocupação, sobretudo devido à construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, concluída em 1914. Esta, por conseguinte, redundou em um povoamento mais efetivo e progressivo do Sul de Mato Grosso, em virtude da NOB recortar territórios dos Guaná (Terena) e engendrar uma ambiciosa especulação fundiária.

Não me enganei quando ha um anno, previ a influencia que exerceria a estrada de ferro Noroeste no povoamento e na valorização dessas terras no Sul. Sobem a algumas centenas os pedidos em andamento de aquisição, de terras publicas naquella zona, não só das que já eram abusivamente occupadas, como das propriamente devolutas. (Mensagem de Pedro Celestino à Assembléa Legislativa, 1910 *apud* CORRÊA, 1999, p. 184).

Mediante o que pontua Corrêa (2006), a questão pela posse das terras foi cravada pela inevitável onda de violência que caracterizou o Sul de Mato Grosso. É significativo compreender que a sociedade envolvente, tendo um denso aparato bélico, fez

prevalecer suas aspirações territoriais, alijando as sociedades indígenas. Depreende-se que essa usurpação espúria deu-se em grande parte pela expropriação das terras indígenas.

2.4 O SPI e a Constituição das Reservas

No que se refere à questão de terras, que está intrinsecamente relacionada à temática trabalho, tinha como objetivo, o Governo Brasileiro, já no primeiro quartel do século XX, realizar o aldeamento dos índios e apropriar-se dos territórios que esses ocupavam no período anterior à Guerra da Tríplice Aliança, territórios esses que foram espoliados e usurpados por parte da sociedade envolvente.

Os debates atuais indicam que naquela conjuntura, a civilização e a territorialização dos índios eram consideradas de fundamental importância para o processo colonizatório do Sul de Mato Grosso e, *no caso das sociedades indígenas, civilizá-las significa destruí-las enquanto formas inferiores e, no seu lugar, implantar outra, tida como superior.* (ZORZATO, 1998a, p. 185).

No pós Guerra da Tríplice Aliança já se vislumbrava a necessidade do Governo brasileiro em criar um espaço territorial para que os índios pudessem ocupar e, por extensão, não obstassem o povoamento e o desenvolvimento do Sul de Mato Grosso, uma vez que os Guaná (Terena) não aceitaram simplesmente a perda de seus territórios para as fazendas de pecuária que se formavam na região.

Durante o Governo do Presidente Nilo Peçanha, em 20 de junho de 1910, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais-SPILTN, através do Decreto nº. 8072, que, a partir de 1918, denominou-se apenas Serviço de Proteção aos Índios- SPI, tendo esse órgão realizado:

(...) a demarcação de pequenas porções de terra em que os grupos indígenas, resumidos muitas vezes à dimensão de famílias nucleares, se fixariam e dos quais extrairiam sua subsistência básica, o mais sendo complementado com a sua inserção no mercado regional de mão-de-obra, mediada pela atuação do Serviço. (SOUZA LIMA, 2002a, p. 168).

Face à nova legislação, cabia à República resgatar as populações indígenas do extermínio a que estavam submetidas desde os tempos coloniais. Segundo o que observou

Gagliardi (1989), nessa nova orientação vai dar-se a substituição da palavra catequese pela palavra proteção.

O SPI tinha como propósito encontrar um ponto de equilíbrio entre interesses antagônicos: de um lado a expansão capitalista movendo-se com toda voracidade pelo Sul de Mato Grosso, e de outro, os indígenas resistindo obstinadamente para não serem alijados dos seus territórios tradicionais.

Mesmo nas fases mais esclarecidas da “proteção” oficial, os órgãos indigenistas trabalhavam no sentido de amenizar o impacto do processo “civilizatório”, considerado um fato inevitável que, dia mais, dia menos, levaria à completa integração dos índios à nação brasileira. (MONTEIRO, 2004, p. 222-223).

Corroborar-se a idéia de que, apesar da doutrina fraternal do SPI, aldear os índios era um meio de se conseguir glebas livres para os criadores de gado desenvolverem a frente pastoril. É este viés de conduta que vai permear os meandros da política indigenista brasileira no século XX. Por outro lado:

As Reservas passaram a representar, para os Terena, não só o espaço necessário para a reafirmação do *ethos* tribal, mas também de uma certa liberdade. Para os moradores das reservas, o trabalho externo voltaria a ganhar sua característica de trabalho *facultativo* (sua característica antes da guerra), com a reaquisição da liberdade de escolha do tipo de serviço e até do patrão. (AZANHA, 2004a, p. 6).

No entanto, esses índios encontravam-se prostrados e impossibilitados de reproduzir o seu *modus vivendi* de forma satisfatória, em face da exigüidade territorial dessas Reservas. Mediante o exposto, é preciso elucidar que *a pressão demográfica leva a uma intensificação do uso da terra ou à incorporação de novas terras (...)*. (LINHARES, 1997, p. 169).

Com a criação das Reservas Federais, seria atenuada a escassez de mão-de-obra no Sul de Mato Grosso, além do fato de estar atendendo às reivindicações dos próprios índios. Contudo, a pacificação de Rondon redundava na posterior exploração desses índios, uma vez que:

(...) tratava-se de *atrair e pacificar*, conquistar terras sem destruir os ocupantes indígenas, obtendo, assim, a mão-de-obra necessária à execução dos ideais de Couto de Magalhães, de desbravamento e preparação das terras não colonizadas (para uma posterior ocupação

definitiva por brancos), por meio de populações “aclimatadas” aos trópicos. (SOUZA LIMA, 2002a, p. 160-161).

No transcorrer de 1905, sob o patrocínio de Rondon, foi realizada a primeira demarcação de terras indígenas dos Terena nas localidades de Cachoeirinha e Ipegue, Sul do Estado de Mato Grosso, caracterizando-se um processo de (re) territorialização desses índios. *Entretanto, essas demarcações não se basearam em procedimentos de identificação das terras de ocupação tradicional; demarcava-se a extensão julgada possível ou necessária naquele momento histórico.* (EREMITES DE OLIVEIRA & PEREIRA, 2003, p. 306).

No decorrer do ano de 1922, ocorreu a delimitação das terras indígenas do Buriti, proporcionando aos índios Terena que se encontravam esparramados nas fazendas da região, a posse da terra e o convívio em comunidades indígenas. *Assim, com a demarcação das reservas, esses espaços passaram a funcionar também como áreas de acomodação para inúmeras famílias terena que viviam nas fazendas.* (PEREIRA, 2008, p. 36).

Mediante o que vem se discutindo, pode-se afirmar que, devido à atuação do SPI, puderam esses índios resistir aos efeitos dissociativos do contato interétnico, pois a *problemática do território é central na existência atual dos índios (...) ocupa uma posição central na definição dos padrões de sua organização social e nas suas manifestações identitárias e culturais.* (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999, p. 108).

Documento expedido pela Fundação Nacional dos Índios – FUNAI, em 1982, destaca que os índios Guaná (Terena) foram agraciados com uma Reserva de terras no lugar denominado “Brejão”, no município de Nioaque.

O Coronel Cândido M. S. Rondon foi o responsável pela legalização dessas terras em 1924, e de acordo com o “Histórico” localizado nas folhas 020, processo nº 1059/82, que faz parte do seu Relatório de viagem, essas terras foram uma recompensa por esses índios terem participado das lutas na Guerra contra o Paraguai ao lado do Império Brasileiro.

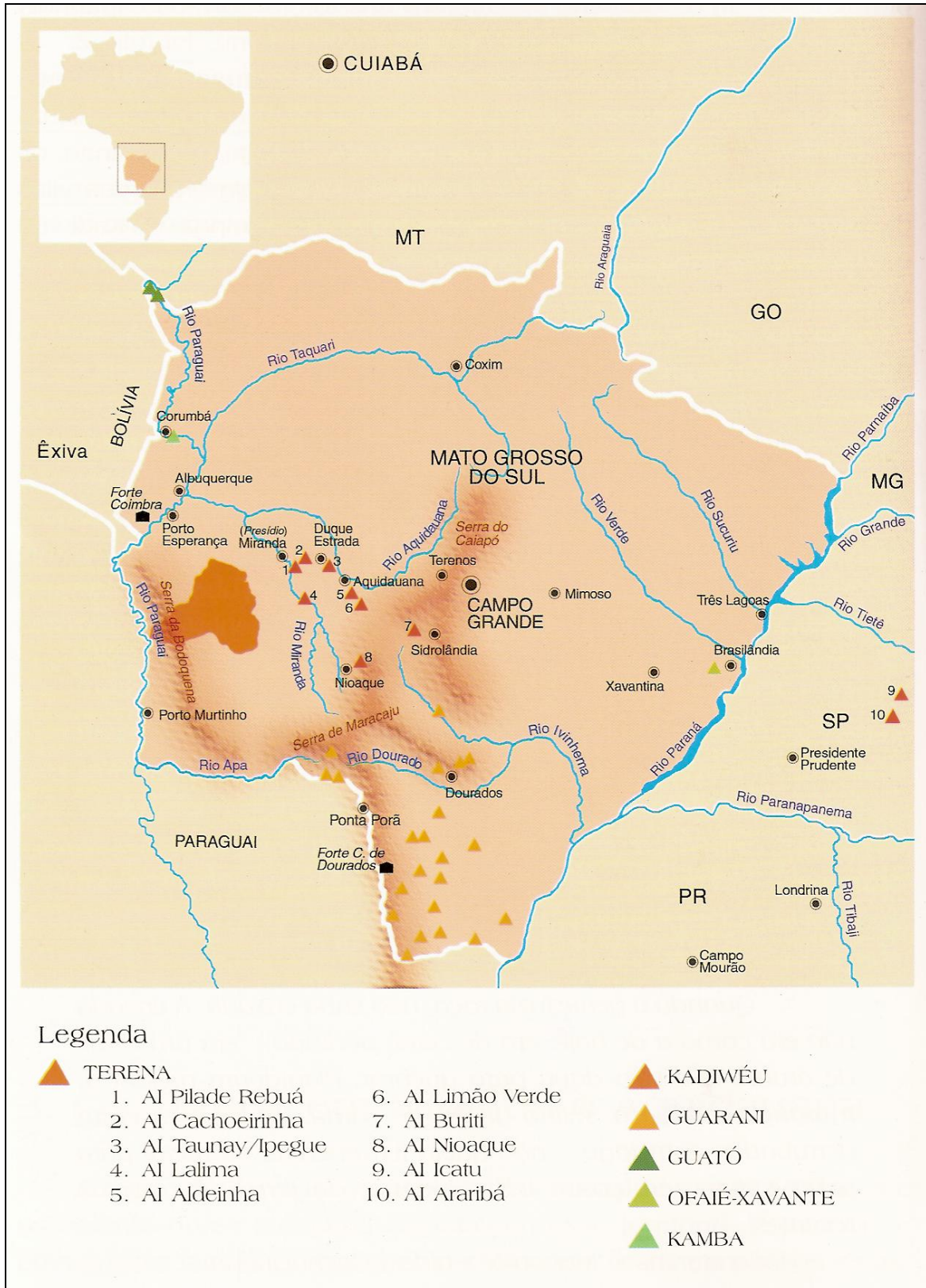
Enfatiza-se que essas referidas terras foram demarcadas por Nicolau Bueno Horta Barbosa, que assinou o memorial relativo à demarcação das terras do Brejão. Mediante o documento, é possível constatar a busca desses índios por novos territórios e ofertas de trabalho:

Pelo anno de 1884 foi o que aconteceu com os indios terênas, que, sob a direcção e conselhos do mais avisado delles, o fallecido Capitão Joaquim Victorino, haviam deixado as aldeias de “Naxe Daxe” e outras do municipio de “Miranda”, e se transportado para “Nioac”; seja pelo seu natural pendor de buscarem outras terras; seja, e mais provavelmente, por se agradarem das offertas dos fazendeiros dessa segunda Villa. (Memorial de Nicolau Bueno Horta Barbosa - 1924, Relativo à Demarcação das Terras do Brejão, In: Processo de Regularização Fundiária nº 1059/82 da Área Indígena “Nioaque”, CGAF, FUNAI, Brasília, p. 7-8).

Esses índios Guaná (Terena) obedeciam à direcção do Capitão Joaquim Victorino, e usando como estratégia tomar posse de um maior território possível, estabeleceram-se por uma grande região, acompanhando as matas do ribeirão Urumbeba.

É fato que essas referidas Reservas não eram condizentes com as necessidades de sobrevivência física e cultural das famílias indígenas dos Terena que habitavam o Sul de Mato Grosso, pois, como observou Pacheco de Oliveira, as *terras que eram atribuídas pelo SPI a populações indígenas (...) eram muito menores do que a região onde aquelas populações construía seus aldeamentos e transitavam com certa regularidade.* (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999, p. 109).

Figura 4 - A Ocupação de Mato Grosso.



Fonte: BOTTENCOURT E LADEIRA, 2000.

Com relação a renda dos índios, esta era complementada com a mão-de-obra em trabalhos de changa esporádica no mercado regional, uma vez que, *intimamente relacionada com a terra, está a distribuição e a quantidade da população que nela vive ou foi vivendo ao longo dos séculos.* (MATTOSO, 1988, p. 172).

Era, portanto, objetivo da política indigenista perfilar uma grande quantidade de aldeias nas proximidades de guarnições militares, com a pretensão de toldar os índios em singelos produtores em novas áreas de povoamento, para serem capazes de produzir alimentos para sua necessidade básica de sobrevivência.

Deveria o SPI incentivar e viabilizar o aspecto da colonização, pois do ponto de vista material, procurava-se induzir nos índios o desejo pelo cultivo do solo, para tornarem-se úteis ao país e, desta forma, carregarem alimentos para a sociedade envolvente. Desse modo *os Terena passaram a ser considerados importantes apenas como mão-de-obra para as empresas agropecuárias da região e o chefe do posto do SPI era quem organizava o trabalho para os fazendeiros.* (BITTENCOURT & LADEIRA, 2000, p. 97).

É de se supor e reconhecer, conforme assinalou Pacheco de Oliveira (1998), que os territórios indígenas não prejudicavam o desenvolvimento capitalista, ou seja, não criavam obstáculos para o desenvolvimento e expansão das atividades agrícolas e pecuárias. Complementando, Barbosa pondera sobre as sociedades indígenas:

Suas características principais revelam-se pelo seu caráter eminentemente comunitário, como base territorial de um povo, bem fora do comércio, indivisível, inusucapível, não voltada necessariamente para a produção de bens de comércio e diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimentos do povo que a possui. (BARBOSA, 2001, p. 77).

A Lei de Terras, criada em 1850, foi incapaz de impedir o avanço dos fazendeiros sobre as áreas indígenas no Sul de Mato Grosso. Como consequência, quando foi realizada a delimitação dos territórios indígenas, desconsiderou-se a região de ocupação tradicional dos índios. Era, portanto, um dos objetivos primordiais do SPI, direcionar e procurar *colocar as populações indígenas sob a égide do Estado, a fim de assegurar-lhes assistência e proteção, e tornar efetiva e segura a expansão capitalista nas áreas onde havia conflito entre índios e fazendeiros.* (GAGLIARDI, 1989, p. 253).

No que se reporta ao direito previsto nas Constituições Brasileiras, desde a que foi promulgada no ano de 1934, durante a era Vargas, já se consideravam as terras indígenas como inalienáveis. Esse direito foi mantido nas Cartas Magnas posteriores.

Os direitos indígenas não decorrem de uma condição de primitividade ou de pureza cultural a ser comprovada nos índios e coletividades indígenas atuais, mas sim do reconhecimento pelo Estado brasileiro de sua condição de descendentes da população autóctone. Trata-se de um *mecanismo compensatório* pela expropriação territorial, pelo extermínio de incontável número de etnias e pela perda de uma significativa parcela de seus conhecimentos e do seu patrimônio cultural. (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999, p. 117-118).

O esbulho de seus territórios tradicionais vai engendrar uma luta permanente nas sociedades indígenas, dentre elas os Guaná (Terena), para procurar reconquistar e reconstruir os espaços geográficos territoriais de sua etnia. Essa abordagem está relacionada a uma situação histórica que fora:

(...) imposta pelo contato interétnico compulsório que em Mato Grosso do Sul vem caracterizando as relações entre índios e não-índios, a partir das primeiras décadas do século XX. Esta situação histórica é em boa medida caracterizada pela tentativa de territorializar os índios, constringendo-os a espaços limitados e com fronteiras fixas. (MURA, 2004, p. 123).

Os índios foram encerrados em áreas reduzidas, o que elidiu uma parcela considerável de seus territórios tradicionais. Não obstante, proporcionou aos indígenas, que estavam esparramados nas fazendas da região, a posse de um quinhão de terra e o convívio em comunidades indígenas.

Assim, apesar da endêmica *territorialização induzida* dos índios Terena, esses galgaram uma restrita base territorial para a manutenção de sua etnia tribal. Nas palavras de Azanha, a Reserva *é, para a maioria dos seus habitantes, o lugar de moradia e de referência para a manutenção e atualização do ethos e identidade Terena: não se vive da Reserva, mas na Reserva.* (AZANHA, 2004b, p. 5)

Como essas áreas careciam de recursos necessários para as suas necessidades físicas, a comunidade indígena ficou à mercê da tutela do Estado, quanto às sementes para as roças, ferramentas, maquinários e assistência médica. Azanha, ao ouvir depoimentos dos índios, pontuou que esses:

(...) mostram que jamais, em tempo algum, eles deixaram de ocupar as áreas contíguas à Reserva demarcada por Rondon, pois ali, reconhecidamente, eram territórios de usos tradicionais. Muitos nasceram ali e, até quando as condições ecológicas o permitiram, continuaram a realizar expedições de coleta e para caçadas nos lotes vizinhos, legitimados ou adquiridos junto ao Estado do Mato Grosso através de procedimentos fraudulentos. (AZANHA, 2004b, p. 3-4).

Era sabido que, em alguns postos indígenas, grassavam desvios de conduta (corrupção) por parte de determinados encarregados, e que era do conhecimento administrativo do SPI. Esses funcionários, tal qual parte da sociedade envolvente que contratavam os indígenas como mão-de-obra submissa e barata, estavam arraigados de preconceitos, estigmatizavam os índios como néscios e esquivavam-se de atitudes que pudessem otimizar o cotidiano nos Postos.

Os encarregados do SPI intermediavam os contratos de trabalho com os fazendeiros, autorizavam a ausência desses índios das *áreas de acomodação* (PEREIRA, 2008, p. 35), para o trabalho de changa. Enfatiza-se que esse órgão tinha como premissa integrar os índios à sociedade nacional, e instrumentalizar condições para transformá-los em trabalhadores rurais.

Pelo que foi abordado, pode-se depreender que as Reservas Federais demarcadas pelo SPI, desde os anos iniciais do século XX, se referiam às diminutas glebas de terras, onde os índios nos seus “lotes” produziam uma subsistência básica para o sustento da família e vendiam o excedente para a população ao entorno.

No capítulo seguinte será abordada uma série de modalidades de trabalho com que os índios Guaná (Terena) estiveram envolvidos no Sul de Mato Grosso, quer seja produzindo alimentos no interior nas aldeias, quer seja nas modalidades de trabalho externo para a sociedade envolvente. Será focado também o labor para o Governo na realização de obras de infra-estrutura nos serviços públicos, na construção das linhas telegráficas e na construção da ferrovia NOB.

CAPÍTULO 3

O TRABALHO DOS ÍNDIOS GUANÁ (TERENA) NO SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO

3.1 Modalidades de Trabalho Envolvendo os Terena

Este item tem como escopo a busca de elementos que permitam compreender a importância da produção de alimentos no interior das aldeias, aldeamentos e postos indígenas, que davam suporte à subsistência dos índios e contribuía, sobremaneira, para o sustento da comunidade local que tinha a possibilidade de comprar os excedentes de produtos agrícolas dos índios Guaná (Terena) a preços modestos, possibilitando, assim, os mecanismos de sobrevivência física desses habitantes, provendo suas necessidades básicas de alimentação.

Assim sendo, neste trabalho, entende-se por “aldeia” a forma tradicional da organização dos povos indígenas. Quanto ao “aldeamento”, depreende-se que foi o processo de reunião de várias etnias a partir do século XIX, com o objetivo de civilização, catequização e preparação para o trabalho, enquanto que “Posto Indígena” refere-se a uma presença administrativa do SPI, criada dentro das Reservas a partir de 1910. Todavia, conforme a documentação da época é possível visualizar uma relativa ambigüidade quando se toca na questão de tais terminologias.

Resultados de pesquisas já consolidadas trazem à baila a importante contribuição do trabalho dos índios no processo de desenvolvimento e colonização de grande parte do território mato-grossense, sendo reconhecida a estreita ligação entre o trabalho dos índios Guaná (Terena) e a produção de excedentes de alimentos, que seriam utilizados para prover setores não produtivos da sociedade local, como os regionais, funcionários públicos e religiosos.

Ressaltam os relatos dos cronistas e viajantes que, apesar das pequenas diferenças lingüísticas, os subgrupos Guaná faziam parte de uma mesma Nação, sendo laboriosa e engenhosa, de índole pacífica e que, de forma considerável, supriam as necessidades alimentícias, de vestuário e artesanal, dos poucos núcleos populacionais brasileiros na região Sul de Mato Grosso.

No decorrer de abril de 1803, o militar engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra apresentou seu "Parecer sobre os aldeamentos dos índios Guaicuru e Guaná", que viviam nos terrenos adjacentes dos presídios de Coimbra, Miranda e nas cercanias de Albuquerque, observando que:

Plantam algum milho, mandioca, grandes quantidades de morangas e batataes. Tecem todos os annos bons pannos e alguns paicús; (...) os guanás vendem todos os annos em Coimbra algumas redes e pannos, bastantes gallinhas, grande somma de batatas e alguns porcos, tendo assim estas permutações enriquecido mais esta nação que os uaicurús, (...). (ALMEIDA SERRA, 1866, p.208).

D'Alincourt (1975), ao se referir ao local à margem direita do Rio Paraguai, no ano de 1818, onde se localizava a aldeia de Albuquerque e foi estabelecida a Missão de Nossa Senhora da Misericórdia, tomou conhecimento da fertilidade da terra para as práticas agrícolas, ponderando que:

(...) os Índios Guanás ali estabelecidos, que chegam a 300 almas, criam galinhas e alguns porcos, fazem plantações de milho, feijão, mandioca, abóboras, batatas e outras para seu consumo, e para irem vender a Coimbra, o que é de grande proveito para a guarnição daquelle Forte. (D'ALINCOURT, 1975, p. 176).

Em meados do século XIX, percorreu o Sul de Mato Grosso o viajante Francis Castelnau, que fez várias incursões aos aldeamentos de índios que se encontravam nas

circunvizinhanças da cidade de Miranda. Segundo o autor, os primitivos habitantes dessa região foram os índios Guaxis; ao se referir aos Terena, afirmou:

Essa gente é bastante industriosa; cria muito gado e possui muitos cavalos. Fazem grandes lavouras de cana-de-açúcar, de milho, de feijão e de mandioca. Cultivam também bastante algodão, com que as mulheres fazem lindos tecidos, para vender aos brasileiros. Finalmente, sabem fabricar bonita louça de barro. (CASTELNAU, 1949, p. 302).

Quando da visita de Castelnau a essa região, seus moradores, os índios, estavam focados nos preparativos de uma festa a realizar-se no dia seguinte, e assim, não logrou êxito quanto ao seu objetivo que era o de contratar remadores para as embarcações. A um olhar mais atento, é instigante perceber que não bastava ser requisitado para o índio empalmar um remo.

O menosprezo pelo serviço, aqui em questão, pode estar relacionado à provável importância da festa no âmbito das relações entre grupos familiares. Além disso, é presumível que naquela conjuntura, a aldeia satisfazia suas necessidades de subsistência, inexistindo o elo laboral naquele contexto.

Essas situações permitem deslindar a preferência dos índios pelo trabalho extrativista, que não “judia do corpo”. Castelnau observou que, ao entrar no porto de Albuquerque *nesta ocasião, estavam de saída três grandes canoas cheias de índios Guanás, que iam em busca de ipecacuanha. As embarcações sobem o Paraguai até Vila Maria, seguindo daí para os rios em cujas margens crescem a referida planta.* (CASTELNAU, 1949, p. 284).

No período que antecedeu à Guerra da Tríplice Aliança (1864/1870), a produção agrícola excedente dos Guaná (Terena) já era vendida para a sociedade dominante, Forte Coimbra, e/ou permutada por aguardente, panos, armas de fogo, animais e instrumentos de trabalho. A variedade de produtos produzidos, as trocas comerciais e os tipos de trabalhos externos executados, são apontados no Relatório do Presidente da Província, Francisco José Cardozo, elaborado em 1872. Diz o autor:

As famílias oriundas desta tribo pouco differem em si no modo de viver. São pacíficas e hospitaleiras. O Guaná facilmente contracta-se a toda a sorte de serviços, mórmente para o da navegação fluvial em alguns pontos da Provincia. Sustentão-se além da caça e da pesca, da carne de vacca e dos productos dos cereaes que cultivão. Plantão milho, mandioca, arroz, feijão, canna, batatas, etc. Preparão menos mal a farinha de mandioca. O que colhião antes da invasão paraguaya, não só provia suas

necessidades como até chegava á exporem á venda o excedente, ou fazerem a permuta dos generos por fazendas, ferramentas, aguardente, armas de fogo, polvora, chumbo, quinquilharias, e bem assim gado vaccum e cavallar, de cuja criação cuidavão. Fião, tecem e tingem o algodão. Fabricão redes, panos, cintos e suspensorios. (Relatório do Presidente da Província do ano de 1872. p. 139-140).

Em sua “Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas”, Florence, entre os anos de 1825 a 1829 apontou que os índios Guaná moravam na margem ocidental do Rio Paraguai, situados pouco acima da Vila de Miranda; habitavam uma grande povoação e perlustravam a língua portuguesa com certa dificuldade. Não obstante, das comunidades indígenas dessa região, era a que tinha um contato mais estreito com os brasileiros; esses índios eram caracterizados como:

Lavradores, cultivam o milho, o aipim e mandioca, a cana de açúcar, o algodão, o tabaco e outras plantas do país. Fabricantes possuem alguns engenhos de moer cana, e fazem grandes peças de pano de algodão, com que se vestem, além de redes e cintas. Industriais, vão, em canoas suas ou nas dos brasileiros, até Cuiabá para venderem suas peças de roupa, cintas, suspensórios, silhas de selim e tabaco. Grande parte deles empregam-se nas plantações ou moendas a ganharem dois a três vinténs por dia além do sustento, ou então entregam-se à pescaria, indo levar o peixe à cidade de Cuiabá, em cujo pôrto habitam numas choupanazinhas. (FLORENCE, 1948, p. 71).

Foi elaborado um resumido documento no ano de 1880, pelo Diretor das aldeias da Vila de Miranda sobre os índios Guaná, e enviado ao Diretor Geral dos índios, Thomaz Antonio de Miranda Rodrigues, que acrescentou mais informações sobre outros índios e o remeteu ao Presidente da Província de Mato Grosso Gustavo Galvão, o Barão de Maracaju que, por sua vez, o anexou ao Relatório de 1880.

Refere-se o citado Relatório aos Laiana, Terena e Chamacoco, relatou o respectivo Diretor Geral Rodrigues, que existiam nas aldeias da Vila de Miranda, em torno de 728 índios, e que:

Os que permanecem nas respectivas aldêas empregão-se na cultura de cereaes, tabaras e hortaliças de que abastecem aos habitantes do lugar. Estes indios são dóceis e pacificos, e mostram muita propensão á aprendizagem de officios mechanicos e para as primeiras letras, em que alguns menores vão-se aproveitando. (Relatório do Presidente da Província do ano de 1880. Anexo E-2).

De um modo geral, era prática solerte da população ao entorno, majorar consideravelmente os preços das mercadorias que os índios tinham que adquirir e, amiúde, pagavam valores ínfimos à sua produção. Ao se reportar aos Terena, quando da construção das linhas telegráficas no Sul de Mato Grosso, Rondon declarou que:

Cultivam a mandioca de que fazem farinha, a banana, a batata, a cana de açúcar e o algodão com que fabricam rêdes e tecidos diversos. Nos seus aldeamentos plantam laranjeiras, limeiras, limoeiros, cidreiras e goiabeiras. Criam gado vacum e cavalari e são excelentes vaqueiros. (RONDON, 1949, p. 82)

Quando o ano não era propício para a prática da agricultura, e se por algum motivo fortuito, as roças não produzissem o suficiente para a subsistência familiar das comunidades indígenas Guaná (Terena), *quando necessitados os índios prestam serviços como diaristas no Posto, e são pagos com “coupons” que lhes permitem a retirada de gêneros nos armazéns de Taunay.* (SILVA, 1948, p. 338).

Na localidade de Taunay, havia uma espécie de mercearia, que na linguagem regional da Região Centro-Oeste era conhecido com o nome de “boliche”, que trocava o cupom – espécie de vale, de cartão que dava direito de acesso às mercadorias do armazém, com valores pré-estabelecidos, de distribuição limitada – por mercadorias, já que, raras vezes, o trabalho indígena era pago em espécie.

Havia um convênio entre o SPI e o dono do estabelecimento comercial que permitia o aceite dos cupons para o dono receber em dinheiro posteriormente. Apesar dos atrasos nos pagamentos, esses comerciantes majoravam consideravelmente os preços dos produtos, em relação aos dos praticados nas cidades de Aquidauana e Miranda, o que comprometia o poder aquisitivo dos índios.

No que concerne à semeadura das plantações, geralmente estas eram propaladas no início do período de maior pluviosidade, em fins de setembro e ou outubro, quando os terrenos eram escolhidos. Se estes fossem virgens, a mata seria derrubada no machado e quando seca, colocava-se fogo usando-se o sistema de coivara¹⁴.

Quando o campo já tinha sido cultivado anteriormente, fazia-se a capina usando-se a enxada para revolver o solo e limpar o terreno, entre outros produtos

¹⁴ Técnica em que se põe fogo nos roçados para limpar o terreno e adubá-lo com as cinzas, facilitando a agricultura.

cultivados, *os Terenos plantam algodão, milho e sobretudo mandioca. Esta última é a raiz que representa o seu alimento principal. Uma farinha (farinha de mandioca) que se faz da raiz, encontra bom mercado em Miranda.* (ROHDE, 1990, p. 13).

Na região sul mato-grossense eram escassas e de reduzidas dimensões as culturas de abastecimento interno; geralmente, estas se encontravam em más condições de conservação, eram deficientes e não cumpriam a contento os propósitos de alimentação básica à sociedade regional. Na realidade, praticamente inexistia a pequena lavoura cultivada por não índios.

Esta atividade seria suprida, de forma esporádica, pelas aldeias indígenas que produziam alguns gêneros como mandioca, milho, arroz, feijão, artefatos domésticos e panos grosseiros de algodão, e forneciam aos fazendeiros da região quando outras alternativas de produção ou comércio de abastecimento (através de tropas ou mascates) tornavam-se inviáveis pela irregularidade e auto custo. (CORRÊA, 1999, p. 93).

Doravante serão apresentados documentos elaborados pelo Serviço de Proteção aos Índios, que tendem a ratificar o arcabouço de indícios expostos quanto ao mérito da contribuição referente à mão-de-obra indígena Guaná (Terena).

O ajudante Raymundo, no ano de 1915, quando se referiu ao Posto do Bananal, solicitou da Inspetoria Regional 6, que interferisse no sentido de aumentar o tamanho da área cultivada e sistematizar o trabalho para alcançar as metas planejadas:

(...) auxiliar os índios quando for possível para evitar-lhes as explorações de que são vítimas pelos açambarcadores e pombeiros da região. Augmentar-lhes as roças e methodisar-lhes os serviços. (Relatório dos trabalhos realizados em 1915, para José Bezerra Cavalcanti, Diretor do SPI, fotg. 1094, microfilme 040, Neppi / UCDB / Campo Grande-MS).

O termo *açambarcadores* refere-se àqueles que açambarcam os gêneros trazidos ao mercado para revender; ou seja, eram uma espécie de atravessadores ou intermediários, que monopolizavam a compra das mercadorias dos índios nas aldeias para revendê-las na cidade, com uma protuberante margem de lucro. Nesse caso, o índio ficava à margem do processo de comercialização e, por extensão, auferia um ganho menor.

Quanto ao *pombeiros*¹⁵, estes se caracterizavam por serem vendedores ambulantes que comercializavam pelo sertão do Brasil com os indígenas e, de forma audaz, procuravam supervalorizar os produtos que eram oferecidos aos índios.

No Relatório datado de 1918, ao fazer menção aos índios Terena que habitavam o Bananal, o ajudante adido¹⁶ relaciona alguns produtos lavrados, cita o amanho rural, e atesta determinadas qualidades destes ao explicitar que são:

(...) trabalhadores, vivem do cultivo de suas terras, onde plantam mandioca, milho, arroz, feijão, canna de acucar, batatas doces, bananas, abacaxis e outras fructas, e, pode-se dizer, que no município de Aquidauana, são elles os maiores e melhores agricultores. (Relatório dos trabalhos realizados em 1918, para Luiz Bueno Horta Barboza, Diretor do SPI, fotg. 1118, microfilme 040, Neppi / UCDB / Campo Grande-MS).

Ao voltar novamente as atenções para os índios Terena do Posto Indígena do Bananal, o Relatório anual, elaborado no ano de 1919, é apresentado pelo Inspetor Samuel H. S. Lobo, salientando que:

(...) dedicam á lavoura mas principalmente á criação de gado vaccum, cavallar e suino. Encontram-se entre os indios alguns officiaes artifices distinguindo-se um ourives, um marceneiro, um carpinteiro, um carreiro e latoeiros. (Relatório dos trabalhos realizados em 1919, para Luiz Bueno Horta Barboza, Diretor do SPI, fotg. 1225, microfilme 040, Neppi / UCDB / Campo Grande-MS).

Algo insólito se principiou no Bananal, tendo sido de muito bom grado para a comunidade indígena e, sobretudo, para os fazendeiros, que não raro aquilatavam o trabalho dos índios: a diversificação dos trabalhos aprendidos pelos índios no interior dos Postos Indígenas no Sul de Mato Grosso. O SPI contratava um profissional não índio – alfaiate, oleiro, carpinteiro, marceneiro, entre outros – para ensinar aos índios esses ofícios, em uma região desguarnecida por completo de profissionais especializados.

O objetivo do SPI era fazer com que os índios aprendessem os mais variados tipos de profissões, com o objetivo de utilizar sua mão-de-obra para a manutenção dos

¹⁵ Em uma de suas pesquisas, Monteiro (1989) escreve um artigo intitulado “De índio a escravo. A transformação da população indígena de São Paulo no século XVII”. Naquele contexto, *os “pombeiros negros” seriam no caso índios do povoado especializados no apresamento de índios do sertão.* (MONTEIRO, 1989, p. 154);

¹⁶ Funcionário que foi adicionado, acrescentado, agregado a um quadro de trabalhadores para auxiliar. Não consta o seu nome no documento.

Postos Indígenas. Não obstante, para a majoritária população da sociedade do Sul de Mato Grosso, *o que se busca, em geral, no índio é o braço para os serviços mais rudes, pesados e elementares, dentre aqueles que contribuem para a efetivação da civilização.* (NEVES, 2007, p. 140).

Na região entre as cidades de Aquidauana e Miranda, localizava-se o Posto Indígena do Bananal, que era servido por um pujante pomar de *cítrus*, frutos estes que vinham sendo vendidos para outras cidades. O Relatório do Inspetor S. H. da Silveira Lobo, de 1920, revela preocupação com a auto-sustentação do Posto, ponderando que se esta atividade tivesse sua escoação sistematizada com mais seriedade por parte do Governo, conceberia um montante razoável para a comunidade indígena:

Exportou-se ainda em grande escala laranjas de diversas sortes para Miranda e Corumbá, artigo este que regularizada a sua venda poderia constituir também uma das principais fontes de renda porquanto todas as casas indígenas em número, hoje de 62, acham-se rodeadas de laranjeiras em grande número de permeio a outras árvores frutíferas e bananeiras. (Relatório dos trabalhos realizados em 1920, para Luiz Bueno Horta Barboza, Diretor do SPI, fotg. 1343, microfilme 040, Neppi / UCDB / Campo Grande-MS).

Segundo o Relatório do ano 1921, produzido pelo Inspetor Interino, e endereçado ao Sr. Luiz Bueno Horta Barboza, então Diretor do SPI, os índios Terena do Posto Bananal:

Geralmente plantão só para consumo, com excepção da mandioca de cujo producto fazem um exportação bem regular (...). Tem elles ainda outras industrias: constroem as suas carretas nas quais (...) levam ao mercado os seus productos(...). (Relatório dos trabalhos realizados em 1921, para Luiz Bueno Horta Barboza, Diretor do SPI, fotg. 1442, microfilme 040, Neppi / UCDB / Campo Grande-MS).

Esse Relatório vem na contramão do que vem sendo escrito e demonstrado ao longo desse texto, uma vez que os índios Guaná (Terena) – como tem se procurado evidenciar – produziam excedentes não apenas de mandioca, mas de uma série de produtos agrícolas que abasteciam as cidades do Baixo Paraguai. Essas mercadorias eram transportadas para as cidades em carretas de bois feitas pelos próprios índios.

O Relatório da Inspeção Regional 6, que se refere ao Estado de Mato Grosso, preparado pelo Inspetor Interino Antonio Estigarriba, no ano de 1923, assim se reportou ao Posto Indígena do Bananal:

Não houve modificação no pessoal director. O pessoal trabalhador foi reduzido ao mínimo por economia, tomando-se índios, sempre que surge serviços a fazer. Nesse posto as lavouras e criação estão inteiramente entregues aos índios intervindo a Inspeção apenas para os elucidar e auxiliar, fornecendo-lhes as ferramentas quando carecem. (Relatório dos trabalhos realizados em 1923, para José Bezerra Cavalcante, Diretor do SPI, fotg. 1469, microfilme 040, Neppi / UCDB / Campo Grande-MS).

Verifica-se que a quantidade de verbas repassadas para os Diretores de aldeias era insuficiente para cobrir os custos de manutenção, a maior parte da sociedade não índia que trabalhava nesses Postos Indígenas foi demitida, reduzida ao mínimo possível, e os trabalhos para a manutenção do Posto foram imputados exclusivamente aos índios.

Pontuam-se aqui duas questões: a primeira, que tal situação ocorreu por uma demanda de economia, em função dos poucos recursos destinados à administração desses Postos. A segunda, que a política indigenista tinha como objetivo “criar condições” para que os índios assumissem praticamente a responsabilidade direta de todo o trabalho que fosse necessário para o funcionamento desses Postos.

O Relatório elaborado no ano de 1924, pelo auxiliar da Inspeção de Índios, Genésio Pimentel Barboza, vai corroborar com citações anteriores, fazendo alusão à que, por uma questão de economia, houve uma diminuição sensível na quantidade de trabalhadores não índios que serviam à Inspeção, sendo que o

(...) restante do pessoal, reduzido ao mínimo, não se aplica em trabalhos de lavoura, todo o cargo dos índios, com o nosso auxílio e conselho. (Relatório dos trabalhos realizados em 1924, para José Bezerra Cavalcanti, Diretor do SPI, fotg. 1509, microfilme 040, Neppi / UCDB / Campo Grande-MS).

Ressalta-se que o Governo tinha como proposta a auto-sustentação dos Postos Indígenas. Estes deveriam, em sua grande maioria, manter-se mediante os trabalhos dos próprios índios. A política era procurar se eximir, o quanto fosse possível, dos custos de mão-de-obra para o funcionamento e manutenção desses Postos.



Figura 5 - Fazendo arreio; aldeia do Bananal (acervo do Museu do Índio, 1922).

Fonte: disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/terena/1042>. Acesso em: 18.set.2008.

É possível novamente chamar a atenção para a dependência intrínseca do Governo de Mato Grosso no quesito mão-de-obra, e o evidente malogro desses Postos, não fosse à peremptória participação do trabalho indígena. Em um outro Relatório, elaborado no ano de 1924, pelo auxiliar da Inspeção de Índios, Genésio Pimentel Barboza, com relação aos Terena do Posto do Bananal, tem-se que:

Como excelentes campeiros capricham os índios na confecção dos serigotes e correspondentes apêros: sendo dignos de nota os baixeiros e colchonilhos por elles feitos. (Relatório dos trabalhos realizados em 1924, para José Bezerra Cavalcanti, Diretor do SPI, fotg. 1504, microfilme 040, Neppi / UCDB / Campo Grande-MS).

Esses aparatos eram confeccionados para as montarias utilizadas na lida das fazendas, ora cauterizando umbigo de bezerros recém-nascidos, laçando para curar algum ferimento, para marcar, castrar, tanger os bovinos quando eram vendidos, ora trabalhando como campeiros nas invernações de gado.

Dentre os apetrechos, o baixeiro era de suma importância, pois se colocava sob os arreios das cavalgaduras para proteger o lombo do animal, com o objetivo de não pisá-lo ou machucá-lo; primava-se pela saúde lombar do animal, conservando-o para o trabalho. Quando deixava a aldeia para trabalhar uma temporada em alguma fazenda, era costumeiro cada índio levar seu arreio ou sua traia de montaria, que lhe era peculiar.

Como se pode depreender através dessa representação, o índio participava de todo o processo de fabricação de um arreio, desde colocar a armação de madeira, costurar com tiras de couro curtido o suador, enchê-lo com capim batido¹⁷, coser as abas (assento), e sobre essas, suturar o travessão com as duas argolas, onde vão os loros¹⁸ que seguram os estribos.

Para os criadores, esse serviço artesanal dos índios Terena representava uma economia considerável nos custos da produção, pois há que avaliar que parte desses moravam nas fazendas de Aquidauana, Miranda e região, trabalhando mensalmente e, como notáveis vaqueiros, contribuíram de forma proeminente com sua mão de obra para a expansão da pecuária no Sul de Mato Grosso.

O Relatório supra-citado, que glosa sobre o labor dos índios Terena na pecuária, data de 1924; todavia, este arrojo na faina com bovinos foi transmitido para os seus descendentes, que engajaram-se na continuidade desse trabalho nas aldeias, Postos e Reservas Indígenas, como se pode observar na Figura 6.

¹⁷ Capim que era usado para encher (pisar, comprimir, calcar) o suador do arreio, que era sovado, para tomar a forma do lombo do animal;

¹⁸ Correia dupla, afivelada à sela ou ao selim, e usada para sustentar o estribo; tira de couro usada para atar um objeto.



Figura 6 - Índios Terena marcando gado.

Fonte: Disponível em: http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/spi/se/album/documentario_terena/target929.html. Acesso em: 15.jul.2008.

É visível que o costume adotado pelo Governo de se aglomerar os indígenas próximos dos locais onde se situavam os povoados, fortes e ou presídios, tinha como objetivo contumaz proporcionar a sua civilização, assimilação e instilar sua mão-de-obra no mercado regional do sul de Mato Grosso. No entanto, parte da sociedade não índia, enraizada de preconceitos, destilava uma série de malevolências, em detrimento das sociedades indígenas, levando-se em conta apenas sua cultura europeizada de acumulação de capitais.

(...) a falsa idéia de que as sociedades primitivas praticam tipicamente uma economia de subsistência porque são incapazes de produzir excedentes. Não se trata, claro, de incapacidade; trata-se da falta de necessidades de produzir excedentes. Todos os cronistas foram unânimes em louvar a fartura de comida e a boa saúde dos índios; por outro lado, condenavam a sua preguiça, em não produzir mais. Ocorre, portanto, mero etnocentrismo. (MALDI, 1995, p. 22).

Enfatizando-se o que foi exposto, os Guaná (Terena) criavam gado vacum e cavalari e tinham uma série de atividades de trabalho na agricultura e artesanato no interior

das próprias aldeias, produzindo cerâmicas, fiando e tecendo redes e cintos para uso próprio e para o comércio com os outros moradores.

Doravante, também será abordado neste item uma série de modalidades de trabalhos externos – fora das aldeias, aldeamentos, postos indígenas, reservas - que prestaram os índios Guaná (Terena) no Sul de Mato Grosso.

Como tem sido enfocado até o presente, os alimentos cultivados nas aldeias pelos índios Guaná (Terena), eram por eles comercializados para abastecer a população local *da villa de Miranda, e d'entre elles se tiravam os melhores camaradas para o trabalho de roças, serviço de canôas e costêo do gado. Como quasi todos os indios, são excellentes cavalleiros e domadores destemidos.* (TAUNAY, 1923, p. 97).

Enfatiza-se que no Sul de Mato Grosso, os índios Guaná (Terena) tinham uma agricultura diversificada e propensão para as lides rurais; esses índios plantavam desde milho, cana, mandioca, arroz, dedicando-se ainda *à caça e à pesca e, principalmente, ao aluguel de seus serviços à agricultores, criadores e à navegação fluvial.* (CARVALHO, 1979, p. 45).

Prestavam-se, então, aos mais distintos serviços para a sociedade local, achando-se disseminados em diversas regiões do Mato Grosso, trabalhando como jornaleiros, camaradas de fazenda, canoeiros, lavradores, entre outros serviços. Comumente, sua remuneração era inferior a dos outros trabalhadores.

Enquanto força de trabalho “ajustam-se como jornaleiros para diversos serviços”, em diversos pontos da Província, principalmente aqueles ligados a atividades de navegação, principal meio de escoamento da produção da província e que persiste enquanto tal até às primeiras décadas do século XX. (BARROS, 1989, p. 189).

Esses índios, além de prestarem uma série de serviços nas imediações e nas Vilas de Miranda e de Aquidauana, também abasteciam as mesmas com gêneros alimentícios que cultivavam.

No Segundo Império, os documentos oficiais das Diretorias de Índios no Mato Grosso mostram que, de fato, os únicos prestadores de serviços nas já vilas de Miranda e Albuquerque eram os índios *Txané-Guaná* cujas aldeias estavam estabelecidas nas suas proximidades. (AZANHA, 2004a, p. 3-4).

No que diz respeito à modalidade de trabalho denominada de “changa”, para complementar a renda familiar, tinham os índios que se ausentarem das aldeias temporariamente. A changa refere-se a uma especificidade de trabalhos ocasionais (temporários), que são pagos pelos fazendeiros por tarefa executada em suas propriedades.

Quanto ao trabalho nas fazendas vizinhas, regime que, ao que nos parece, perdurará ainda por longo tempo, é preciso que se lembre que os antigos Terena não agiam de forma muito diversa; semeavam eles na estação chuvosa e, na seca, dedicavam-se à caça e pesca. Hoje a caça e a pesca não são mais possíveis pela falta de territórios adequados, e o trabalho nas fazendas vem corresponder, de certo modo, a essas atividades. (SILVA, 1948, p. 317-318).

Quando os índios estavam em dia com os serviços em suas roças, ou mesmo em decorrência da precária situação financeira, procuravam e ou eram procurados pelos fazendeiros para changuear ou fazer empreitadas de derrubada de matas, tirar postes, fazer cercas, limpar lavouras, roçar os brotos das invernadas, na marcação de bezerros, amansar vacas leiteiras, domar animais bravios – eqüinos, muares - para a labuta no campo, enfim.

Hoje a modalidade dominante (e quase exclusiva) do trabalho indígena nas fazendas é aquele que chamamos de “temporário autônomo”. Em geral, a mão-de-obra indígena é requisitada “voluntariamente” para os serviços instalação de cercas, corte de postes, carpina em pastagens e no auxílio ao aparte de bezerros etc. (AZANHA, 2001, p. 59-60).

Uma parcela da sociedade dominante estigmatizava as sociedades indígenas com uma série de preconceitos e falácias, todavia não abdicava de utilizar esta mão-de-obra barata e submissa. Eram ainda os Terena caracterizados como excelentes campeiros e, *quanto à pecuária, o regime de trabalho utilizado também constituiu-se em uma atividade nômade, com adaptação bastante rápida da mão-de-obra, indígena, empregada no trabalho de vaqueiro.* (BORGES, 2001, p. 105).

Desse modo, em face da enorme escassez de braços no Sul de Mato Grosso, foi de grande valia a utilização da mão-de-obra indígena Terena em atividades agrícolas e, principalmente, na expansão da pecuária, pois *o crescimento da atividade criatória serviu-se do trabalho indígena como mão-de-obra desqualificada, mas útil, porque de baixo custo.* (LEITE, 2003, p. 61).

No ano de 1856, o Presidente da Província Augusto Leverger, do Palácio do Governo de Mato Grosso, roga ao Diretor da aldeia do Bom Conselho, a contratação de

índios para trabalhar como carregadores para particulares. Isto denotava a importância dessa mão-de-obra para o desenvolvimento do comércio na Província, e o poder de aliciamento desses Diretores perante as comunidades indígenas, onde Leverger orientava: *que facilite V.R. no que for possível ao Cidadão José dos Santos Cruz o ajuste de alguns Índios. De que precisa para conduzir o sal que tem extrahido.* (Livro de Registro de correspondência oficial, nº 153, p. 34v, Ano 1855-1859-APMT).

O Inspetor, ao se referir ao Posto de Cachoeirinha, em 1921, nas imediações da cidade de Miranda, relatou que este era habitado, na época, por 300 habitantes índios, e mesmo tendo chegado bem cedo àquela localidade, oriundos do Posto do Bananal, observou que:

(...) poucos homens encontramos, tendo já partido para as suas roças. São madrugadores os terrenos. Alta madrugada encontramos durante a viagem uma carreta puxada por 3 juntas de bois guiados por 2 índios e carregados de índios que regressavam de Miranda, onde tinham ido vender Farinha e couros, e muitos cavaleiros e pedestres que vão a serviço ou voltavam de negócios. (Relatório dos trabalhos realizados em 1921, para Luiz Bueno Horta Barboza, Diretor do SPI, fotg. 1443, microfilme 040, Neppi / UCDB / Campo Grande-MS).

Os apontamentos, levantados pelo Inspetor, vêm reforçar aspectos já desfraldados no que se reporta à mão-de-obra indígena, já discutidos no decorrer desse trabalho a partir dos documentos do século XIX, bem como o estreito liame dos índios com a agricultura.

Esses índios prestavam serviços na cidade, onde realizavam trabalho caseiro e urbano, e também nas fazendas da região, pois a exigüidade dos lotes nas aldeias contribuía de forma singular no sentido de se pressionar pela busca do trabalho externo.

Os indígenas, sobretudo os terrenos, transformaram-se no principal elemento de mão-de-obra nas fazendas que se organizaram no sul de Mato Grosso, na condição de vaqueiros e em outras atividades que se desenvolveram por toda a região, como lavoura, colheita e preparo da erva-mate, ipeca, borracha, e também nos transportes, como barqueiros ou remeiros – enfim, em todos aqueles postos que a nova civilização exigia. (ESSELIN, 2003, p. 122).

O Relatório elaborado pelo Inspetor Interino Roberto Vieira dos Santos Verneck, no ano de 1925, do SPI em Mato Grosso, ao se referir ao Posto do Bananal, registrou que *neste Posto os serviços de lavoura foram ainda bem prejudicados devido a*

grande secca que obrigou os indios que nelle moram a sahirem em procura de trabalhos fóra, em fazendas, empreiteiros de serviços de lenha e cascas de angico e outros misteres. (Relatório dos trabalhos realizados em 1925, para José Bezerra Cavalcanti, Diretor do SPI, fotg. 1602, microfilme 040, Neppi / UCDB / Campo Grande-MS).

É interessante notar que, além do trabalho externo feito pelos índios na agricultura, na pecuária e na navegação, aborda-se também o serviço de tirar cascas de angico, produto muito valorizado, pois sua resina tem aplicações industriais e medicinais, usadas especialmente no combate à bronquite. Na realidade:

Os indios aprendião varios officios e trabalhavão em olarias. Perfeito remeiros e pilotos, empregavão se e prestavão auxilio não só ao commercio, como camaradas das canôas que transportavão generos de Corumbá a Cuybá; como ainda nas fazendas de cultura e criação, onde seus serviços erão apreciados. (MOUTINHO, 1869, p. 137, *apud* ESSELIN, 2003, p. 96).

Quanto aos aldeamentos, na sua maior parte, eram carreados para serem construídos perto das povoações coloniais ou fortes militares com o objetivo de facilitar a civilização das comunidades indígenas e, mormente, para a utilização do seu trabalho.

O uso da mão-de-obra indígena era uma prática rotineira na região. Militares, viajantes e comerciantes que trafegavam por terras mato-grossenses estavam habituados a requisitar aos diretores de índios os braços de que necessitavam para conduzir suas embarcações. (VASCONCELOS, 1999, p. 87).

Também no decorrer do ano de 1925, em um outro Relatório ainda referente ao Posto do Bananal, e elaborado pelo mesmo Inspetor anteriormente citado, foram feitos os seguintes registros:

De propriedade de indios existem neste Posto a 9 carros e carretas com as quaes são feitos os serviços que necessitam e carretos e fretes para fazendeiros, negociantes e empreiteiros de lenha da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, tiradores de casca de angico etc. (Relatório dos trabalhos realizados em 1925, para José Bezerra Cavalcanti, Diretor do SPI, fotg. 1603, microfilme 040, Neppi / UCDB / Campo Grande-MS).

Um fato novo que se apresenta é o trabalho dos índios com carros de bois, transportando mercadorias para a sociedade local. Pelas fontes consultadas, é possível se depreender que essa lenha seria utilizada pelas Locomotivas a vapor. Essas máquinas da

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil faziam o percurso de Bauru a Corumbá, (Indubrasil / Ponta Porã), e no trecho mato-grossense, a partir da construção da NOB, no limiar do século XX, *lançaram-se os fundamentos de diversas cidades da região, utilizando-se, para os serviços mais duros da construção, a mão-de-obra dos Terena.* (MANGOLIM, 1993, p. 48).

Retomando a questão da lenha, os índios eram contratados por empreiteiros para derrubar as árvores, rachar a madeira em toletes e transportá-la do cerrado, de onde era retirada, até o ponto de embarque nas estações ferroviárias, para abastecer as Marias-Fumaça, conforme pode ser observado na Figura 7.



Figura 7 - O depósito de locomotivas em Miranda em 1941 (Acervo José H. Bellorio).

Fonte: Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/ms_nob/fotos/miranda41.jpg. Acesso em: 21.jul.2008.

No último quartel do século XIX, índios Terena, liderados pelo Capitão Joaquim Victorino, deixaram as aldeias no entorno do Município de Miranda e rumaram para as cercanias de Nioaque. Tinham-se a perspectiva de conseguir melhores salários,

trabalhando nas fazendas que se localizavam nas circunvizinhanças dessa última cidade, que carecia de mão-de-obra para o amanhã rural.

Dahi foi facil aos fazendeiros de cima da serra retirarem os vaqueiros e os roceiros, unicos braços para o trabalho naquelles tempos, em lugares onde o escravo sempre escasseou. (Memorial de Nicolau Bueno Horta Barbosa - 1924, Relativo à Demarcação das Terras do Brejão, In: Processo de Regularização Fundiária n° 1059/82 da Área Indígena “Nioaque”, CGAF, FUNAI, Brasília, p. 8).

O Inspetor Samuel H. S. Lobo, no ano de 1919, ao referir-se à aldeia do Brejão nas imediações da Vila de Nioaque, habitada por índios Terena do grupo do Capitão Victorino, assegurava:

(...) índios como todos os selvicolas são de bôa indole, obedientes e optimos trabalhadores quando guiados, e devido a não possuirem a terra que habitam vivem empregados como vaqueiros ou campeiros, recebendo ás vezes como único salario alguma roupa e a alimentação ficando assim mesmo eterno devedores de seus patrões. (Relatório dos trabalhos realizados em 1919, para Luiz Bueno Horta Barboza, Diretor do SPI, fotg. 1230, microfilme 040, Neppi / UCDB / Campo Grande-MS).

Essas atrocidades deletérias a que estavam invariavelmente sujeitos os índios Guaná (Terena), por parte dos empregadores, foram também compartilhadas por Rondon (1949).

Os Terena recebiam salários míseros, viviam em estágio de penúria e, como eram, via de regra, explorados pelos latifundiários, não conseguiam quitar seus débitos, resultando numa espécie de escravidão para esses índios ou camaradas de conta. Sobre esses índios Viveiros assim se expressou:

(...) excelentes vaqueiros, eram agricultores, portanto sedentários. Muito procurados pelos fazendeiros, contentavam-se com pequena remuneração, sendo, em geral, por êles explorados. Raramente se encontrava um camarada terena que não devesse os cabelos da cabeça ao fazendeiro – seus serviços não eram pagos pelo que valiam e, nas vendas efetuadas pelo patrão, eram tristemente roubados. Daí uma escravidão de nova espécie, porque nenhum *camarada de conta* poderia deixar o patrão antigo sem que o novo se responsabilizasse pela dívida. E, se tivesse a ousadia de fugir, correria os maiores riscos de vexames e até de morte, porque nos povoados e vilas, estava a polícia sempre em mãos dos fazendeiros. (VIVEIROS, 1958, p. 179-180).

Após a Guerra da Tríplice Aliança, em decorrência da destruição das aldeias e da desarticulação das comunidades indígenas, ocorreu o período do cativo, tempo em que os índios viviam em condições de submissão, dependência e sujeitos à arbitrariedade dos fazendeiros. Esse limiar de diáspora, pelas fazendas da região Sul de Mato Grosso, ficou caracterizado pelos Terena como tempo da servidão, que se estendeu até o começo do século XX, quando Rondon deu início à demarcação das Reservas Indígenas.

Assim sendo, na medida em que o Estado agraciava alguns cidadãos, dando-lhes terras e implantavam-se, de forma célere, as fazendas de criação de bovinos, grande parte das famílias livres acabavam sendo expulsas para outras regiões ou engajadas nos latifúndios na condição de camaradas e vivendo como agregados. Compreende-se que a expressão agregado refere-se à condição daquele índio que, morando em fazenda, presta serviços avulsos sem ser propriamente um empregado.

De um modo geral, camarada é um termo que expressa, demonstra ou resulta em sentimento de companheirismo, amizade. Nesta pesquisa, entende-se como sendo o índio que prestava serviços como peão nas fazendas, mas que, mediante o aviltamento de seu salário, não raro tornava-se camarada de conta. Normalmente, se relaciona o período da camaradagem com tempo do cativo, pois os índios trabalhavam praticamente como escravos nas fazendas, uma vez que não podiam deixar as propriedades enquanto perdurasse suas dívidas, ou algum outro fazendeiro se responsabilizasse em assumir o encargo.

(...) o camarada de conta é alguém que se mantém preso ao patrão por suposta dívida, geralmente contraída através do superfaturamento dos preços das mercadorias por este fornecidas, gerando um montante impagável, tendo em vista a baixa remuneração da mão-de-obra. (PEREIRA, 2008, p. 62, nota de rodapé nº. 26).

Os camaradas de conta procuravam fugir dessa situação humilhante de maus tratos. Todavia, se fossem capturados pela polícia que, segundo Rondon (1949), estava estreitamente vinculada aos fazendeiros, esses índios eram submetidos às sessões de pancadaria e, às vezes, até à morte.

Sabe-se que a Fazenda das Correntes, estava situada nas encostas da Serra de Maracaju, localizada aproximadamente a 45 km de Aquidauana, pela atual Rodovia BR-262, área hoje pertencente ao município de Dois Irmãos do Buriti; face à sua grande extensão, possuía esta fazenda recantos incógnitos e inóspitos de furnas não exploradas

pelo proprietário. Nesses lugares ocultou-se, por algum tempo, um grupo de “guaranys”. Isto, segundo o Relatório de Nicolau Bueno Horta Barboza, Inspetor Geral do SPI, emitido no ano de 1927.

Esses índios, às vezes, eram conhecidos como xavantes, outras vezes por “uaxirys”. É válido rememorar que essa região (Morros - Serra de Maracaju) serviu como refúgio para a população da Vila de Miranda e imediações, bem como para os índios Guaná (Terena) durante a Guerra da Tríplice Aliança.

Vaqueiros e roceiros de todas as fazendas do sul do Estado, não tardou que os índios terenos viessem em varias turmas servir ao fazendeiro das Correntes; e, internando-se pouco a pouco pelo seu natural pendor de procurar a tranquillidade nas mattas, chegaram até onde se aldeavam os seus irmãos uaxirys, a que se foram juntando em mutuo apoio. Assim, em desejando salarios, serviam ao seu patrão fazendeiro: (...) Sobrevindo as luctas civis, o fazendeiro entregava suas tropas e rebanhos à fidelidade dos índios terenos, que os levavão ao ermo do Burity,(...). (Relatório de 1927 feito pelo Inspetor Nicolau Bueno Horta Barbosa, Relativo ao MEMORIAL sobre as terras do corrego “Burity”, DEDOC/FUNAI-Brasília p. 266-267).

Uma leva considerável desses índios Terena, vislumbrando uma vida livre nos recônditos sertões, enveredou-se pelos confins do Buriti, internando-se com seus familiares nesses grotões, que ficou conhecido como Invernada e também como Colônia.

A escassez de mão-de-obra no Sul de Mato Grosso foi uma constante, inclusive para o Governo. Os trabalhadores do sudeste e de outras áreas consideradas prósperas relutavam em deixar seu torrão para embrenharem-se nessas paragens de fronteira, região considerada hostil e adversa, salvo quando a remuneração oferecida e as condições de trabalho compensassem tenazmente a vinda para essa região.

Pode-se concluir, pois, que a grande contribuição esperada e, efetivamente, dada pelo índio é a de constituir um contingente de mão-de-obra para todos os serviços que se lhe solicitar, e nas condições que a sociedade, no seu conjunto, reserva para os trabalhadores: escravos, semi-escravos, agregados, assalariados, enfim, todas as formas de trabalho explorado e alienado. (NEVES, 2007, p. 141).

No que se refere ao trabalho externo dos Terena, Cardoso de Oliveira (1968) abordou a questão da prestação de serviços nos canaviais¹⁹, pelos índios da aldeia Passarinho, que estava localizada na área urbana da cidade de Miranda.

Esses índios prestavam serviços para a Usina Santo Antônio, onde era processada a cana para obtenção da aguardente, álcool e açúcar. Entretanto, o trabalhador indígena não participava do desenvolvimento industrial (transformação da cana) mas, sim, no seu corte. Estava o índio a margem da atividade do tipo fabril, inexistindo então relações de trabalho no âmbito industrial. Foi reservado a estes índios, de acordo com o que pontuou Zorzato (1998b), na historiografia de Mato Grosso, por conseguinte, o papel de trabalhador submisso.

Desprovidos dos meios de produção, Almeida (1997) escreveu que grande parte dos índios colocava à venda no mercado capitalista de produção sua força de trabalho, com jornadas fatigantes e insalubres, que desvelavam a lúgubre situação dos trabalhadores indígenas.

Desta forma, parte desses índios foram em busca de trabalho que lhes proporcionasse uma maior remuneração e um menor esforço do corpo, o que vai por sua vez engendrar em uma estirpe de trabalhadores diferenciados no mercado de trabalho.

A participação dos Terêna aldeados no mercado de mão-de-obra regional não se limita, entretanto, a essas três modalidades mencionadas. O extrativismo, a agricultura e a pecuária (...) As pequenas empresas, geralmente vizinhas às Reservas e localizadas nas cidades ou povoações, têm usado, segundo sua peculiaridade produtiva, o braço Terêna. Duas emprêsas em Duque Estrada (povoação marginal à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil), uma caieira²⁰ e uma pedreira, ilustram bem essas alternativas para o Terêna de Cachoeirinha, situada a oito quilômetros da Estação. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p. 56).

O trabalho indígena atingiu premente importância neste quinhão do Brasil, qual seja o sul de Mato Grosso. Segundo Perrone-Moisés (2002), este vai servir como esteio

¹⁹ Apesar dessa modalidade de trabalho nos canaviais extrapolar o recorte temporal da Dissertação, optou-se por fazer uma pequena discussão dada a sua relevância, haja vista que na atualidade, esse assunto tem provocado sérios debates, em razão da futura substituição da mão-de-obra braçal pelas máquinas, que envolve a ação do meio ambiente. Por conseguinte deverá acarretar o fechamento de postos de trabalho, mormente para as sociedades indígenas do Sul de Mato Grosso, entre elas os Guaná (Terena), agravando ainda mais a questão social;

²⁰ Forno ou fogueira em que se cozem tijolos; construção utilizada para queimar os tijolos nas olarias.

para o sustento dos moradores tanto nas suas roças de onde vendem o excedente, quanto com seu trabalho, nas plantações dos colonizadores.

Como tem sido discutido, há um considerável número de autores e fontes, que apontam na direção da importante contribuição da mão-de-obra indígena em vários segmentos de trabalho no sul de Mato Grosso. Corrêa asseverou a seguinte informação:

Na verdade, as comunidades indígenas, (...) desempenharam um papel essencial no setor de abastecimento e mão-de-obra, na pecuária, na lavoura, na coleta (de erva-mate, ipeca, borracha, etc.), nos transportes fluviais, na estiva dos portos e ainda como guias sertanistas. (CORRÊA, 1999, p. 114).

Ao se fazer uma pequena discussão sobre colonização, constatou-se que as terras que pertenciam à fazenda Várzea Alegre, atualmente município de Terenos, no Sul de Mato Grosso, foram compradas do Governo do Estado, em 1907, e estavam inclusas nos territórios que eram destinadas ao estabelecimento de colônias. Na década de 50, essa área foi adquirida pela empresa JAMIC, Imigração e Colonização Ltda, que tinha como alvo inicial receber imigrantes japoneses e seus descendentes. Vasconcelos (1986) pontuou que o trabalho dos índios Terena foi de suma importância nessa região, sendo eles recrutados nas reservas indígenas com a anuência dos chefes dos Postos.

Na Colônia JAMIC, o trabalho indígena foi o fator preponderante para a acumulação de capitais para os colonizadores. Ao entrevistar um proprietário de granja sobre a mão-de-obra indígena, Vasconcelos obteve a seguinte informação:

O índio faz aqui todo o tipo de atividade: tratorista, nas granjas, horticultura, no campo lidando com o gado, nas colheitas, na limpeza do solo catando raiz e limpando o serrado. A maioria dos índios são bons, principalmente para empregados domésticos. (VASCONCELOS, 1986, p. 84).

Como tem sido abordado, os Terena prestaram-se aos mais variados serviços na região Sul de Mato Grosso e, por extensão, trabalharam na Fazenda Taboco de propriedade da família Alves Ribeiro e por onde passou a linha telegráfica de Rondon.

Um de seus descendentes escreveu um livro – carregado de características memorialísticas – onde procura retratar a saga de seus antepassados, enaltecendo a “coragem”, a “valentia” e a “intrepidez” daqueles que conquistaram a região do Pantanal nas cercanias de Aquidauana, e *nesse sentido, quando se refere ao trabalhador é para*

situar o papel subalterno que “naturalmente” lhe cabe. Ou para caracterizá-lo como pacato e submisso, sujeito apenas a ser manobrado. (ZORZATO, 1998b, p. 7).

Ao se reportar aos trabalhadores Terena, que prestaram os mais variados tipos de serviços na fazenda Taboco, Ribeiro (1984), escreveu que:

Nas fazendas, oitenta por cento da peonada era de índios, sendo os serviços de casa sempre exercido por moças índias que eram criadas pelos brancos. (...) Os índios são bons empregados, de temperamento dócil, e leais amigos quando adquirem estima por uma pessoa. Eram ótimos cavaleiros e aprendiam com facilidade a trabalhar no campo. No Taboco tivemos alguns camaradas índios de toda confiança. Grandes rastejadores, eles seguiam a batida de um animal extraviado até encontrar. Eram perspicazes e observadores, como todo homem do campo. (RIBEIRO, 1984, p. 73-74)

O autor faz referência aos trabalhos domésticos – cozinheiras, lavadeiras, arrumadeiras, babás – realizados pelas índias, que percebiam os salários por mês ou como diaristas. Isto era uma forma das mulheres ajudarem a complementar a renda da família, que era, basicamente, para a subsistência.

Neste contexto, essa oferta de mão-de-obra feminina nas fazendas foi de importância considerável para a sociedade não índia – fazendeiros, gerentes, capatazes, empreiteiros – que podia contar com o trabalho dessas índias a preços módicos. Denota-se que para as índias, de um modo geral, esse contato mais consistente de trabalho nas mais variadas modalidades – geralmente empregadas domésticas – servia também como um espaço de aprendizagem do comportamento do homem branco.

Assim, as mulheres índias tentavam se aproximar e aprender como lidar com a cozinha dos brancos, isto como um mecanismo para minimização de preconceitos e de valorização do trabalho feminino indígena Terena; nas residências urbanas ainda é prática comum nos dias de hoje em: Anastácio, Miranda, Campo Grande, Nioaque, Dourados (aldeia Jaguapiru), Aquidauana, entre outras. Não é rara, nesses municípios, a existência de feiras, onde as mulheres levam os produtos agrícolas cultivados nas terras indígenas. Em Aquidauana, principalmente, essa prática é diária, e os produtos comercializados nessa cidade são oriundos da aldeia de Limão Verde.

Ribeiro também informa que os fazendeiros, quando precisavam de mão-de-obra para alguma empreitada, dirigiam-se até alguma aldeia Terena e contratavam de 20 a

30 homens com extrema facilidade em um regime de negociação direta. Parte desses índios acabava por ficar morando como empregados mensalistas nas fazendas.

Alega ainda o autor que, com a criação dos Aldeamentos e, posteriormente, das Reservas Federais, este processo de aliciamento ficou demasiadamente burocrático devido à intermediação dos Diretores da DGI e dos chefes de Postos Indígenas. Quanto ao trabalho e a questão da civilização dos índios, Ribeiro assim se posiciona:

Os índios aprendem com relativa facilidade os mais variados ofícios, podendo assim integrar-se na nossa sociedade. Este seria o regime ideal de aculturação, melhor do que mantê-los em aldeias, segregados da civilização, onde só aprenderam a beber pinga e viver na mais completa indolência. Quer queiram ou não os antropólogos cor-de-rosa, os índios precisam ser incorporados à nossa civilização pois, desde o princípio da humanidade os povos dominados, ou melhor, em minoria aceitavam a civilização dos dominadores. (RIBEIRO, 1984, p. 83).

Evidencia-se um discurso revestido pelo domínio econômico, político, social e militar desses latifundiários, concentrando em suas mãos uma série de poderes, o que lhes proporcionava, como bem observou Zorzato (1998b), a “primazia do mando”. Na realidade, pleiteavam manter o *status quo*, tendo acesso à mão-de-obra indígena barata e submissa, que era de relevante importância para a abertura e a manutenção de suas fazendas.

A problemática de interação resultou em uma série de maquinações que foram urdidadas pelos latifundiários brasileiros, atribuindo diversas pechas aos povos indígenas. Segundo asseverou Holanda (2004), a “ociosidade” e “intemperança” designadas aos índios eram, na realidade, próprias dessa mesma camada dominante da sociedade elitista.

Era latente o poder de persuasão dos fazendeiros, ávidos em promover a assimilação e integração dos índios, procurando tolher qualquer nesga laboral para com os empregados comuns, entre eles os Guaná (Terena). Esses discursos são elaborados sob a insigne de uma elite dominante local, que a usa para legitimar suas atitudes de dominação, e desta forma concretizar e validar sua autoridade.

Chama a atenção o fato dessa elite dominante de fazendeiros se reportarem e reiterarem, com uma subjacente brisa de solércia, o que seria bom para os índios, situando-os no extrato mais baixo da sociedade e devendo aceitar a condição de serem dominados em um processo de descaracterização de sua cultura. Sinaliza-se que a memória é seletiva, e:

(...) tornar-se senhor da memória e do esquecimento é uma das preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram ou dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1984, p. 13 *apud* CASTRO, 2002, p. 86).

É conhecido que os Terena prestaram serviços como remadores, construtores, campeiros, agricultores, nas mais variadas produções de alimentos, na confecção de produtos cerâmicos e tecelagem, como tem sido lastreado nesta pesquisa. No entanto, evidencia-se ainda que:

Dentre essas modalidades de trabalho os Terêna são insubstituíveis nas tarefas extrativistas, para os quais desenvolveram uma técnica primorosa (tendo-se em vista o cuidado que se exige para a descolagem das cascas de angico dos troncos), aliada à grande resistência que demonstram numa atividade das mais penosas. É voz corrente em Mato Grosso que não há melhor “casqueiro” que o índio Terêna. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1972, p. 40).

É fato que, em virtude da inauguração da NOB, em 1914, ocorreu um acentuado crescimento demográfico no Sul de Mato Grosso, resultando num relativo descenso com relação à utilização da mão-de-obra dos índios Terena. Entretanto, é sabido que esta não foi preterida, continuando a ter seu lugar garantido no mercado de trabalho regional, mas ainda com muitas características vivenciadas no passado.

3.2 As Ocupações dos Índios nos Serviços Públicos nos Séculos XIX e XX

Com uma população rarefeita, o Sul de Mato Grosso encontrava-se privado de braços, não apenas no aspecto telúrico, mas de uma mão-de-obra com que o Governo mato-grossense pudesse contar para solidificar a colonização e a viabilização da permanência de contingentes militares na região fronteiriça. Para tal, urgia construir obras de infra-estrutura, entre elas: alfândegas, fortes militares, estaleiros, além das linhas telegráficas e da ferrovia NOB, que serão tratadas nos próximos itens.

A tônica deste item é, ainda, procurar demonstrar que os agentes públicos alçaram os índios Guaná (Terena) para o trabalho, e auferiram mão-de-obra a preços

comedidos para servirem ao Exército e ao Governo mato-grossense, participaram de expedições belicosas, limpeza dos rios, como agentes de “civilização”, abertura de estradas, na produção de tijolos e construção de obras públicas.

Na realidade, a mão-de-obra com que a população não índia podia realmente contar no decorrer dos séculos XIX e XX, era basicamente a dos índios, prestando serviços como remadores, serviços de casa, como operários nos estaleiros, lavrando a terra para suprir as necessidades alimentares da sociedade não índia, servindo também como soldados nas unidades militares.

O liame entre o Governo Imperial e os índios dava-se através da DGI. Era nos aldeamentos que geralmente ficavam nos entornos dos povoados e fortes militares, que os Diretores buscavam os índios quando seu trabalho era requisitado pelos órgãos governamentais. É válido memorar que esses indígenas eram responsáveis, também, pela manutenção desses aldeamentos, mediante a égide do Governo da Província, que fornecia os materiais que fossem necessários à sua operacionalização. Conforme esclareceram alguns autores,

(...) um dos desafios dos padres e dos militares sempre foi agrupar a população indígena que se encontrava dispersa em pequenas aldeias, para atingir seus propósitos, fossem eles de proteção do território ou relacionados à catequese. As grandes aldeias junto aos fortes militares e missões viviam em um espaço sob proteção do governo, em simbiose com estes mesmos estabelecimentos coloniais, recebendo apoio logístico, como ferramentas, remédios, sementes de novas espécies agrícolas etc. Em troca, elas prestavam serviços ou forneciam gêneros alimentícios a não-índios da região, civis e militares. (EREMITES DE OLIVEIRA & PEREIRA, 2003, p. 202).

Outrossim, durante o período imperial brasileiro, a estratégia geopolítica do Governo tinha como supedâneo utilizar os indígenas no processo de defesa da Província de Mato Grosso. Tinha-se como mira proteger os povoados, fortes e guarnições militares. Os antigos Guaná, dos quais descendem os Terena, foram de importância axiomática nesse processo de consortismo com o Exército Brasileiro na defesa das fronteiras.

O Diretor Geral Interino dos Índios, João Gualberto de Mattos, em março de 1865, solicitou junto ao Presidente da Província General Alexandre Manoel Albino de Carvalho, que era *necessário pagar-se úa gratificação a 12 Índios Guanás, que estiverão destacados no Melgaço, peço a V.Ex^a haja de expedir suas ordens á Thesouraria de*

Fazenda para que satisfaça a importância do incluso pedido. (Livro nº. 191, p. 52v, Ano 1860-1873, Microfilme: Rolo nº. 037, Registro da DGI – APMT).

Este documento corrobora com as assertivas que se referem aos índios em simbiose com o Exército Brasileiro, principalmente em regiões fronteiriças. Mediante o exposto, o contingente militar brasileiro tinha em suas hostes uma grande quantidade de índios Guaná (Terena), caracterizados como os principais defensores da Província ao rechaçar os inimigos, sendo ainda suscetíveis de serem solicitados para trabalharem para a sociedade não índia na condição de diaristas, empreitadas (changas) ou mensalistas, mediante pagamento de salário.

O nome do município Barão de Melgaço projetou-se por ocasião da investida paraguaia na Província de Mato Grosso. Augusto João Manoel Leverger, mais tarde Barão de Melgaço, para ali se deslocou e assentou um contingente de Militares Voluntários, constituindo-se em local apropriado à instalação de fortificações. A espera pelos paraguaios foi inútil, por causa da baixa do nível da água do rio, eles não tentaram alcançar Cuiabá.

No que diz respeito à fabricação de cerâmicas, em dezembro de 1860, o Presidente da Província Antonio Pedro de Alencastro, do Palácio do Governo de Mato Grosso, respondeu ao Diretor da aldeia do Bom Conselho, em Albuquerque, sobre a contratação de um mestre oleiro que este havia solicitado com vistas à fabricação de telhas que seriam utilizadas para os edifícios públicos.

– Illmº Snr. – Ao Director da Aldea do Bom Conselho, que me ponderava a necessidade de alli fabricar-se telha disse eu que se poderia abonar ao mestre oleiro da mesma Aldea huma gratificação rasoavel, isto porem, não indefinidamente, mas pelo tempo que fosse necessário impregar-se em fazerem-se as telhas precisas para os edificios públicos. (Livro de Registro de correspondência oficial, nº 181, p. 69v, Ano 1859-1862-APMT).

A fonte em apreço revela que, na aldeia do Bom Conselho, havia um mestre oleiro, que não trabalhava constantemente nesta profissão, e que este receberia um pagamento adicional, decorrente das circunstâncias. O que o documento deixa em dúvida é se esse mestre oleiro era um profissional não índio que morava na aldeia, contratado pelo Governo, e ou se já era algum índio Guaná (Terena) que tinha aprendido esse ofício.

Embora o documento deixe alguma dúvida, tudo indica tratar-se de um indígena, visto ser conhecida a habilidade desses índios na fabricação de tijolos. O oleiro é um individuo que faz cerâmica, que fabrica objetos de argila, e isto envolve tanto telhas, como tijolos.

Foi enviado um documento ao Vigário de Miranda, por Antonio Pedro de Alencastro, do Palácio da Presidência em Cuiabá, em outubro de 1861; estabelece o Presidente da Província que *nesta data ordeno ao Encarregado das obras militares [] Vila que, fornecendo V.R os indios necessários, mande elle apromptar na olaria da Nação os tijolos precisos para o ladrilho da Igreja Matriz dessa mesma Villa.* (Livro de Registro de correspondência oficial, nº 181, p. 134, Ano 1859-1862-APMT).

Sendo incontestável que os índios Guaná (Terena) serviram como baluarte com o seu trabalho de fabricação de tijolos, que foram usados na construção de edifícios públicos, e obras religiosas no século XIX e XX, no interior dos aldeamentos e nas Reservas Indígenas, como se pode observar na Figura 8.



Figura 8 - Índios Terena fazendo tijolos.

Fonte: Disponível em: http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/spi/se/album/documentario_terena/target337.html. Acesso em: 15.jul.2008.

Uma outra modalidade de trabalho em que esses índios estiveram envolvidos, e que por sua vez ainda é pouco aventada na Historiografia, foi abordada por Barros (1989), quando tratou da participação indígena nas Companhias Militares na Freguesia de Albuquerque, recebendo instruções bélicas do Comandante do Destacamento. A participação dos índios nessas companhias era de grande interesse do Governo de Mato Grosso, pois resultaria em um melhor relacionamento daqueles para com a sociedade envolvente, além de contribuir para o próprio disciplinamento dos indígenas.

Tendo como subsídio o Regulamento n.º. 426, de 24 de Julho de 1845, o frei Mariano de Bagnaia criou, na aldeia de Nossa Senhora do Bom Conselho, Companhias Militares formadas por índios:

No anno de 1854, sendo Frei Mariano Director no Matto Grande, creou, de conformidade com o disposto no § 13 do artº 2º do Regulamento supracitado, duas Companhias de Índios, que sem constrangimento se prestarão, uma com a denominação de = Companhia de Guardas Nacionaes=e outra com a de = Pedestres = aquella de 80 praças, e esta de 32, e de ambas fez elle entrega ao Comandante do destacamento, para serem por este instruidas na disciplina de manejos militares. (Livro n.º. 101, p. 94, Ano 1848-1860, Registro da DGI – APMT).

Destarte, pode-se apreender e constatar que além da sociedade local, essas referidas Companhias Militares compostas exclusivamente de indígenas, contribuíram de forma fecunda para um eminente processo de reordenação das forças produtivas na Província de Mato Grosso.

Na região norte de Mato Grosso, os indígenas Guaná (Terena) também foram requisitados pelo poder público para participarem de expedições militares, que tinham como propósito procurar dissipar as “correrias” dos índios Coroados, sobretudo em torno da cidade de Cuiabá. O Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, no ano de 1857, diligenciou ao Diretor Geral dos Índios, Albano de Souza Osório, que este recrutasse indígenas Guaná para participarem em conjunto com soldados de uma expedição que se dividiria em duas bandeiras.

Esta tinha como objetivo precípuo dispersar os “indígenas selvagens” que haviam cometido atos de extrema violência, prejudicando o comércio com outras Províncias. Apesar de o documento não se referir diretamente, a qual grupo ou etnia esses índios pertenciam, pela análise do enunciado do texto, é provável que estes sejam os Cayapó e os Coroados.

Continuando os Índios selvagens, que vagão pelas immediações das estradas de Goyaz e a nova de S. Paulo a praticarem as maiores atrocidades, atacando os engenhos e fazendas daquelles lugares nos quaes tem commettido mortes e roubos e incendiado alguns estabelecimentos; vejo-me na necessidade, urgido pelo clamor publico, e afim de proteger as propriedades dos lavradores e fazendeiros, e de tornar mais seguras as estradas q' desta se dirigem a outras Províncias, de enviar huma expedição de quarenta praças de linha e vinte indios Guanás para desassombrar os mencionados estabelecimentos e as estradas, e repellir as aggressões dos bárbaros. (Livro de Registro de correspondência official, nº 153, p. 95, Ano 1855-1859-APMT).

Na visão do administrador, essas tropelias causavam imensuráveis prejuízos financeiros à Província de Mato Grosso, devido à destruição das lavouras, além da morte de vários colonos que cultivavam suas roças, o que contribuía de forma negativa para a já precária mão-de-obra na região.

Os Índios selvagens continuão em suas depredações no Municipio da Capital. O Exm. Vice Presidente, de quem recebi a administração, enviou contra os ditos Índios huma bandeira composta de 40 praças de linha e 20 Guanás: no fim de 4 mezes voltou a bandeira trazendo 32 prisioneiros entre mulheres e crianças, que forão repartidos por diversas familias nesta Cidade. (Relatório do Presidente da Província do ano de 1858. p. 6).

Essa participação em expedições militares é mais uma modalidade de cooperação dos Guaná (Terena) com o serviço público de Mato Grosso. Todavia, essas expedições tiveram uma conotação paliativa, aprisionando mulheres e crianças, pois os índios, tidos como selvagens, embrenhavam-se pelo interior e, posteriormente, recrudesciam aos ataques, ficando então na berlinda os lavradores, colonos, comerciantes e outros que palmilhassem a região.

Foi crucial para a política indigenista, a cooperação dos Guaná (Terena) contribuindo para a civilização de outras etnias indígenas. Passaram estes índios a interagir com o Governo brasileiro, concretizando cada vez mais uma troca de favores e sempre mantendo relações amigáveis.

Sua condição de *amigos* do Império, ajudando na *civilização* das demais sociedades indígenas, evidencia que interagiram diretamente com a política indigenista do governo brasileiro, para a garantia e posse dos territórios que ocupavam, na região do sul de Mato Grosso. (VARGAS, 2003, p. 74).

No mês de janeiro de 1862, o Presidente da Província, Antonio Pedro de Alencastro, noticiou ao Diretor das aldeias da Vila de Miranda, Frei Mariano de Bagnaia, que recebeu o ofício referente ao aldeamento dos índios Enimaga, que foram persuadidos pelo Terena chamado Vicente.

Foi-me presente o offício que V.R. me dirigio em data de 4 do mez próximo passado, participando me ter o Índio de nome Vicente da tribu Terena convencido e conduzido para o Aldeamento dessa Freguezia 110 Índios da nação Enimaga, aos quaes havia V.R. [] da forma que lhe foi possível, e agasalhado, [] pelas differentes Aldeias com recommendações de serem bem acolhidos. Dos zelo de V.R. pela Religião e pelo serviço publico He de esperar que este exemplo convide a outros da mesma nação a seguirem os passos dos primeiros. Inclusive achará V.R. a Patente que solicitou para o Índio Terena Vicente. (Livro de Registro de correspondência oficial, nº 181, p. 147, Ano 1859-1862-APMT).

Desta feita, este índio recebeu do Governo uma patente militar, que era geralmente um título de Capitão, sendo uma forma de compensação dada especialmente como prêmio pelos resultados obtidos num trabalho, qual seja, contribuindo para o processo de pacificação das comunidades indígenas.

Destaca-se, neste quesito, o caso do índio Terena Alexandre Bueno, que requeria das autoridades competentes, pagamento e objetos necessários para o processo de aldeamento e catequização dos índios Enimas nas imediações da Vila de Miranda.

Foi dos Terena a decisão de “civilizar” e “catequizar” as demais etnias, com o apoio das autoridades, sendo, então, constantemente requisitados para tal função, recebendo como recompensa, além de dinheiro, ferramentas (foices, enxadas, machados), que iriam melhorar o desempenho de sua agricultura. Era uma simbiótica relação entre os índios Terena e as autoridades brasileiras.

Estudos realizados por Carvalho (1979) indicam que o então capitão dos Terena, Alexandre Bueno (citado acima), em 1877 foi designado pela DGI, para “civilizar” grupos considerados hostis, como foi o caso dos Bororo/Coroado, no norte do Estado, devido aos seus assíduos ataques.

Conforme Relatório de 1878, de todas as “tribos” tidas como selvagens, eram os índios Coroado que mais causaram flagelos devido às suas correrias nas imediações da cidade de Cuiabá. O Presidente da Província João José Pedrosa asseverou que anos antes

foram contratados um grupo de índios Terena com vistas a catequizar e aldear os índios bravios:

O meu antecessor, no intuito de obstar essas correrias, e de accôrdo com a Lei n. 514 de 28 de Junho de 1877, fez vir de Miranda o capitão indio, chefe dos Terenas, Alexandre Bueno, e encarregou-o de catechizar e aldear os indigenaes dessa devastadora tribu. (...) A expedição do chefe Terena, longe de refrear as incursões devastadoras dos Coroados, ao contrário, contribuiu para recrudecelas, exasperando-os de modo a virem elles ao seu encaço até ás proximidades desta capital. (Relatório do Presidente da Província do ano de 1878. p. 35).

Ressalta o Relatório que esta expedição – composta por cerca de 70 homens – esteve longe de cumprir seus objetivos, tendo sido capturadas duas índias grávidas que foram encaminhadas ao Juiz de Direito, pois de acordo com a legislação vigente da época, os índios eram considerados órfãos. Na realidade essa expedição funcionou muito mais como uma bandeira belicosa, em que o próprio Bueno a denominara de “*enxotadora dos Indios*”. Atestado o fracasso dessa expedição para o fim de catequese e civilização, que provocou ainda mais a ira dos Coroados, a mesma foi dissolvida, e os Terena voltaram para as aldeias nas imediações da cidade de Miranda.

A diminuta população não índia no Sul de Mato Grosso tinha conhecimento sobre as dificuldades de se granjear braços para o trabalho. O Relatório do Presidente de Província, João José Pedrosa, enfocou a distância e a falta de segurança para os colonos, como barreiras invencíveis, além das “hordas de tribos hostis” que inviabilizavam a vinda de correntes de imigrantes.

Destacou ainda que a imigração estrangeira – como aconteceu no Paraná com os adventícios ingleses – não engendraria os resultados esperados, que compensassem os enormes gastos do Estado, e que colonizar a Província de Mato Grosso seria muito mais dispendioso, face à sua distância.

A fonte citada abaixo vai evocar algumas atitudes consideradas hostis por parte dos índios, mediante as solicitações do poder público. Neste caso, os índios se insurgem contra os militares que foram requisitá-los, para ajudar na construção da Igreja dos padres católicos.

Participando-me o Director dos Indios do Municipio da Villa de Miranda Frei Mariano de Bagnaia em officio datado de 6 de Junho ultimo, que mandando na aldea vã praça de 1ª linha solicitar dos capitaes 4 Indios para serem empregados no serviço da Igreja Matriz, fora o mesmo

soldado á pouca distancia d'Aldea acometido por uma porção de Indios armados de facas e espingardas, que tinham vindo atraz do soldado para tomarem os 4 indios, como effectivamente o fizerão, apresso-me em levar o ocorrido ao conhecimento de V.Ex^a a fim de providenciar a respeito, pois á passar impune um tal procedente, pode a insurbodinação chegar a um ponto desastroso, visto a grande porção de Indios que existe naquelle Município (...). (Livro nº. 191, p. 17, Ano 1860-1873, Registro da DGI – APMT).

Esse fato ocorrido denuncia a reação indígena frente à apropriação de sua mão-de-obra no aldeamento, inclusive quando solicitados pelos religiosos. Tal situação revela que em determinadas ocasiões as relações não eram de cordialidade, nem tampouco harmônicas. O resultado foi a solicitação, pelos religiosos de uma atitude de represália por parte do Governo contra os índios.

No que se reporta aos índios Guaná (Terena) no corte de madeira para os vapores, o Presidente da Província Joaquim Raimundo de Lamare, em setembro de 1835, vai solicitar ao comandante da companhia de canoeiros, Tenente Antonio Maria Coelho, que *tenha Vm promptas no porto de Albuquerque, até o dia 10 de Outubro impreterivelmente, de vinte a trinta mil achas de lenha, devendo para isso tomar todas as providencias que forem precisas.* (Livro de Registro de correspondência oficial, nº 153, p. 145, Ano 1855-1859-APMT).

É patente a extrema dependência que havia do Estado em relação ao trabalho dos índios, consubstanciada na orientação dada aos Diretores das aldeias, para que continuassem a remeter índios para serem utilizados pelo serviço público:

Nesta data officio ao Director d'Aldea de N.Snr^a do Bom Conselho em Albuquerque para fornecer ao Chefe da estação Naval os Indios que o mesmo requisitar para o serviço do córte de lenha para os vapores da mesma estação (...). (Livro nº. 191, p. 13-14, Ano 1860-1873, Registro da DGI – APMT).

Do Palácio da Presidência de Mato Grosso em Cuiabá, no dia 6 de abril de 1858, o Chefe de Divisão, Joaquim Raimundo de Lamare, ordena ao encarregado da Direção dos Índios de Albuquerque o recrutamento de indígenas (Guaná), que deveriam ficar sob as ordens do Comando Naval – repartição que administra e executa certos serviços públicos – para cortar a lenha usada nos navios.

Mande V.m que se apresentem ao Commande da Estação Naval dessa Fronteira doze Indios das Aldeas de Albuquerque e Mato Grande, que

sejão robusto e idôneos para serem empregados no corte de lenha para os vapores; ficando Vm na intelligencia de que taes Indios serão alimentados e pagos pela mesma Estação, a cujo Commnde se expedem as convenientes ordens, e de que quando algum delles adoecer, deverá ser logo substituído por outro. (Livro de Registro de correspondência oficial, n° 153, p. 124v, Ano 1855-1859-APMT).

Havia, assim, um apreço pelo trabalho indígena, pois chama a atenção nesta fonte a sujeição do Governo ante esta mão-de-obra, mediante a premente necessidade de se suprir a ausência de um índio, quando por ventura este viesse a esmaecer.

Corroborar-se com o documento acima, mediante o processo catalisador que emanava do Governo de Mato Grosso, direcionado aos Diretores das aldeias, quanto a facilitar a liberação da mão-de-obra indígena para o trabalho requisitado por pessoas que representavam entidades ou órgãos públicos. Era, sobretudo, para a derrubada e corte da madeira, que deveria ser utilizada para abastecer os navios que singravam os rios da Bacia Pantaneira abastecendo a Capital Cuiabá. Nas palavras de Barros:

Senhores de engenho, fazendeiros, criadores de gado abastados, comerciantes e companhias militares são as categorias que mais usufruíram da mão de obra indígena, dentro desse quadro de reordenação das forças produtivas, no interior da Província. (BARROS, 1989, p. 201-202). (grifo nosso).

Em meio a uma série de funcionários do Governo, havia uma parcela que galgava se apropriar do trabalho indígena em proveito próprio. Constatada tal abjeção, o Diretor Geral dos índios, João Baptista d'Oliveira, relata ao Presidente da Província, Cel. Antonio Pedro d'Alencastro, este referido episódio.

O Diretor da aldeia do Bom Conselho foi comunicado de que os índios que trabalhavam em Albuquerque na construção de uma obra pública, (local onde se cobravam impostos, tributos e representava poder e autoridade), foram desviados de suas funções para prestarem serviços particulares ao Administrador da Vara de Rendas. E, mediante tal fato, manifestaram interesse de voltarem para a aldeia, o que foi prontamente atendido pelo referido Diretor da aldeia, tendo como fulcro a Legislação que dispunha sobre o Regulamento das Missões.

Saltam aos olhos determinadas atitudes, no mínimo suspeitas, por parte de alguns funcionários públicos, em pretenderem se apoderar – para fins particulares – de

mão-de-obra indígena de forma gratuita. Evidencia-se neste panorama a dinâmica da sociedade indígena de identificar e reagir às inúmeras formas de exploração ilícita:

(...) forão postos á disposição do Administrador da mesa de Rendas Antonio Honorio Ferreira, para trabalharem nas obras daquela repartição, solicitando a permissão de se recolherem á Aldea visto que o mesmo Administrador os distraira do fim para que forão contractados, empregando-os no seo serviço particular; no que consentio o referido Director, (...) Atendendo porem a que podessesse dar o caso de ser preciso áquelle Administrador suspender as obras publicas por qualquer emergencia, e neste interim os applicasse de sua conta em serviço particular; recomendando nesta data ao Director d'Aldea, que continue a fornecer Indios para o serviço publico, sempre que para este fim lhe forem reclamados pelo mencionado administrador. (Livro nº. 191, p. 11, Ano 1860-1873, Registro da DGI – APMT).

Chama a atenção o fato de o Administrador poder embargar uma obra pública temporariamente e contratar os serviços dos índios, desde que assumisse o ônus desta empreitada. Como se pode depreender, a utilização da mão-de-obra indígena foi largamente utilizada no século XIX nas obras de infra-estrutura no Sul do Estado de Mato Grosso, no entanto, esta constatação é pouco abordada e veiculada nos documentos oficiais.

Alguns homens públicos – diretores de aldeias, administradores, coletores de impostos – procuravam negligenciar a relevante participação do trabalho indígena Guaná (Terena) na construção de repartições públicas, essenciais para o funcionamento da máquina administrativa na Província de Mato Grosso.

No que concerne ao mote da mão-de-obra indígena no Sul de Mato Grosso e à atuação de funcionários responsáveis pela máquina administrativa Estadual, relata o Presidente da Província, Augusto Leverger, no ano de 1856, ao referir-se à aldeia do Bom Conselho, que há três anos esta não prosperava, as colheitas foram ruins, culminando em carestia e fome, obrigando os índios a se espalharem pela região para prover ao menos sua subsistência.

Era notícia corrente, no interior da Província, que pairava uma sobre-exploração do trabalho indígena por parte de alguns Diretores das aldeias que os empregavam, e que procuravam persuadi-los sobre a conveniência do mesmo.

(...) ajustão-se com os particulares para serviços de roça ou de navegação fluvial, e tenho tirado muito proveito de huma porção delles; que mandei alistar em huma companhia de canoeiros, e que ha dous annos guarnecem

as canoas empregadas no transporte de gente e de munições de guerra e de boca. (Relatório do Presidente da Província do ano de 1856. p. 18).

Do Palácio da Presidência de Mato Grosso, em Cuiabá, no mês de Junho de 1863, o Diretor Geral Interino dos índios é comunicado pelo Presidente da Província, Augusto Leverger, para que determine ao Diretor da aldeia do Bom Conselho que este coloque à disposição do militar, índios (Guaná) para o trabalho de construção de uma alfândega.

Illmº Snr. Dê V.S. as necessárias ordens ao Director da Aldea do Bom Conselho para que preste ao Capitão Joaquim da Gama Lobo d'Eça, encarregado das obras da nova Alfandega de Corumbá, os Indios que o mesmo requisitar para os trabalhos das ditas obras, pagando-se a estes o conveniente jornal. (Livro de Registro de correspondência oficial, nº 200, p. 86, Ano 1862-1864-APMT).

Como tem sido focalizado no decorrer deste trabalho, ter-se-á a resoluta participação e contribuição da mão-de-obra indígena na edificação de construções. Faz-se mister propalar que a alfândega²¹ era de suma importância para o Governo arrecadar impostos.

O Governo da Província de Mato Grosso tinha o intuito de financiar o agrupamento das comunidades indígenas no Sul de Mato Grosso e se apoderar dos serviços dos mesmos como mão-de-obra compulsória ou voluntária. Eram os índios basicamente a única força de trabalho na região, e tinham como apanágio as lides rurais. Concebe-se então a idéia de que *o trabalho indígena será disputado, como em séculos anteriores, pelos particulares e pelo Estado, em seus vários níveis*. (CUNHA, 2002a, p. 149). (grifo nosso).

O objetivo do Governo Imperial de aldear grupos indígenas Guaná (Terena) em lugares estratégicos – neste caso nas imediações de Miranda e Albuquerque – tinha como alvo a participação destes na defesa e manutenção na região de fronteira, bem como zelar pelas rotas comerciais.

Outro uso freqüente dos índios era, como vimos quando tratamos de terras, o apoio a instalações militares e nas novas rotas comerciais entre as várias províncias. Nessas rotas estabeleciam-se aldeias das quais se

²¹ Repartição pública, geralmente localizada nas fronteiras de uma região, estado, país, onde se inspecionam bagagens e mercadorias em trânsito e onde se efetua a cobrança das taxas correspondentes de entrada e saída de produtos; aduana.

esperava que abrissem e mantivessem estradas, fornecessem canoeiros, fizessem lavouras capazes de abastecer os viajantes, e servissem em geral de apoio e mão-de-obra. (CUNHA, 2002a, p. 151).

Além disto, o Governo de Mato Grosso, através da Diretoria Geral dos Índios, teria à sua disposição um aglomerado de mão-de-obra disponível para a agricultura, com a produção de alimentos para serem utilizados no abastecimento e sustento da Província. Desta feita, desvela-se que *a forma de tratamento dos índios, vista como a mais adequada, passou a ser a catequese e civilização, promovida por ordens missionárias e pelo clero regular, em cooperação com o Estado e os interesses privados.* (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999, p. 142).

Ao se referir ao trabalho dos indígenas na companhia de índios canoeiros, Augusto Leverger, Presidente da Província, solicita no ano de 1856, que o encarregado disponibilize alguns destes Guaná (Terena), para o trabalho de remeiros, do distrito de Albuquerque até Cuiabá. A referida companhia era encarregada do serviço de transporte de correspondência e carga entre a Capital Cuiabá e o Forte de Coimbra. Esta situação vem validar a dependência do Governo e das forças de segurança frente ao trabalho indígena:

Deve seguir hoje para a Capital com o Capitão Francisco da Costa Rego Monteiro huma canoa tripolada com praças da guarnição deste Districto, quatro das quaes devem ser substituídas por Indios Canoeiros. O que communico a V.m para intelligencia e execução na parte que lhe toca. (Livro de Registro de correspondência oficial, nº 153, p. 48v, Ano 1855-1859-APMT).

No decorrer do ano de 1858, o Presidente da Província Joaquim Raimundo de Lamare, do Palácio da Presidência de Mato Grosso, em Cuiabá, assegurou ao Capitão Caetano da Silva e Albuquerque estar ciente de que este entregou ao *Comandante geral dessa fronteira quarenta e cinco Indios Terenas para tripolarem as canoas que nessa ocasião seguirão para esta Capital em serviço da Repartição da Guerra.* (Livro de Registro de correspondência oficial, nº 153, p. 135, Ano 1855-1859-APMT).

Essa fonte abordou a utilização da mão-de-obra dos índios no Sul de Mato Grosso, que eram qualificados como excelentes remadores, esses deram suporte ao Exército Brasileiro no que alude à movimentação de tropas, transporte de materiais bélicos, ração, fardamento, animais e demais materiais que fossem de utilidade para os militares. Os índios Guaná (Terena), caracterizados pelo seu arrojo na arte de remar, singravam com

diligência as canoas e barcos no transporte de mercadorias e tropas militares de Corumbá para Cuiabá e, não raras vezes, até a Província de São Paulo.

O Presidente da Província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, no mês de maio de 1860, determinou ao Diretor²² das aldeias de Miranda, que colocasse índios à disposição do comandante militar, para a realização do trabalho de limpeza do rio homônimo; este serviço era de vital importância para o Governo, que procurava zelar pelo comércio da Província.

Esta faina era realizada constantemente no decorrer do ano. E é fato que sempre o Governo se apropriava da mão-de-obra indígena. Alardeava-se que a quantidade de militares no Presídio de Miranda era tênue e, ainda que, este tipo de trabalho não era bem-quisto pelos soldados.

Palácio da Presidência de Mato Grosso em Cuiabá 21 de Maio de 1860. – Nesta data dou ordem e providencias ao Commandante do destacamento dessa Villa para mandar limpar o leito do rio Miranda. Devendo este serviço ser feito por Indios cumpre que V.R. preste ao mesmo Commandante os que lhe forem para isso requisitado (sic), tendo attenção que, sendo o dito serviço publico e do maior interesse para o commercio desse Districto, deve elle ser preferido a qualquer outro particular. Com o commandante regulará V.R. o jornal razoável que deverão vencer os Indios, e dar-me-há parte. (Livro de Registro de correspondência oficial, nº 181, p. 23, Ano 1859-1862-APMT).

O valor do pagamento pela diária (jornada), era estipulado pelo Exército, não havendo qualquer tipo de negociação salarial; e mesmo que esses índios tivessem oferta de um serviço melhor remunerado da sociedade ao entorno, a prioridade era incontestemente do serviço público. Devido ao “ciclo das águas”, em determinadas épocas do ano, o leito do rio era acometido por grande quantidade de camalotes²³, que iam por sua vez estreitando o canal dos rios gerando escolhos à navegação.

Ainda concernente a essa temática, o Presidente Alencastro, no mês de agosto de 1860, remeteu correspondência ao Diretor das aldeias de Miranda, o Frei Mariano de Bagnaia, onde atestou que *fico certo pelo officio de V.R. de 1 do corrente da pontualidade*

²² Não consta no documento o nome do Diretor da Aldeia de Miranda, todavia, é sabido que na época era o Frei Mariano de Bagnaia;

²³ Massa compacta de vegetais aquáticos (piri, canarana etc.) que, na embocadura e margens de rios, lagos, formam ilhas por vezes tão densas que causam problemas à navegação, especialmente quando se deslocam devido à correnteza.

com que cumpro a ordem desta Presidencia pondo a disposição do Commandante dessa Vila doze Índios para a limpeza do rio Miranda. (Livro de Registro de correspondência oficial, nº 181, p. 45, Ano 1859-1862-APMT).

Faz este Presidente uma referência à fonte anterior. Assim sendo, depreende-se a desmedida importância do trabalho desses índios, pois os navios que singravam os rios da bacia pantaneira e da platina, eram de suma notabilidade para a defesa das fronteiras, colonização e comércio da Província de Mato Grosso, transportando víveres, tropas militares, civis, animais e outros.

Referenciados nos documentos como “pacificadores”, “civilizadores” e “agricultores”, os Terena, em consonância com o SPI, foram direcionados, no primeiro quartel do século XX, para a região de Dourados, Sul de Mato Grosso, junto aos indígenas Guarani e *o acréscimo da população de Lalima, nesse período, [1925] coincide, aliás, com a instalação de numerosas famílias Terêna em Francisco Horta, Reserva de Índios Kayoá-Guaraní, no Município de Dourados.* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p. 44).

Assim sendo, entre os municípios de Itaporã e Dourados, foi criado o Posto Indígena Francisco Horta Barbosa, no ano de 1917, pelo militar Nicolau Bueno Horta Barbosa, estando atualmente, densamente povoado pelos índios Guarani, Kaiowá e Terena. Estes últimos habitam a área denominada Jaguapiru. Em entrevista concedida pelo índio Albino Nunes, este relatou que *de terena só tinham três famílias que vieram com o Rondon, trabalhando... Eles também ajudaram a fundar com a gente a Reserva e por isso têm direito de viver aqui... (...).* (MEIHY, 1991, p. 61).

Provavelmente, parte dessas famílias Terena, que vão residir nessa Reserva, tenha sido daquelas que participaram sob o comando de Rondon, na construção das linhas telegráficas em direção à Ponta Porã, conforme se pode constatar nas fontes imagéticas, que serão tratadas posteriormente. Cardoso de Oliveira (1976) assinala que, a partir do ano de 1917, os Terena iniciaram o processo de chegada no Posto Indígena Francisco Horta Barbosa, nas imediações da cidade de Dourados, tendo como propósito estimular a agricultura entre os índios Guarani e os Kaiowá.

Parece que somente depois de 1917 é que começaram a chegar à Reserva famílias Terêna, provenientes do alto da serra do Maracaju. Tudo indica que as primeiras famílias foram atraídas para lá pelo Coronel de Engenharia Nicolau Bueno Horta Barbosa, então Inspetor daquela região, com o objetivo de estimular a lavoura Kaiowá pela reconhecida eficiência do trabalho Terêna. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 87).

De acordo com Carvalho (1979), por volta de 1919, os Guarani do Posto Indígena Araribá, na região de Bauru, foram assolados por uma forte gripe, fato este que provocou uma retração populacional. Colocou-se em prática então a idéia de Rondon, de se remanejar os Terena de Mato Grosso para o interior paulista. Os primeiros índios chegaram a esse Posto, no Estado de São Paulo, por volta de 1930. Além de produtos tradicionalmente cultivados como o feijão, milho, arroz, os Terena aprenderam uma nova atividade com os japoneses que viviam nas vizinhanças: a cultura do bicho da seda.

No Posto Indígena de Icatu e Vanuire, a Inspetoria mandou vir índios Terena para servirem de mestres aos Caingangos. E, com base no Relatório²⁴ de Estigarribia, da 5ª Inspetoria Regional do SPI, os Terena provavelmente eram oriundos de Lalima. Os primeiros deslocamentos dos Terena de Mato Grosso para o interior de São Paulo, são atribuídos à possibilidade de se utilizar sua força de trabalho, bem como ao papel inovador que esses índios poderiam representar, em função de serem caracterizados como agricultores e:

(...) que, ao longo da história, e não só no Brasil, esses índios tiveram tratamento diferencial e, sempre que possível, foram engajados na tarefa de “amansar”, “civilizar”, ou mesmo, “reduzir à vida civil” outros índios mais “primitivos”. (...) Horta Barbosa (...) ressalta que o progresso alcançado pelos Caingangue de São Paulo, especialmente em Icatu deve-se ao papel inovador dos índios Terena (...). (CARVALHO, 1979, p. 76).

O pesquisador Carvalho analisou e discutiu o Relatório do SPI, produzido por Estigarribia, que pontuou sobre a participação destes índios como trabalhadores em obras de infra-estrutura, quais sejam, estradas de rodagem.

No começo do relatório, Estigarribia indica também a participação dos Terena como operários semi-especializados em obras de engenharia civil: “Em caminho visitamos os serviços da estrada de automóveis de Campo Grande/Ponta Porã, a cargo da Comissão Rondon, cujos operários são índios Terena.” (ESTIGARRIBIA, 1928, *apud* CARVALHO, 1979, p. 74).

No decorrer de 1930 o auxiliar de serviço elabora uma exposição de trabalhos executados durante o ano anterior e o encaminha a José Bezerra Cavalcanti, Diretor do SPI, onde destacou a participação da mão-de-obra dos índios “Terenas e Cadiués” no

²⁴ Estigarribia, Antonio Martins Vianna – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Serviço de Proteção aos Índios. Relatório do Inspetor Interino da 5ª Inspetoria Regional, 1928.

processo de construção de estradas para automóveis no Sul de Mato Grosso. A seguir os serviços:

a) – Completar o trecho Dourados – Tey-Cuê. Foram abertas para o trânsito de auto sete léguas em matta desde o Posto de Tey-Cuê até Rio Dourados; (...); b) – Concluir a estrada Miranda Posto “Presidente Alves de Barros”. Executados 33 Kilometros dos quaes 4 em matta; (...); Para esses serviços, nos quaes só trabalharam índios terenas e Cadiuéos, (...). (Relatório de 1930, fotografamas 0828-0829, DEDOC, Arquivo FUNAI, Brasília).

O autor faz menção que para a realização destas obras de infra-estrutura tiveram esses índios que derrubar matas, fazer pontes, construir balsas, recortar as barrancas dos rios, colocarem pontilhões, bueiros e descascar as vigas de aroeira, ou seja, um trabalho extenuante que contou com o alento da mão-de-obra indígena e que logrou êxito.

Os índios Terena de Buriti foram, no decorrer da primeira metade do século XX, convocados pelo SPI, para trabalharem também em obras de infra-estrutura; neste caso, está se fazendo referência à abertura de uma estrada de terra que ligaria Dois Irmãos do Buriti a Sidrolândia.

Segundo Armando Gabriel, 85, a abertura dessa estrada foi determinada pelo chefe de posto do SPI, que convocou os líderes indígenas a organizarem turmas de trabalho. Segundo ele, “a estrada foi aberta a enxadão, foi feita pelo braço do índio”. O trabalho de construção da estrada teria sido supervisionado por Horta Barbosa, funcionário de alto escalão do SPI. (PEREIRA, 2008, p. 68, nota de rodapé n°. 28).

A exigüidade de braços para lavoura delineava um esmaecer perante a modernização e crescimento da região sulina do Estado, pois *todo o sul do Estado tem como unico braço o indigena e necessitamos preparamos e organizamos para util aplicação de suas actividades*. (Relatório dos trabalhos realizados em 1919, para Luiz Bueno Horta Barbosa, Diretor do SPI, fotg. 1236, microfilme 040, Neppi / UCDB / Campo Grande-MS).

3.3 As Linhas Telegráficas e a Mão-de-Obra Indígena

Esse item não tem a pretensão de discorrer sobre o relatório dos trabalhos realizados entre 1900-1906, pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, comandada por Rondon, mas tão somente buscar elementos que possam dar suporte à pesquisa, de se cotejar a peremptória contribuição do trabalho dos índios Terena em obras de infra-estrutura no Sul de Mato Grosso.

Os primeiros índios que participaram dos trabalhos da comissão foram os Bororo. Quando a linha telegráfica chegou à margem do rio Taquari, os Bororo não quiseram mais continuar seu trabalho. Dali para a frente, disseram eles, estava o território dos Guaicuru e dos Terena. E, a partir daquele momento, o trabalho dos Bororo foi substituído pelo dos Terena, que participaram das atividades da Comissão até o final. (BITENCOURT & LADEIRA, 2000, p. 81).

O Governo Republicano tinha uma arguta preocupação com o oeste do Brasil, distante dos grandes centros e situado em regiões de fronteira. Assim sendo, decidiu melhorar as comunicações construindo linhas telegráficas para o Centro-Oeste. Dessa maneira, a necessidade de proteger militarmente as fronteiras brasileiras e favorecer o progresso econômico resultou na organização da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso (1900-1906).

Uma vez que, até em torno do ano de 1900, nossas fronteiras com o Paraguai e a Bolívia continuavam desguarnecidas e isoladas do resto do Brasil, as ligações com o Sul de Mato Grosso eram precárias, inexistiam estradas contínuas; era necessário navegar pelo Oceano Atlântico, adentrar na Bacia Platina e subir o rio Paraguai.

Por conseguinte, Rondon – descendente de índios Terena, Bororo e Guaná – que foi um defensor dos indígenas brasileiros, dirigiu a construção de uma linha telegráfica entre Cuiabá e Corumbá, alcançando as fronteiras de países como Paraguai e Bolívia. Para tal empreendimento no Estado de Mato Grosso, Rondon foi:

Aliciando trabalhadores para suas obras principalmente entre índios, a Comissão lhes dava oportunidade de adquirir artigos que até então lhes pareceram inatingíveis. Naquela região Rondon teve oportunidade de constatar muitas vezes que velhos trabalhadores indígenas recebiam de suas mãos os primeiros salários em dinheiro, em sua longa e árdua vida de labuta pelas fazendas. (RIBEIRO, 1970, p. 113).

Face à intensa atividade de movimentação de pessoas nos levantamentos, averiguações dos caminhos para a linha e o balisamento dos postes, acabou por estimular uma verve nas atividades de trabalho no Sul de Mato Grosso.

A construção de linhas telegráficas na região foco desta pesquisa, exigia trabalho árduo e de desprendimento, derrubando a mata, lapidando madeira, explorando regiões desconhecidas, fazendo medições e cálculos, limpando o terreno, transportando materiais e equipamentos por terrenos frágios. Em meio a esta série de serviços a serem realizados, empregou-se a mão-de-obra indígena *no início do século XX, os Terena foram utilizados pelo marechal Rondon para a construção da linha telegráfica no extremo Oeste do país, até a Amazônia Ocidental.* (MANGOLIM, 1993, p. 46).



Figura 9 - Índios Terêna e Cuiuá da turma de Levantamento de Pôstes –
Construção da Linha Telegráfica de Ponta Porã.²⁵

Fonte: Forte de Copacabana. Obra: Índios e Aspectos do Sertão do Brasil – Linhas Telegráficas de Mato Grosso. Foto nº 040.

²⁵ Optou-se por transcrever a legenda da fonte devido à dificuldade da leitura, mantendo-se a grafia original.

Os trabalhadores das linhas no sul de Mato Grosso enfrentaram no cotidiano uma série de percalços como serpentes, insetos, doenças tropicais que grassavam nas matas e nas regiões pantanosas, e um clima adverso, estando no comando desses trabalhos *o general Cândido Mariano da Silva Rondon, que atuou na região durante a extensão da rede de telégrafos, em cujos trabalhos também houve a participação dos Terena,(...)*. (EREMITES DE OLIVEIRA & PEREIRA, 2003, p. 306).

Enfatiza-se que a utilização dos índios por Rondon foi uma constante no descerrar de picadas, abertura de buracos, levantamento e instalação de postes na região Sul de Mato Grosso, sendo que *várias turmas de índios Terena, juntamente com outros Guaná, trabalharam para a comissão encarregada do estabelecimento das linhas telegráficas do Estado de Mato Grosso, até a conclusão das mesmas em 1908.* (SILVA, 1948, p. 283).

No que concerne ao acervo fotográfico, as linhas telegráficas foram fartamente fotografadas, registrando o trabalho das atividades dos índios Terena. Estes parecem fazer pose para a foto, olhando para a câmera, deixando, porém, transparecer uma espécie de situação forçada, o que retrata uma imagem artificial durante a realização do serviço nas linhas telegráficas:

A linguagem fotográfica, no entanto, não é natural, espontânea, ou seja, não é simplesmente dada por sua característica visual, mas, ao contrário, é uma construção. Assim, as fotografias trazem em si não a reprodução mecânica e objetiva de um real dado, mas uma construção e uma representação da realidade a partir dos seus próprios códigos de linguagem, (...). (MACIEL, 1997, p. 186).

É possível depreender que o avantajado material fotográfico, no registro das atividades nas linhas, poderia ter como propósito justificar o capital investido pelo Governo brasileiro, uma vez que os Relatórios que Rondon encaminhava aos Ministérios serem sempre ricos em imagens.

É notório que, desde a construção da linha telegráfica Cuiabá-Corumbá, que cortou imensos latifúndios no pantanal do sul-mato-grossense, Rondon pode contar com o apoio logístico dos proprietários, usando a infra-estrutura dessas fazendas, utilizando-se de canoas e animais para transporte, vivificando a região pantaneira, e isto, por sua vez, era de interesse desses fazendeiros, pois a cooperação, quando da construção das linhas

telegráficas, gerou dividendos no aspecto comercial, ao venderem grande quantidade de gado para o Exército Brasileiro atender as necessidades de alimentação dos trabalhadores envolvidos na construção das linhas:

De fato, com o estabelecimento da rede telegráfica rompeu-se o isolamento do homem pantaneiro que, por décadas, contou com este veículo exclusivo de comunicação. Isso explica o apoio que Rondon recebeu dos fazendeiros locais no suporte dos acampamentos, na oferta de alimentos e de trabalhadores. (CORRÊA, 2005, p. 149).

No ano de 1903, foi inaugurada a estação telegráfica na cidade de Aquidauana e, segundo o que observou Robba (1992), no decorrer do ano de 1911 esta cidade serviu como sede oficial onde foi implantado o 2º Distrito Telegráfico.

Esse Distrito, na realidade, tinha uma grande abrangência, pois abarcava todas as linhas do Estado de Mato Grosso, que estavam localizadas ao sul do rio São Lourenço, *por isso que assim seria atendida a conveniência da concentração das fôrças de Mato-Grosso na Vila Nova de Aquidauana, o ponto não só mais importante do Sul do Estado, como de maior futuro dentre todos os povoados dessa terra promissora.* (RONDON, 1949, p. 8).

A escolha de Aquidauana como sede distrital e lugar escolhido para o agrupamento dos contingentes militares no sul de Mato Grosso permite também destacar o caráter estratégico das linhas telegráficas. Seja como fator de ocupação e desenvolvimento da região, e ou indicando ainda o propósito de garantir a defesa das fronteiras brasileiras.

O Relatório elaborado no ano de 1924, pelo auxiliar da Inspeção de Índios, Genésio Pimentel Barboza, ao se referir ao Posto do Bananal, habitado pelos Guaná, e em sua maioria pelos Terena, exaltou o seu progresso contínuo. Contudo, chama a atenção para a diminuta produção agrícola no Posto, uma vez que a mesma:

(...) ficou comprometida, ella cujo augmento não atingira ainda ao que se poderia esperar porque em 1922 e 1923, cento e tantos indios haviam ido trabalhar na construcção da Linha Telegraphica para Ponta Porã. (Relatório dos trabalhos realizados em 1924, para José Bezerra Cavalcanti, Diretor do SPI, fotg. 1503, microfilme 040, Neppi / UCDB / Campo Grande-MS). (grifo nosso).

Como se pode analisar, o auxiliar atribui a queda da produção agrícola a um número contundente de índios que se abstiveram do trabalho no Posto, para prestar

serviços na linha telegráfica de Rondon, em direção à cidade fronteiriça de Ponta Porã. (Vide Figura 10 abaixo).



Figura 10 -

Índios Terêna e Caiuá na construção da Linha Telegráfica de Ponta Porã . -

Fonte: Forte de Copacabana. Obra: Índios e Aspectos do Sertão do Brasil – Linhas Telegráficas de Mato Grosso. Foto nº 034.

Visualizam-se na imagem fotográfica, algumas crianças que fazem “pose” junto aos adultos, sendo, por conseguinte, possível depreender a ampla utilização de menores na atividade de construção das linhas telegráficas. A foto não propiciou informações no sentido de esclarecer se esse teodolito²⁶ era manuseado por algum índio, pois as fontes referem-se apenas ao emprego dos trabalhos braçais desses índios nas linhas.

²⁶ Instrumento de precisão para medir ângulos horizontais e ângulos verticais, muito empregado em trabalhos geodésicos e topográficos.

No mesmo Relatório, datado de 1924, elaborado pelo auxiliar da Inspetoria de Índios, Genésio Pimentel Barboza, e ainda referindo-se ao Posto do Bananal, comunidade majoritariamente Terena, o funcionário abordou o trabalho indígena na linha telegráfica, a solicitação de índios junto às tropas do governo e afirmou que a produção agrícola seria:

(...) muito maior se não fôra o afastamento no ano passado de muitos índios para os trabalhos da Linha Telegraphica e finalmente para as fileiras das forças do governo, onde alguns ainda se mantem. (Relatório dos trabalhos realizados em 1924, para José Bezerra Cavalcanti, Diretor do SPI, fotg. 1505, microfilme 040, Neppi / UCDB / Campo Grande-MS). (grifo nosso).

Para enfrentar seus opositores, o Governo de Mato Grosso, convocava os índios para lutarem em suas fileiras. Essas lutas coronelísticas caracterizaram-se pelo extremo grau de violência registrada no final do século XIX e que se enveredou pelo seguinte, devido às Revoltas Tenentistas.

Nesse período, a região mato-grossense chegou a ser conhecida como terra sem normas, onde a única lei que havia estava atrelada ao artigo 44, isto é, à lei imposta por meio do calibre 44. Essa violência que grassava, principalmente no sul de Mato Grosso, atingiu sobremaneira as sociedades indígenas.

Ainda se reportando ao Relatório de 1924, o auxiliar, ao informar sobre a aldeia do Brejão, no município de Nioaque, salienta que a medição dessa área foi realizada pelo engenheiro militar Nicolau Bueno Horta Barbosa no ano de 1922 e destaca o plantio de alimentos como o milho, arroz, feijão e a mandioca.

Não obstante, chama a atenção para o fato de o Governo continuar a requisitar índios para lutar em suas fileiras, o que, por sua vez, comprometia drasticamente a produção agrícola na aldeia, grassando a fome entre as famílias. O Relatório citado manifesta ainda o despreparo militar dos indígenas, quando colocados em combate, sendo que o índio:

Foi um dos mais sacrificados com o recrutamento para as forças do governo, tendo a Inspetoria necessidade de mandar socorros as famílias cujos chefes eram mantidos, apesar de bisonhos, na linha de fogo. (Relatório dos trabalhos realizados em 1924, para José Bezerra Cavalcanti, Diretor do SPI, fotg. 1513, microfilme 040, Neppi / UCDB / Campo Grande-MS).

A partir dos registros feitos por esse Relatório, é possível depreender que ao deixarem as suas aldeias, no ano de 1923, para serem engajados nas tropas legalistas do Governo, os índios estavam sendo usados por esse Governo para reforçar suas fileiras bélicas, se precavendo, assim, para enfrentar o recrudescimento das revoltas tenentistas, que tiveram, devido ao seu caráter faccioso, reflexos de cizânia no Mato Grosso.

Por isto, quando esse mesmo Relatório faz referência ao fato de que os índios se mantêm nas forças do Governo após 1923, é possível inferir que sugere a participação destes no combate à Revolução Tenentista iniciada em São Paulo e liderada por Isidoro Dias Lopes, no ano de 1924, e que se dirigiu para Mato Grosso; não conseguindo, entretanto, ultrapassar os limites do Estado.

Ainda é possível ventilar a hipótese de que esses índios podem ter sido mobilizados para o confronto durante a passagem da Coluna Prestes pelo Estado em 1925. E, novamente, nos anos de 1926-1927, quando a coluna palmilhou o Estado de Mato Grosso, rumando para a Bolívia.

Ressalta-se que, durante a República Velha, o Estado de Mato Grosso foi acometido por lutas intermitentes entre os chefes políticos, militares, sendo que a *República e as revoluções que a sucederam até 1930/32, tiveram seus reflexos no sul de Mato Grosso, envolvendo grupos-locais Terena através dos “Coronéis” regionais que invadiam e roubavam suas aldeias.* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1972, p. 37).

É de bom alvitre realçar que o fato do Governo convocar os índios Terena – conforme Relatório de 1924 – para as forças legalistas, prejudicou consideravelmente a produção agrícola no Posto Indígena do Bananal, refletindo-se de forma nefasta na subsistência alimentar dessas comunidades indígenas.

Quanto ao Relatório elaborado pela Comissão Rondon, este enfocou a participação dos índios da Nação Borôro, destacou a *colaboração dos Borôro que substituíram na abertura do picadão e construção pròpriamente da Linha, de março de 1901 a junho de 1902, os soldados que pereceram e se recolheram a Cuiabá, (...).* (RONDON, 1949, p. 167).

Em seus depoimentos, Rondon enfatizou sua gratidão pelo trabalho indígena, quando este se fez necessário nas mais diferentes empreitadas, entre as quais, a *construção da linha telegráfica, através dos campos, pantanais, serranias e florestas mato-grossenses; nos reconhecimentos em nossas linhas.* (VIVEIROS, 1958, p. 337).

No que concerne ao uso das imagens, uma considerável crítica que se faz é que muitas vezes estas não têm relação documental com o texto e são utilizadas de forma aleatória. De acordo com o que afirmou Kossoy (1989), a fotografia sempre representa a criação de um testemunho.



Figura 11 -

Índios Terena na construção
da Linha Telegráfica de Pon-
ta Porã . -

Fonte: Forte de Copacabana. Obra: Índios e Aspectos do Sertão do Brasil – Linhas Telegráficas de Mato Grosso. Foto nº 037.

Roberto Cardoso de Oliveira (1976) abordou o trabalho indígena Terena na construção da linha telegráfica – não apresentou documentos –, indicando o Relatório da Comissão Rondon. Entretanto, não se obteve êxito em localizar, nesse Relatório, a citação em que Rondon teria se referido à mão-de-obra dos índios Terena na edificação da linha telegráfica. Cardoso de Oliveira pontuou que:

Essa situação de cativo perdurou até princípios deste século, quando em 1904 Rondon, construindo as linhas telegráficas e estratégicas, passou por lá e forçou a libertação daqueles índios – muitos dos quais trabalharam na edificação da linha –, libertação esta consumada com a criação do Serviço de Proteção aos Índios, em 1910 (cf. missão Rondon, 1949:82-83). (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 64 – nota de rodapé n. 9).

É plausível fazer um paralelo com Silva (1948), pois ambas as pesquisas não tratam de trabalhos historiográficos propriamente ditos, mas sim de estudos no âmbito da Antropologia, que por sua vez – naquele contexto – não tiveram a preocupação precípua de citar as fontes, mesmo porque há a possibilidade de essas informações terem sido amealhadas de fontes orais.

Em um Relatório emitido pela Socióloga Márcia Fonseca, no decorrer de 1985, referente à Área Indígena de “Cachoeirinha”, esta nos apontou que, no período pós Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), houve uma intensificação no processo de colonização de Mato Grosso. Isto em grande parte devido à abertura da navegação do rio Paraguai ao comércio internacional, o que aumentou celeremente o fluxo populacional para o Sul do Estado e um intenso contato dos índios com a sociedade regional:

Nos primeiros anos desse século [se refere ao século XX] Cândido Rondon alcançava os aldeamentos dos Terena; várias turmas de índios trabalharam para a comissão encarregada do estabelecimento das linhas telegráficas do Estado do Mato Grosso, até a conclusão das mesmas em 1908. (Relatório de um estudo feito pela Socióloga Márcia Fonseca referente a viagem à Área Indígena de “Cachoeirinha” para requerer demarcação de uma área de 3.200 ha da Reserva Cachoeirinha - 1985. In: Processo n° O981/82, p. 39, FUNAI, Brasília).

Pelo que escreveu em seu trabalho, a referida Socióloga dá margem para se interpretar que a mesma tomou como base de apoio para sua assertiva, a respeito do trabalho indígena nas linhas telegráficas, o Relatório de 1924, citado anteriormente.

A chamada Comissão Rondon, no início do século XX, ao passar pela região onde os Guaná (Terena) estavam estabelecidos no Sul do Estado cuidava dos índios que iam encontrando, concomitantemente ao trabalho de fincar os postes telegráficos. Os índios apelidaram as linhas telegráficas de “língua do Mariano” (Cândido Mariano da Silva Rondon), que as designava pela expressão “sondas do progresso”.

Essa Comissão foi abrindo caminhos, desbravando terras, lançando linhas telegráficas, fazendo mapeamentos do terreno, descobrindo serras, planaltos, montanhas e rios, elaborando as primeiras cartas geográficas. A Comissão foi também:

(...) incorporando novas atribuições, intensificando as expedições de exploração geográfica, fazendo-se acompanhar de professores de botânica, zoologia e geologia, aumentando sua aura de cientificidade e respeitabilidade, emendando um projeto com outro, de tal forma que permaneceu em atividade durante cerca de 30 anos. (MACIEL, 1997, p. 105).

A Comissão Rondon, de acordo com estudos feitos por Souza Lima (2002b), foi caracterizada como uma espécie de laboratório da política indigenista brasileira, ao enfrentar os percalços no interior dos sertões. Enfatiza-se que foi responsável pela descoberta de minérios, além da rica catalogação botânica, zoológica, geológica e etnográfica.

Constatou-se que, ao escrever o Relatório dos trabalhos realizados entre 1900-1906 “Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato - Grosso”, Rondon não se reporta de forma específica à participação da mão-de-obra Terena na construção e conservação das linhas; pelo menos não se conseguiu localizar esse assunto no Relatório.

Destaca-se que, apesar de Rondon não se referir especificamente aos índios Terena, como historiadores e pesquisadores, tem-se como princípio basilar a busca e a garimpagem de documentos que possam fundamentar as discussões e argumentações. Conseguiu-se, então, levantar as fotos dos índios Terena trabalhando nas linhas telegráficas e o Relatório de 1924 que abordou a questão da mão-de-obra desses indígenas nas linhas, bem como a participação desses índios nas forças legalistas do Governo de Mato Grosso.

3.4 A Ferrovia NOB e a Mão-de-Obra Indígena

Este item tem por objetivo buscar de elementos que possibilitem evidenciar a decisiva participação e contribuição dos índios Guaná (Terena), por ocasião do trabalho na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na região Sul do Estado de Mato Grosso. Procurou-se elencar e discutir os pesquisadores e documentos que asseveram sobre

a peremptória participação dos índios Terena na construção da NOB; todavia, constatou-se que as fontes não são abundantes nesse sentido.

Buscou-se ainda analisar a falta de “visibilidade” nos documentos quanto ao trabalho desses índios, e ou os motivos da relativa negligência por parte da administração da própria ferrovia e do Serviço de Proteção aos Índios, (SPI), que foi criado no ano de 1910.

Além das cidades que já existiam antes da construção da NOB, outras tantas foram se formando no decorrer do seu traçado e, contrariando uma boa parte da historiografia oficial, foi justamente no interior paulista que a ferrovia se deparou com uma fragorosa resistência dos índios Kaingang, que se opunham à espoliação dos seus territórios.

A NOB, mediante esse percalço de oposição recalcitrante dos índios, contratou guardas para no trajeto da linha, fazer a segurança dos trabalhadores e, possivelmente também tenha ajustado bugreiros²⁷, pois jazia um considerável número de operários tombados, vítimas dos seus ataques.

Em contrapartida, no trecho mato-grossense, região que era estigmatizada como sertão, a ferrovia não sofreu nenhum tipo de resistência indígena, ao contrário; teve a participação, principalmente, dos Terena na sua construção, como se procurou tracejar neste item.

Construída no primeiro quartel do século XX, a NOB recortou territórios tradicionais dos índios Terena no Sul do Estado de Mato Grosso, o que possibilitou, segundo Silva (1948), um contato mais freqüente das sociedades indígenas com vários segmentos da sociedade brasileira.

O traçado da NOB iniciou-se em Bauru (interior paulista), até a divisa com a Bolívia em Corumbá, no atual Estado de Mato Grosso do Sul, fazendo integração com a rede ferroviária boliviana até Santa Cruz de la Sierra, além de manter um ramal de Campo Grande (Estação Indubrasil) a Ponta Porã.

Esta, inicialmente, denominou-se Itapura-Corumbá e, posteriormente, a partir de 1918, passou a chamar-se Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Quanto ao termo *Itapura era uma pequena povoação surgida em torno de antiga colônia militar criada pelo*

²⁷ Eram caçadores profissionais de índios contratados para “limpar” o trajeto e circunvizinhanças por onde a ferrovia deveria passar. Esta prática também era usada pelos fazendeiros da região.

governo imperial na margem direita do rio Tietê, pouco antes de sua foz no Paraná. (QUEIROZ, 1997, p. 22 – nota de rodapé n. 4).

Sua construção no Estado de Mato Grosso foi edificada por duas seções diferentes: de Itapura (SP) rumou para a cidade de Campo Grande (MT), e de Porto Esperança (localizada à margem esquerda do Rio Paraguai, em território mato-grossense), em direção a Campo Grande. No ano de 1914, às margens do córrego Ligação, no município de Campo Grande, deu-se o encontro dos trilhos dessas seções.



Figura 12 - A estação de Ligação em 1976 (Foto José H. Bellorio).

Fonte: Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/ms_nob/fotos/ligacao76.jpg. Acesso em: 16.out.2008.

A estação de *Ligação* foi inaugurada em 1914. Como a ferrovia no Mato Grosso foi entregue, em 1912, em duas partes estanques: entre *Jupia* e *Água Clara* e depois, entre *Pedro Celestino*, bem além de *Campo Grande*, e *Porto Esperança*, por dificuldades técnicas e financeiras, a parte de mais de 200 km entre esses dois trechos somente foi entregue em 1914, quase dois anos depois, em duas frentes, que se encontraram exatamente nessa estação, daí seu nome *Ligação*. (Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/ms_nob/ligacao.htm. Acesso em: 16.out.2008).

Interligara-se, pela primeira vez, através da via ferroviária, a Bacia do Rio Paraguai, Sul do Estado de Mato Grosso, com o Brasil Atlântico, o que representava um auspicioso progresso em termos econômicos, consubstanciado com a exportação de produtos.

É interessante destacar alguns pesquisadores que atestaram sobre a participação dos índios Terena no processo de construção das linhas telegráficas. Como são estudos que citam continuamente as duas obras de infra-estrutura – linhas telegráficas e ferrovia – optou-se por referir-se a eles neste respectivo item.

Esses autores, na realidade, estudaram os Terena e mencionaram o trabalho desses índios na Ferrovia NOB; é o caso de Bitencourt e Ladeira (2000), Carvalho (2002), Acçolini (2004) e Vieira (2004). Dentre os autores há que se destacar Queiroz (1997, 2004), um estudioso consagrado no Mato Grosso do Sul, no Brasil, e em países da América do Sul, que fez uma notável e respeitável pesquisa sobre a Ferrovia NOB.

No século anterior à construção da NOB, já era possível constatar a presença da mão-de-obra indígena Terena em estudos do Governo para possível construção de uma ferrovia no Sul de Mato Grosso.

O documento de Nicolau Bueno Horta Barbosa, datado de 1924, aponta na direção de uma incisiva participação do trabalho dos índios Terena, sob a liderança do capitão Joaquim Victorino, que inclusive havia lutado ao lado do Império Brasileiro na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Ressalta-se o envolvimento da mão de obra indígena Terena quando dos estudos²⁸ do Governo brasileiro com vistas à construção de ferrovia, já no século anterior à construção da NOB:

O Capitão Victorino tivera ocasião de trabalhar com uma turma de seus homens nos estudos da estrada de ferro que, ao tempo do Império, o governo mandou realizar entre o porto do 7 Voltas do rio “Brilhante” ou outro mais conveniente, e a “Villa de Miranda”, passando por “Nioac” e “Forquilha”. Essa Estrada, entrando em combinação com uma linha fluvial compreendendo os rios “Brilhante” e “Ivinheima” e parte do “Paraná”, poria Matto-Grosso em ligação com o littoral, atravessando a então Província daquelle nome. A tradição dos indios é de que os engenheiros vindos de Matto-Grosso eram inglezes; (...) A subida da

²⁸ Os estudos foram realizados durante o reinado do Imperador D. Pedro II para a construção de uma estrada de ferro no Sul de Mato Grosso. O objetivo consistia em uma via mista, sendo trechos de ferrovia e partes de navegação fluvial nos rios Ivaí, Paraná, Ivinhema, Brilhante e Miranda. Essa via deveria ligar Miranda a Curitiba, e desta última cidade outra via férrea iria até o litoral, colocando Mato Grosso às portas do Atlântico; todavia este primeiro trajeto não se concretizou.

serra de “Maracajú”, que se faz acompanhado o correjo das “Posses”, afluente do “Urumbeba”, (...) a dita subida afirmam os índios ter sido estudada pela Comissão do Imperio, e é a mesma (salvo poucos desvios) ainda usada pela estrada, que de “Nioac” se dirige aos campos do “Brilhante”, a qual tem 42 Km, até encruzeirar na que liga “Campo-Grande” a “Ponta-Porã”, e não corta nenhum curso d'água. (Memorial de Nicolau Bueno Horta Barbosa - 1924, Relativo à Demarcação das Terras do Brejão, In: Processo de Regularização Fundiária nº 1059/82 da Área Indígena “Nioaque”, CGAF, FUNAI, Brasília, p. 8-9).

Pode-se inferir que os índios que aparecem no documento mencionado por Corrêa são Terena, já que a autora procura discutir a fonte citada acima, tendo destacado a contribuição da mão-de-obra indígena na construção de obras de infra-estrutura. Chama a atenção para o fato de que o documento não faz nenhuma referência quanto ao trabalho destes índios serem ou não gratificados.

No ano de 1873, referindo-se ao projeto de uma estrada de ferro ligando Paraná e Mato Grosso, o Presidente da Província era comunicado de que as obras estavam tendo início com a abertura de uma estrada entre Miranda e Nioaque, e para tal o engenheiro encarregado, Luiz Christian Palm, dispunha de 20 imigrantes europeus e 50 índios, estes recrutados no Sul de Mato Grosso para esse trabalho, sem nenhuma menção à remuneração. (AZAMBUJA, 1873, *apud* CORRÊA, 1999, p. 114).

Como tem sido abordado, o mote da presente pesquisa toma assento no âmbito da contribuição do trabalho da mão-de-obra indígena Terena em obras de infra-estrutura e, neste item, busca suscitar manifestações no sentido de perceber a participação destes índios na construção da Ferrovia NOB.

Enveredada por esta temática e problemática, uma pesquisa de campo, que foi realizada na segunda metade do século XX, já abarcava a relevância e importância do trabalho dos índios Terena para o processo de desenvolvimento do Sul de Mato Grosso, uma vez que a *secção Pôrto Esperança-Campo Grande alcançou as cidades de Miranda e Aquidauana nos anos de 1911 e 1912. Na construção e conservação das linhas da Noroeste, nessa última secção, passaram a ser utilizados trabalhadores Terena.* (SILVA, 1948, p. 284).

O fato do trabalho de Silva, ter sido realizado na esfera da Antropologia, fez com que o autor não tivesse a acuidade de se referir aos documentos escritos. Além do que, parte dessas fontes provavelmente, conforme registrou Bitencourt & Ladeira, tenham sido orais e obtidas junto à comunidade indígena Terena da aldeia do Bananal. Foi

constatada, através de relatos, a expressiva participação desses índios na construção da Ferrovia NOB, na seção que teve início em Porto Esperança; este acontecimento ficou gravado na memória dos mais idosos.

Os trabalhos da ferrovia foram feitos praticamente pelos índios. Muitos morreram pelos vários acidentes que aconteceram no período da construção da estrada de ferro. Da aldeia Cachoeirinha participaram José Benedito, Elias Antônio, Félix Candeia e muitos outros. Segundo eles foi um trabalho difícil, arriscando a própria vida na região do Pantanal, onde existem muitos animais selvagens. Félix Antônio, Úli Terena, lembra que participou da construção da ponte do rio Paraguai e quando chegou na cidade de Corumbá, foi realizada uma festa, comemorando a realização do trabalho. (BITENCOURT & LADEIRA, 2000, p. 84).

A construção da NOB representou um projeto de grande monta para o sertão sul-mato-grossense, a partir do momento em que, no Governo de Afonso Pena, ocorreu a mudança do traçado de Itapura-Cuiabá para Itapura-Corumbá, e com relação à mão de obra, *muitos Terena participaram, também, da construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil*. (MANGOLIM, 1993, p. 48). Destaca-se que o autor citado, quando da realização desse trabalho, estava vinculado ao CIMI/MS.

Fazia parte da dinâmica desses índios o trabalho externo, pois apesar de morarem na Reserva, não viviam – com raras exceções - economicamente da Reserva. Mediante o exposto, *os Terena que já haviam participado da instalação da linha telegráfica, trabalharam na construção do trecho Mato Grosso da ferrovia, juntamente com os purutuyé pobres*. (BITENCOURT & LADEIRA, 2000, p. 82).

A pesquisadora Silvia M. S. Carvalho (2002), que também enfocou a temática relacionada ao trabalho indígena procurou ainda demonstrar a importância desses índios quanto à produção de alimentos e os serviços nas fazendas, bem como ao trabalho na ferrovia, que é o foco deste item.

Assim os Terena foram um dos grupos indígenas que mais contribuíram no processo de povoamento do sudoeste brasileiro: como produtor de bens de consumo para os primeiros moradores da região; como mão-de-obra nas fazendas de criação de gado e, já no início deste século, trabalhando na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e das linhas telegráficas da região. (CARVALHO, 2002, p. 471). (grifo nosso).

Ao elaborar um estudo sobre os Terena de Cachoeirinha, comunidade localizada a 18 quilômetros da cidade de Miranda, o pesquisador do CIMI/MS escreveu

que entre 1903 e 1904 iniciou-se a construção das linhas telegráficas pela Comissão de Rondon e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que ligaria Bauru a Porto Esperança, em 1905, onde foi significativamente utilizada a mão-de-obra indígena. (VIEIRA, 2004, p. 6).

A grande carência de mão-de-obra para a agricultura atingiu o Período Imperial e os anos iniciais da República Velha. Essa escassez não se restringiu apenas à produção de alimentos, mas também à falta de braços para as obras de infra-estrutura no Estado de Mato Grosso; pesquisas que se referem aos índios Terena demonstram que eles *também participaram da construção das Linhas Telegráficas e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil*. (ACÇOLINI, 2004, p. 76).

Centenas de trabalhadores foram envolvidos no processo de construção da NOB em solo mato-grossense, sendo esses operários das mais diferentes raças, grupos e nacionalidades; *esse evento utilizou-se de mão-de-obra nacional, além dos braços indígenas e japoneses, que vieram para ajudar em sua construção*. (MIRANDA, 2006, p. 77). Um fato novo que a autora apresenta, e ou pelo menos não é muito divulgado e trabalhado pelos pesquisadores é a participação dos japoneses na construção da NOB. Porém, é de se avaliar que tal participação não tenha sido tão contundente quanto à dos índios Terena.

Pretende-se aqui abrir uma discussão no sentido de se apreender que desde meados do século XIX – início do recorte temporal deste trabalho - havia interesses econômicos e políticos da sociedade dominante e dos funcionários públicos em alavancar o processo de “civilizar”, “assimilar” “misturar”, “incluir” e “integrar” as sociedades indígenas nos extratos inferiores da sociedade brasileira.

Em um Relatório que enfocou o estado de catequese e civilização dos índios na Província de Mato Grosso, datado de 28 de Dezembro de 1852, Henrique José Vieira, Diretor Geral dos Índios, envia ao Capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger, Presidente dessa Província, as informações de que:

Meia léguas abaixo d’esta Cidade existe um porção de Guanás emigrados do Baixo Paraguay, que não perdem ocasião de pedir; e posto que já sejão tão civilizados como a classe da nossa gente baixa, julgão-se todavia Índios, mas só para ter direito a brindes.(Livro nº 101, p. 18v, Ano 1848-1860, Microfilme: Rolo nº. 031, Registro da DGI – APMT). (grifo nosso).

A cidade a que o Diretor se refere é Cuiabá, e o então Diretor Geral dos Índios se mostrava indignado com a atuação dos indígenas em continuar exigindo brindes da DGI, uma vez que já eram considerados – pelos regionais – civilizados e misturados às pessoas de baixo poder aquisitivo.

Este Relatório permite cotejar, já no ano de 1852, a atitude oportunista da política indigenista brasileira de, gradativamente, promover o processo de assimilação da população indígena à sociedade não índia e, conseqüentemente, eximir o Estado Brasileiro de proporcionar um tratamento diferenciado às populações indígenas; reflete ainda, o Relatório, os interesses étnicos de se auto-reconhecerem como índios.

O Diretor Geral dos Índios João Baptista d'Oliveira apresentou um Relatório ao Conselheiro Herculano Ferreira Penna, Presidente da Província de Mato Grosso, em 28 de abril de 1862, na cidade de Cuiabá²⁹, onde expôs as seguintes informações:

Guanás – os poucos Índios da Nação Guaná aldeados alem do rio Cuiabá, próximo ao Porto Geral, continuão a prestar seos serviços como Camaradas nas canoas que d'esta Cidade viajam para o Baixo Paraguay; e pode-se dizer, que a maior parte d'elles acha-se confundida na maça da população. (Livro nº 191, p. 19, Ano 1860-1873, Microfilme: Rolo nº 037, Registro da DGI – APMT). (grifo nosso).

Enfatiza-se a atitude exarada pelo Diretor em persuadir a perda da identidade étnica destes índios, em um tendencioso e degenerativo processo assimilacionista, pelo qual um grupo humano, ou uma coletividade, é absorvido pela cultura de outros.

Esta linha de conduta perpassou as décadas seguintes e foi usada como um artifício no século XX, para “não enxergar” a contribuição do trabalho indígena Terena na construção da Ferrovia NOB, como se discutirá posteriormente.

Quanto ao quesito mão-de-obra, o Governo brasileiro encontrava dificuldades para contratar trabalhadores na seção que se iniciou em Porto Esperança no ano de 1908. Os operários, para se deslocarem até essa região, considerada inóspita, infestada de pernilongos e animais peçonhentos, exigiam estipêndios majorados. Além disso, devido às

²⁹ O deslocamento dos índios Guaná, de Albuquerque para Cuiabá, deu-se por volta de 1843 e 1844. Os documentos pesquisados indicam o aldeamento situado um pouco abaixo do Porto Geral, à margem direita do Rio Cuiabá. Esta mudança deu-se, em grande parte, em função da influência e carisma do capuchinho Macerata, que havia trabalhado na Missão denominada de Nossa Senhora da Misericórdia, em Albuquerque, e que foi transferido para a cidade de Cuiabá.

adversidades do relevo – pantanoso e montanhoso – o transcorrer do serviço era moroso, o que despertava severas críticas:

O engenheiro Saint Martin, por exemplo, queixa-se de que os trabalhos de construção haviam sido iniciados em Porto Esperança com um pessoal que “exigia elevados ordenados, quando entretanto sua produção é diminutíssima – menos da metade que em outros serviços semelhantes”. (SAINT MARTIN, 1914, p. 156, *apud* QUEIROZ, 2004, p. 88).

Foi nessa seção que foi utilizada a mão de obra indígena Terena, e no limiar do século XX, esses índios já eram considerados “misturados”, “assimilados” e “incluídos” no bojo da população brasileira de baixa renda; *além disso, eram detentores de índole pacífica, como asseveram os próprios Terena, sendo por isso, normalmente considerados mais próximos da condição de camponeses pobres do que da de índios*, (...). (PEREIRA, 2008, p. 33). (grifo nosso).

Esta concepção de “invisibilidade” da sociedade envolvente, de considerar os índios já “integrados” entre a população de reduzido poder aquisitivo, “pode” ser considerado um fator ao qual as fontes geralmente não se reportam, e ou se referem de forma acanhada à participação e à contribuição do trabalho indígena Terena na edificação da Ferrovia NOB.

Faculta-se ainda ventilar a hipótese – em menor escala - de que os documentos oficiais, entre eles os do Serviço de Proteção aos Índios, praticamente não fazem referência ao trabalho dos Guaná (Terena) na ferrovia, uma vez que a preocupação premente era com os índios selvagens, em especial com os Borôro Coroados, devido às suas “correrias” nas cercanias da cidade de Cuiabá.

Quanto à vinda de trabalhadores adventícios, a construção da ferrovia em território mato-grossense culminou em um processo de estreitamento nas relações do Sudeste com o Oeste e provocou uma diáspora de operários de outros Estados que buscavam, no Sul de Mato Grosso, a possibilidade de uma maior remuneração pelos serviços prestados, desta forma:

Desde o seu início, desde a sua abertura ao tráfego, a via férrea, mudando consideravelmente o panorama das terras interiores, exercia uma poderosa ação na expansão humana no Oeste. Através da sua linha, penetraria essa zona uma crescente leva de trabalhadores. (SODRÉ, 1941, p. 112-113 *apud* BORGES, 2001, p. 113).

Enfatiza-se que, além destes operários não índios que vieram de outras regiões, havia um considerável número de índios que prestaram serviços em forma de jornadas de trabalho para a ferrovia.

Conforme Relatório elaborado pelo inspetor interino, quando se referiu aos índios Terena do Posto do Bananal, este assinalou que *a população regula por 800 pessoas de residencia fixa, com sahida passageiros para trabalhar nas fazendas, estradas de ferro ou Povoação*. (Relatório dos trabalhos realizados em 1921, para Luiz Bueno Horta Barboza, Diretor do SPI, fotg. 1441, microfilme 040, Neppi / UCDB / Campo Grande-MS). (grifo nosso).

Esses índios, geralmente durante o período de estiagem, quando não era viável o amanho da terra, procuravam trabalho temporário como diaristas ou empreiteiros nos mais diversificados serviços. Quanto ao trabalho na ferrovia, ajudavam na manutenção – trocando dormentes podres, acomodando as pedras, fazendo roçado ao longo da linha férrea, corte de lenha para as locomotivas a vapor – ao longo do seu percurso no trecho mato-grossense; via de regra os índios percebiam uma diária inferior em relação aos outros trabalhadores.

Ao se referir à aldeia Cachoeirinha, Cardoso de Oliveira (1976) chama a atenção quanto às entrevistas realizadas, onde percebeu uma gênese de desenvolvimento econômico, acompanhado de uma percepção mercantil. Refere-se o autor àqueles índios que trabalharam na ferrovia como mensalistas durante anos e moravam nas cidades; conseguiram conquistar um capital excedente – em grande parte devido a sua vida frugal – e, posteriormente, optaram por voltar às aldeias com o fito de arranjar uma área de terra maior para o cultivo de suas culturas.

Um dos resultados mais imediatos é o emprego de índios do núcleo central nas “fazendas” do Capão, notadamente na do ambicioso Terêna, Lúcio Souza, antigo trabalhador da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e ex-proprietário de um lote na cidade de Miranda (preferiu retornar a Cachoeirinha, porque seu terreno na cidade não comportava o desenvolvimento de suas plantações). (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 89 – nota de rodapé n. 7).

No que diz respeito ao Relatório datado de 1924, realizado por Genésio Pimentel Barboza, é possível perceber o trabalho indígena na ferrovia, via de regra, em serviços braçais, avaliando que *esses índios empregam-se nas fazendas como campeiros e*

muitos já trabalham na estrada de ferro. Suas terras são muito cobiçadas pela excelente posição e qualidade. (Relatório dos trabalhos realizados em 1924, para José Bezerra Cavalcanti, Diretor do SPI, fotg. 1515, microfilme 040, Neppi / UCDB / Campo Grande-MS). (grifo nosso).

Referindo-se ainda ao Relatório de 1924, este na realidade diz respeito aos índios “Cadiuós”. Todavia, pretende-se, aqui, desenvolver a suposição de que, quando o autor do Relatório se referiu apenas aos índios “Cadiuós” trabalhando na ferrovia, não levou em consideração a miscelânea étnica que era a aldeia Lalima. Procurou-se entender nesta Dissertação, que por incúria, Barboza não se referiu aos Guaná (Terena) na construção da ferrovia.

Lalima estava situada a uma distância de 9 léguas da cidade de Miranda, sendo composta por um mosaico de grupos e subgrupos indígenas, além de não índios que viviam em permeio. Como segue abaixo:

Esta é uma aldeia “sui generis”, considerando-se na composição étnica bastante diversificada, sendo formada por remanescentes Terena, Guaicuru, Quinquinao, Layâna e Kadiwéu, de grande quantidade de mestiços e de brasileiros casados na comunidade indígena (...). (SGANZERLA, 1992, p. 269).

Segundo o que pontuou Ferreira (2007), a historiografia regional tradicional sempre ignorou a presença indígena, negando e ofuscando a participação do seu trabalho nas frentes de expansão econômica no Estado de Mato Grosso. É provável que, por discriminação contra o índio, estigmatizado como “Bugre”³⁰, esta “invisibilidade” de não notá-lo atingiu até as pessoas pobres que dividiram o mesmo espaço de trabalho quando da construção da ferrovia, mas que devido a preconceitos arraigados, também não “enxergaram” a participação do trabalho indígena.

Pode-se ainda, levantar a hipótese de que a “invisibilidade” foi também promovida e sustentada por órgãos oficiais e por um intenso fluxo de latifundiários que se estabeleceram na região Sul do Estado de Mato Grosso. Estes, enquanto procuravam denegrir a participação do trabalho indígena, enalteciam os seus brios de “desbravadores”,

³⁰ Denominação dada a indígenas e mestiços de diversos grupos do Brasil pela população envolvente, e estigmatizado com um status inferior ao próprio índio; categoria localizada entre o índio selvagem e o camponês pobre e que já foi assimilado pela sociedade nacional. O dicionário do Houaiss esclarece que bugre tem o sentido pejorativo de “indivíduo rude, primário, incivilizado”.

escamoteando os indícios que apontam para a efetiva participação e contribuição do trabalho dos índios Terena na construção da NOB.

O fato de os índios Terena terem sido caracterizados como “civilizados”, “diluídos” e “incluídos” na amálgama da população pobre no Sul de Mato Grosso, infelizmente resultou na impossibilidade de identificar consideráveis referências a eles nas fontes oficiais, e tampouco em documentos da Estrada de Ferro, que pudessem evidenciar a contribuição laboral desses índios em obras de infra-estrutura, neste caso a Ferrovia NOB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou analisar, levantar hipóteses e granjear indícios que pudessem dar suporte à indubitável e peremptória participação dos índios Terena nos mais variados tipos de trabalho, não raro, sob as mais degradantes e insalubres situações, conforme foram apresentadas e discutidas no decorrer do texto.

Os Terena, no transcorrer do século XIX, foram ganhando visibilidade no que diz respeito à importância de seu trabalho, conforme se pode constatar nas páginas dos Relatórios dos Presidentes de Província e da Diretoria Geral dos Índios. Foram, sobretudo essas duas fontes, juntamente com os documentos do SPI no século XX, e as pesquisas bibliográficas citadas anteriormente que serviram de sustentáculo para a elaboração deste trabalho.

A utilização e discussão desses materiais foram fundamentais para a construção de um saber teórico sobre essa problemática, saber esse que resultou no fortalecimento das evidências da importante contribuição do trabalho dos índios Terena para o processo de desenvolvimento econômico do Sul de Mato Grosso, no interstício de 1845 a 1930.

Entende-se, neste trabalho de Dissertação, que a participação da mão-de-obra dos índios Terena foi de suma importância para o desenvolvimento do Sul de Mato Grosso, pois não só contribuíram com o processo de civilização de outras etnias, auxiliando o Governo a lidar com elas, como também, por serem exímios agricultores, produziam e vendiam à comunidade ao entorno os excedentes dos produtos por eles produzidos garantindo, assim, não só a sua subsistência, como também a de outros povos.

Realizaram a modalidade de trabalho extrativista, sendo considerados excelentes tiradores de cascas de angico, um tipo de árvore de fortes troncos, bastante utilizada pelos seus benefícios medicinais.

Durante a Guerra da Tríplice Aliança, lutaram ao lado das tropas imperiais, serviram de guias e contribuíram, principalmente, no que diz respeito ao fornecimento de gêneros alimentícios ao Exército Brasileiro, que estava sitiado em uma região caracterizada como adversa.

Com a expansão da pecuária no pós-guerra, os Terena também trabalharam, sempre como mão-de obra barata e submissa, no processo de abertura e manutenção das fazendas, realizando os mais variados serviços, quer seja como changueiros ou empreiteiros, diaristas ou mensalistas.

Em simbiose com o Governo mato-grossense e o federal, aprenderam e realizaram serviços de olaria, marcenaria, exerceram ainda funções de ferreiro e outros ofícios. Participaram da edificação de obras públicas de infra-estrutura, como alfândegas, estradas, as linhas telegráficas, a Ferrovia NOB, entre outras realizações do Poder Público da época.

A literatura científica, sobretudo a Antropologia, classifica os índios Terena como um povo trabalhador e inclinado aos contatos com outras etnias e com os regionais. Caracterizados como hospitaleiros, mansos e industriais, eram reputados como civilizados, e sua mão- de- obra considerada de grande utilidade na Província de Mato Grosso.

Assim sendo, os indígenas Guaná (Terena), destacaram-se ao pactuar, negociar e interagir com a Política Indigenista Brasileira. Registra-se ainda que estes índios reinventaram saberes e práticas que estivessem em conformidade com as pautas culturais, e ações que lhes eram convenientes. Ou seja, sabiam defender seu *ethos* tribal.

Destarte, os índios Terena vão suscitar estratégias e adaptações que levavam sempre em conta as dinâmicas e os mecanismos internos das sociedades indígenas, procurando se opor às mais variadas formas de exploração e espoliação a que estiveram e ainda estão sujeitos.

É notório que os Terena sempre souberam se auto - reconhecer como índios, não abrindo mão de sua identidade étnica e, ao mesmo tempo, usando mecanismos de negociações, com o intuito de se apropriar de espaços de poder que poderiam gerar benefícios para a sua comunidade, pleiteando, junto ao Governo, inúmeras reivindicações, fossem elas territoriais, políticas, econômicas e sociais.

Mesmo tendo direito a apenas um diminuto lote de terra nas Reservas – que já foram demarcadas insuficientes para a reprodução do *modus vivendi* dos Terena – e

consubstanciada com o aumento populacional das ultimas décadas, o trabalho destes índios se faz importante também nos dias de hoje, pois continuam a fornecer excedentes de produtos agrícolas para outros povos, além de permanecerem a prestar serviços externos nos mais variados segmentos e setores. Essa dinâmica de prestação de serviços externos é uma forte característica do povo Terena.

Ao escrever e publicar, nos anos 60, o resultado de seus estudos sobre os índios Terena, Roberto Cardoso de Oliveira deu uma grande contribuição para que se pudesse compreender melhor essa etnia, tida como índios “civilizadores”, “pacificadores”, “agricultores”. Registra-se, no entanto, que a ótica pontuada por esse pesquisador está direcionada mais para a teoria da aculturação (antropologia das perdas) da língua, dos costumes e das tradições desse povo.

A criação do SPI no ano de 1910, que deu continuidade à demarcação de territórios indígenas, foi uma vitória política dos setores republicanos e garantiu aos índios Terena, pelo menos a sua sobrevivência, uma vez que já se achavam em processo de destrabalização. O SPI tinha como desígnio enfeixar em suas mãos uma série de esforços no sentido de fomentar a participação dos índios para o trabalho agrícola no interior das Reservas e, desta forma, garantir a subsistência das comunidades indígenas de forma satisfatória.

Todavia, é sabido que grande parcela das fazendas vizinhas aos territórios indígenas, demarcados pelo governo, continuaram a empregar os índios Terena, quer seja como diaristas, empreitadas ou trabalhadores mensais, situação que continua ainda a acontecer na atualidade. Estas Reservas representam amiúde um estoque de mão-de-obra barata e também de votos para as elites dominantes locais, ávidas em preservarem seus interesses políticos e econômicos.

Evidencia-se a capacidade que os índios Terena tiveram de não se prostrarem perante as adversidades, pois conseguiram, através de alianças, reconstruir parte de seus territórios ocupados durante os tempos anteriores à Guerra da Tríplice Aliança, construindo, ainda, outros espaços territoriais.

Os Terena não se conformaram com a espoliação de suas terras e continuaram a “invadir” as fazendas para roubar gado e as roças, pois a pesca e a caça não eram suficientes para manter suas necessidades de alimentação, em virtude da minimização de seus territórios.

Aprenderam as estratégias das forças de poder no jogo de interesses. Certeau (2005) referiu-se às *táticas* características desses índios, ou seja, seus procedimentos peculiares de se articular com os poderes impostos, aproveitando as circunstâncias e a mobilidade da conjuntura. Deste modo, revestidos da lealdade que prestaram ao Império, na Guerra da Tríplice Aliança, requisitaram honras militares e reivindicaram seus antigos territórios.

A premente necessidade de aumentar seus territórios, em face do *boom* populacional no século XX e início do XXI, teve como consequência um êxodo rural, que já se identifica no decorrer dos anos, formando “aldeias urbanas”, como nas cidades de Anastácio (Aldeinha) e Campo Grande (Marçal de Souza), com o objetivo de melhorar sua condição de vida, em busca de empregos melhores remunerados.

Os índios Terena têm procurado estreitar os relacionamentos com os sul-mato-grossenses, apropriando-se de espaços e apresentando alternativas e respostas. Constituíram-se em funcionários públicos nas três esferas do Governo, com representantes no Poderes legislativo e executivo como a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, além de estarem sempre buscando a ascensão social pelo caminho da Educação, sendo grande o número de índios Terena que estão, atualmente, posicionados nas Universidades como graduandos, graduados e pós-graduados.

Tendo ainda representantes na ONU e junto aos organismos internacionais e aos órgãos não governamentais (Ongs) pró-indígenas. Embora sejam, muitas vezes, considerados, confundidos e misturados com a massa da população, os Terena mantêm orgulhosamente o brio de sua etnia, fazendo questão de se auto identificarem-se como índios.

Corrobora-se a apropriação de uma política de negociação, por parte desses índios, ora cedendo, ora dominando e ou pactuando com a sociedade envolvente, com o objetivo de obter um maior número de vantagens, sem abrir mão de sua identidade étnica. Assim, seguem permanentemente reivindicando a revisão e a ampliação de suas terras, bem como a busca pela identificação e legalização de outros territórios junto aos órgãos competentes.

A atitude obstinada dos Terena de se interagirem com essa sociedade envolvente já é histórica e faz parte de suas pautas culturais de contato desde a época em

que estavam submetidos à mercê da política de um Estado Nacional, ao qual foram condicionados a se adequarem ou desaparecerem como etnia.

Segundo Monteiro (2004), a principal voz discordante negando a tese do desaparecimento foi a dos próprios índios, ao reivindicarem e, gradativamente, reconquistarem seus direitos históricos, como por exemplo, parte de seus territórios tradicionais.

Recuperar sua própria história e seus territórios é um direito imanente às sociedades indígenas, buscando-se superar o estigma de transição para a cristandade, civilização, assimilação e desaparecimento. E é um dever dos povos não índios tomar consciência de vez que as sociedades indígenas são parte de um futuro comum, onde o reconhecimento do outro não deve estar vinculado ao projeto de dominação, inferiorização e estigmatização.

As conquistas, nas últimas décadas do século XX, e principalmente no século XXI, visualizam um futuro promissor na questão indígena, tais como: crescimento demográfico, culturas revigoradas e com maior visibilidade, e o uso de línguas nativas sendo recuperadas, entre os jovens especialmente.

Mas o mérito fundamental tem sido, principalmente, o aumento e ou demarcação de novas Reservas, no Estado de Mato Grosso do Sul, à custa de violentos conflitos – às vezes armados – pelos seus direitos intrínsecos, ao enfrentar uma elite latifundiária recalcitrante em manter o *status quo*.

Reportando ao foco principal desta Dissertação, que é questão do trabalho indígena, e mediante o que foi abordado e ventilado, a temática abarcada se junta a outras pesquisas recentes abordadas no decorrer do texto, onde as fontes e a literatura apontam no sentido de suscitar evidências de uma importante contribuição e participação da mão-de-obra dos índios Terena no processo de ocupação e desenvolvimento econômico e social do Sul de Mato Grosso.

FONTES MANUSCRITAS

Discurso recitado pelo exm. Presidente da província de Matogrosso, Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em o 1º de março de 1845. Cuiabá, Typ. Provincial, 1845. fotogramas, Bruto=609 e Real 596. Acervo da Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim. Memorial da Cultura Apolônio de Carvalho. Campo Grande-MS.

Discurso recitado pelo exm. Presidente da província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 10 de junho de 1846. Cuiabá, Typ. Provincial, 1846. fotogramas, Bruto=609 e Real 596. Acervo da Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim. Memorial da Cultura Apolônio de Carvalho. Campo Grande-MS.

Lata 1886-C, doc. Avulso, APMT - Arquivo Público de Mato Grosso.

Lata 1914-B, ofício avulso nº 82, Secretária de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. doc. Avulso, APMT.

Lata 1916-E, ofício avulso nº 85, Secretária de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. doc. Avulso, APMT.

Lata 1918-B, ofício avulso s/nº, Secretária de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. doc. Avulso, APMT.

Livro de Registro da DGI, 1848-1860, nº.101, APMT.

Livro de Registro de Correspondência Oficial entre a Presidência e as Câmaras Municipais, Paróquias, Bispos, Juizes de Paz, Diretor Geral dos Índios, Administradores do Correio e pessoas particulares da Província. nº 153, Ano 1855-1859-APMT.

Livro de Registro de Correspondência Oficial entre a Presidência e as Câmaras Municipais, Paróquias, Bispos, Juizes de Paz, Diretor Geral dos Índios, Administradores do Correio e pessoas particulares da Província. nº 181, Ano 1859-1862-APMT.

Livro de Registro da DGI, 1860-1873, nº. 191, APMT.

Livro de Registro de Correspondência Oficial entre a Presidência e as Câmaras Municipais, Paróquias, Bispos, Juizes de Paz, Diretor Geral dos Índios, Administradores do Correio e pessoas particulares da Província. nº 200, Ano 1862-1864-APMT.

Memorial relativo à demarcação das terras do Brejão, elaborado por Nicolau Bueno Horta Barbosa. Campo Grande, 1924. 27p. In: PROCESSO nº 1059/82, CGAF, FUNAI, Brasília.

Ofício ao Comandante das Armas da Província de Mato Grosso no ano de 1858. Livro de Registro da DGI. Ano 1848-1860, Livro nº. 101, p. 88v-89, APMT.

Ofício ao Bispo Diocesano da Província de Mato Grosso no ano de 1860. Livro de Registro da DGI. Ano 1848-1860, Livro nº. 101, p. 10, APMT.

Ofício ao Presidente da Província de Mato Grosso Cel. Antonio Pedro d'Alencastro no ano de 1860. Livro de Registro da DGI. Ano 1860-1873, Livro nº. 191, p. 11, APMT.

Ofício ao Presidente da Província de Mato Grosso Cel. Antonio Pedro d'Alencastro no ano de 1860. Livro de Registro da DGI. Ano 1860-1873, Livro nº. 191, p. 13-14, APMT.

Ofício ao Presidente da Província de Mato Grosso Cel. Antonio Pedro d'Alencastro no ano de 1861. Livro de Registro da DGI. Ano 1860-1873, Livro nº. 191, p. 17, APMT.

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o chefe de divisão Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 4 de dezembro de 1856. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1856. fotogramas, Bruto=609 e Real 596. Acervo da Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim. Memorial da Cultura Apolônio de Carvalho. Campo Grande-MS.

Relatório ao Ilustríssimo e Excelentíssimo General Joaquim Raimundo de Lamare, Presidente da Província de Mato Grosso no ano de 1858. Livro de Registro da DGI. Ano 1848-1860, Livro nº. 101, p. 94, APMT.

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o chefe de divisão, Joaquim Raimundo de Lamare, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1859. Cuyabá, Typ. Cuyabana, 1859. fotogramas, Bruto=609 e Real 596. Acervo da Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim. Memorial da Cultura Apolônio de Carvalho. Campo Grande-MS.

Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial de Matogrosso pelo exm.o conselheiro Herculano Ferreira Penna em 3 de maio de 1862. Cuiabá, Typ. do Matogrosso, 1864. fotogramas, Bruto=609 e Real 596. Acervo da Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim. Memorial da Cultura Apolônio de Carvalho. Campo Grande-MS.

Relatório do Vice-Presidente da Província de Matogrosso, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865. Cuiabá, Typ. de Souza Neves etc., 1865. fotogramas, Bruto=474 e Real 457. Acervo da Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim. Memorial da Cultura Apolônio de Carvalho. Campo Grande-MS.

Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da Província de Matogrosso no dia 4 de outubro de 1872 pelo Presidente da mesma Província, o exm. sr. tenente coronel Dr. Francisco José Cardozo Junior. Rio de Janeiro, Typ. do Apostolo, 1873. fotogramas, Bruto=474 e Real 457. Acervo da Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim. Memorial da Cultura Apolônio de Carvalho. Campo Grande-MS.

Relatório com que o exm. snr. dr. João José Pedrosa, Presidente da Província de Matogrosso, abriu a 1ª sessão da 22ª legislatura da respectiva Assembléia no dia 1º de novembro. Cuyabá, Typ. do Liberal, 1878. fotogramas, Bruto=511 e Real=493. Acervo da Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim. Memorial da Cultura Apolônio de Carvalho. Campo Grande-MS.

Relatórios com que o exm. snr. general barão de Maracajú, Presidente da Província de Matogrosso, abriu a 1.a sessão da 23.a legislatura da respectiva Assembléia no dia 1.o de outubro do corrente ano. Cuyabá, Typ. de Joaquim J.R. Calháo, 1880. fotogramas, Bruto=511 e Real=493. Acervo da Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim. Memorial da Cultura Apolônio de Carvalho. Campo Grande-MS.

Relatório de 1915, realizado pelo ajudante Raymundo (...) para José Bezerra Cavalcante – Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, microfilme 040, fotogramas 1085 a 1097. Centro de Documentação Teko Arandu / Neppi / UCDB. Campo Grande-MS: 2007.

Relatório de 1918, realizado pelo ajudante adido, para Luiz Bueno Horta Barboza – Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, microfilme 040, fotogramas 1098 a 1140. Centro de Documentação Teko Arandu / Neppi / UCDB. Campo Grande-MS: 2007.

Relatório de 1919, acrescentado pelo inspetor Samuel. H. S. Lobo, para Luiz Bueno Horta Barboza – Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, microfilme 040, fotogramas 1198 a 1315. Centro de Documentação Teko Arandu / Neppi / UCDB. Campo Grande-MS: 2007.

Relatório de 1920, acrescentado pelo inspetor Samuel. H. S. Lobo, para Luiz Bueno Horta Barboza – Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, microfilme 040, fotogramas 1316 a 1428. Centro de Documentação Teko Arandu / Neppi / UCDB. Campo Grande-MS: 2007.

Relatório de 1921, enviado pelo Inspetor Interino, para Luiz Bueno Horta Barboza – Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, microfilme 040, fotogramas 1429 a 1455. Centro de Documentação Teko Arandu / Neppi / UCDB. Campo Grande-MS: 2007.

Relatório de 1923, realizado por Antonio Estigarriba, para José Bezerra Cavalcante – Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, microfilme 040, fotogramas 1456 a 1496. Centro de Documentação Teko Arandu / Neppi / UCDB. Campo Grande-MS: 2007.

Relatório de 1924, realizado por Genésio Pimentel Barboza, para José Bezerra Cavalcante – Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, microfilme 040, fotogramas 1497 a 1566. Centro de Documentação Teko Arandu / Neppi / UCDB. Campo Grande-MS: 2007.

Relatório de 1925, realizado pelo Inspetor Interino, para José Bezerra Cavalcante – Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, microfilme 040, fotogramas 1600 a 1655. Centro de Documentação Teko Arandu / Neppi / UCDB. Campo Grande-MS: 2007.

Relatório de 1927, apresentado pelo Inspetor Nicolau Bueno Horta Barboza – Delegado da Inspeção de Índios. Microfilme 224, fotg. 265-269, DEDOC, Arquivo FUNAI, Brasília.

Relatório de 1930, realizado pelo auxiliar de serviço, para José Bezerra Cavalcante – Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, fotogramas 0828-0829, DEDOC, Arquivo FUNAI, Brasília.

Relatório de viagem de 1985, da Socióloga Márcia Fonseca à Área Indígena de “Cachoeirinha” para requerer demarcação de uma área de 3.200 ha da Reserva Cachoeirinha - In: PROCESSO n° O981/82, DAF, FUNAI, Brasília.

FONTES IMAGÉTICAS

BITENCOURT, Circe M.; LADEIRA, Maria E. *A história do povo Terena*. Brasília: MEC-SEF-USP, 2000. Mapa - p. 40. 156 p.

Estações Ferroviárias do Brasil. Foto: O depósito de locomotivas em Miranda em 1941. Fonte: Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/ms_nob/fotos/miranda41.jpg. Acesso em: 21.jul.2008.

Estações Ferroviárias do Brasil. Foto: A estação de Ligação em 1976. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/ms_nob/fotos/ligacao76.jpg. Acesso em: 16.out.2008.

Forte de Copacabana. Obra: Índios e Aspectos do Sertão do Brasil. Ministério da Guerra. Serviço de conclusão da Carta de Mato Grosso. Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas – Inspeção de Fronteiras. 1890 – 1930. Linhas Telegráficas de MT. Fotos n. 022, 034, 037 e 040.

Instituto Sócio Ambiental. Foto: Dois índios Terêna, dos que combateram na Guerra da Tríplice Aliança, com uniformes de oficiais em desuso; Fazendo arreo - aldeia do Bananal. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/terena/1042>. Acesso em: 18.set.2008.

Museu do Índio do Rio de Janeiro. Foto: Índios Terena fazendo tijolos. Disponível em: http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/spi/se/album/documentario_terena/target337.html. Acesso em: 15.jul.2008.

Museu do Índio do Rio de Janeiro. Foto: Índios Terena marcando gado Fonte: Disponível em: http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/spi/se/album/documentario_terena/target929.html. Acesso em: 15.jul.2008.

TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguai*. 14. ed. Tradução de Affonso de E. Taunay. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1952. Foto, p. 132b. 202 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACÇOLINI, Grazielle. *Protestantismo à moda terena*. 2004. 218 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – FCL/UNESP, Araraquara-SP.

ALMEIDA SERRA, Ricardo F. *Parecer sobre o aldeamento dos índios uiacurus e guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo VII, 1866. 218 p.

ALMEIDA, Rita H. de. *O diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Ed. da UNB, 1997. 430 p.

ALVES, Gilberto L. *Mato Grosso e a história – 1870-1929: ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro*. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 61, p. 5-81, 2º. sem.1984.

AZANHA, Gilberto. *Relatório antropológico para a redefinição dos limites da Terra Indígena Buriti*. In: Processo FUNAI/BSB/0465/93. Brasília, FUNAI. (não publicado), 2001. 94 p.

_____. *As Terras Indígenas Terena no Mato Grosso do Sul*. Centro de Trabalho Indigenista. Brasília: (não publicado), 2004a. 35 p.

_____. *Resumo do relatório circunstanciado de identificação e delimitação da terra indígena Taunay-Ipegue*. In: Processo FUNAI/BSB nº. 0289/85. Brasília, FUNAI. Publicado no Diário Oficial da União de 13/08/2004, Seção 1, p. 42, 2004b. 13 p.

BARBOSA, Marco A. *Direito antropológico e terras indígenas no Brasil*. São Paulo: Plêiade: Fapesp, 2001. 130 p.

BARROS, Edir P. de. *Política indigenista, política indígena e suas relações com a política expansionista no II Império em Mato Grosso*. *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, vol. 30, 31 e 32, p. 183-223, 1989.

BITENCOURT, Circe M.; LADEIRA, Maria E. *A história do povo Terena*. Brasília: MEC-SEF-USP, 2000. 156 p.

BORGES, Fernando T. de M. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso. 1870 a 1930*. 3. ed. São Paulo-SP: Scortecci, 2001. 191 p.

BRAND, Antonio J. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra*. 1997. 392 p. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PUCRS.

CAMPESTRINI, Hildebrando.; GUIMARÃES, Acyr V. *História de Mato Grosso do Sul*. 4. ed. Campo Grande: Gráfica e Papelaria Brasília Ltda, 1995. 196 p.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O processo de Assimilação dos Terêna*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1960. 160 p.

_____. *Urbanização e tribalismo: A integração dos índios Terêna numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. 239 p.

_____. *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; São Paulo: Editora da USP, 1972. 152 p.

_____. *Do Índio ao Bugre: O processo de assimilação dos Terêna*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 149 p.

CARVALHO, Edgar de A. *As alternativas dos vencidos: índios Terena no Estado de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 1979. 135 p.

CARVALHO, Silvia M. S.; CARVALHO, Fernanda.; GALAN, Maria C. *Bibliografia crítica dos povos Aruák do Mato Grosso do Sul e do Grande Chaco*. São Paulo: Terceira Margem – FAPESP, 2001. 251 p.

CARVALHO, Silvia M. S. Chaco: encruzilhada dos povos e “melting pot” cultural, suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense. In: CUNHA, Manuela. C. da. (Org). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: FAPESP/SMC/ Companhia das Letras, 2002. p. 457-474.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul (1845)*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. Tomo II. São Paulo: Ed. Nacional, 1949. 379 p.

CASTRO, Iára Q. de. *Vigiar e construir a história: memórias, esquecimentos, comemorações e historiografia nas representações sobre Aquidauana*. 2002. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Dourados.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano, artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 11. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005. 352 p.

CHIAVENATTO, Júlio J. *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. 24. ed., São Paulo: Brasiliense, 1990. 188 p.

CORRÊA, Lúcia S. *História e fronteira*. Campo Grande: UCDB, 1999. 244 p.

_____. A fronteira indígena no Sul de Mato Grosso - século XIX. *Tellus*, Campo Grande: CPPGE-UCDB, ano 2, n. 2, p. 155-169, abr/2002.

CORRÊA, Valmir B. *Fronteira oeste*. 2. ed. Campo Grande: Ed. UNIDERP, 2005. 193 p.

_____. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889 – 1943*. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006. 235 p.

CUNHA, Manuela C da. (Org). *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889*. Editora da Universidade de São Paulo. Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992. 363 p.

_____. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela. C. da (Org). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: FAPESP/SMC/Companhia das Letras, 2002a. p.133-154.

_____. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manuela. C. da (Org). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: FAPESP/SMC/Companhia das Letras, 2002b. p. 9-24.

D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1975. 207 p.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história sobre a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 615 p.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. A História indígena em Mato Grosso do Sul, Brasil: dilemas e perspectivas. *Revista Territórios & Fronteiras* (Programa de Pós-Graduação em História). Cuiabá: UFMT, vol. 2, n. 2, p. 115-124, 2001.

_____. *Arqueologia das sociedades indígenas no pantanal*. Campo Grande-MS: Ed. Oeste, 2004. 117 p.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi M. *Perícia antropológica, histórica e arqueológica da Terra Indígena Terena de Buriti*. Justiça Federal – Campo Grande-MS: 2003. 334 p.

_____. “Duas no pé e uma na Bunda”: da Participação Terena na Guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela Ampliação dos Limites da Terra Indígena Buriti. *Anais Eletrônicos do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina: ANPUH/UUEL, p. 1-8, 2005.

ESSELIN, Paulo M. *A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-matogrossense (1830-1910)*. 2003. 222 f. Tese (Doutorado em História) – PUC/RS, Porto Alegre.

Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/ms_nob/ligacao.htm. Acesso em: 16.out.2008.

FERREIRA, Andrey C. *Mudança cultural e afirmação identitária: a antropologia, os Terena e o debate sobre aculturação*. 2002. 117 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). PPGAS-MN - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

_____. *Tutela e Resistência Indígena: Etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro*. 2007. 410 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). PPGAS-MN - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

FERREIRA, Eva M. L. *A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira (1902-1952)*. 2007. 111 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados – MS, Dourados.

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: de 1825 a 1829*. Tradução de Visconde de Taunay. 2. ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1948. 362 p.

- GAGLIARDI, José M. *O indígena e a República*. São Paulo: HUCITEC, EDUSP, 1989. 310 p.
- GUILLEN, Isabel C. M. Ausência e produção do esquecimento: história indígena em Mato Grosso do Sul. *Fronteiras – Revista de História da UFMS*, Campo Grande, v. 2, n. 4, p. 103-122, jul./dez. 1998.
- HOBBSAWM, Eric J. E. *A era do capital: 1848-1875*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 459 p.
- HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda – Companhia das Letras, 2004. 220 p.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1989. 110 p.
- LEITE, Eudes F. *Marchas na história: comitivas e peões-boiadeiros no pantanal*. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Campo Grande: Ed. UFMS, 2003. 223 p.
- LEOTTI, Odegar. *Corpos violentados: os índios e a guerra do Paraguai (1860-1870)*. In: JANUÁRIO, Elias R. da S. (Org). *Fronteira – Memória e Linguagem*. Cáceres-MT: Ed. UNEMAT/Campinas-SP: Pontes, 2001. p. 31-47.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. 4. ed. Tradução de Chaim S. Katz.; Eginardo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1991, cap. 1. p. 13-41.
- _____. *Tristes Trópicos*. 5. reimpressão. Tradução de Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda / Companhia das Letras, 2004. 400 p.
- LINHARES, Maria Y. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 165-184.
- MACIEL, Laura A. *A nação por um fio – caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”*. 1997. 319 f. Tese (Doutorado em História) – EDUC/PUC, São Paulo.
- MALDI, Denise. *A etnia contra a nação*. Cuiabá: Editoria Universitária da UFMT, 1995. 64 p.
- MANGOLIM, Olívio. *Povos indígenas no Mato Grosso do Sul: viveremos por mais 500 anos*. Campo Grande: CIMI/MS, 1993. 120 p.
- MATTOSO, José. *A escrita da história: teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988. 214 p.
- MEIHY, José C. S. B. *Canto de morte Kaiowá: história oral de vida*. São Paulo: Vozes – Edições Loyola, 1991. 303 p.
- MIRANDA, Mariza S. Terenos: a realidade de um sonho. In: BORGES, Fernando T. de M.; PERARO, Maria A. *Sonhos e pesadelos na história*. Cuiabá: EdUFMT, 2006. p. 71-84.

MONTEIRO, John M. *De índio a escravo: a transformação da população indígena de São Paulo no século XVII*. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 30, 31 e 32, 1989. p. 151-174.

_____. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy L.; GRUPIONI, Luís D. B (Org). *A temática indígena na escola*. 4. ed. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 2004. p. 221-236.

MOURA, Noemia dos. S. P. *UNIEDAS: o símbolo da apropriação do protestantismo norte- americano pelos Terena (1792-1993)*. 2001. 154 f. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: UFMS.

MURA, Fábio. O Tekoha como categoria histórica: elaborações culturais e estratégias Kaiowa na construção do território. *Fronteiras – Revista de História da UFMS*, Campo Grande, v. 8, n. 15, p. 109-143, jan./jun. 2004.

NEVES, Joana. *Um porto para o pantanal - a fundação de Aquidauana: civilização e dependência*. Campo Grande: UFMS, 2007. 156 p.

OBBERG, Kalervo. *A economia Terena no Chaco*. Terra Indígena, UNESP, Araraquara, n. 55, p. 20-39, abril/junho.1990.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Terras indígenas, economia de mercado e desenvolvimento rural. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João (Org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 1998. p. 43-68.

_____. *Ensaaios em antropologia Histórica*. Prefácio de Roberto C. de Oliveira. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1999. 269 p.

_____. Muita terra para pouco índio? uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: SILVA, Aracy L da.; GRUPIONI, Luís D. B. (Org). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. 4. ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC: MARI: UNESCO, 2004. p. 61-86.

PEREIRA, Levi M. *Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*. No prelo. UFGD. Dourados: 2008. 168 p.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela. C. da (Org). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: FAPESP/SMC/Companhia das Letras, 2002. p.115-132.

POMBO, Rocha. *História do Brasil*. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1960. 502 p.

POMER, León. *Paraguai: nossa guerra conta esse soldado*. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1985. 64 p.

PUNTONI, Pedro L. O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István. (Org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo-Ijuí: Hucitec/Unijuí, 2003. p. 633-675.

QUEIROZ, Paulo R. C. *As curvas do trem e os meandros do poder – o nascimento da estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*. 1997. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

_____. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru: EDUSC; Campo Grande: Ed. UFMS, 2004. 528 p.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização – a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. 498 p.

RIBEIRO, Renato A. *Taboco – 150 anos: balaio de recordações*. Campo Grande: Prol Editora Gráfica Ltda, 1984. 233 p.

ROBBA, Cláudio. *Aquidauana ontem e hoje*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1992. 147 p.

ROHDE, Richard. Algumas notícias sobre a tribo indígena dos Terenos. *Terra Indígena*, UNESP, Araraquara, n. 55, p. 11-17, abr./jun. 1990.

RONDON, Cândido M. da S. *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906. Comissão de linhas telegráficas do Estado de Mato Grosso, apresentado às autoridades do Ministério da Guerra*. Rio de Janeiro: Depto de Imprensa Nacional, 1949. 333 p.

RUSSI, Gerson C. *Subsídios para o estudo de uma região: Aquidauana*. Aquidauana-MS: UFMT-CPA, 1975. 53 p.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 166 p.

SCHUCH, Maria E. J. *Xaray e Chané: índios frente à expansão espanhola e portuguesa no Alto Paraguai*. 1995. 87 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS. São Leopoldo.

SGANZERLA, Alfredo. *A história do Frei Mariano de Bagnaia: missionário do pantanal*. Campo Grande: FUCMT, 1992. 464 p.

SILVA, Fernando A. Mudança Cultural dos Terena. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo: vol. 3, p. 271-379, 1948.

SILVA, Verone C. da. *Missão, Aldeamento e Cidade. Os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819 – 1901)*. 2001. 162 f. Dissertação (Mestrado em História). Cuiabá: UFMT,

SIQUEIRA, Elizabeth M. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Editora Entrelinhas, 2002. 272 p.

SOUZA LIMA, Antonio C. de. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995. 367 p.

_____. O Governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela. C. da (Org). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: FAPESP/SMC/Companhia das Letras, 2002a. p.155-172.

_____. *Diversidade cultural e política indigenista no Brasil*. Tellus, Campo Grande, v. 2, n. 3, p.11-31, 2002b.

SQUINELO, Ana P. *A Guerra do Paraguai, essa desconhecida: ensino, memória e história de um conflito secular*. 2. ed. Campo Grande: UCDB, 2003. 144 p.

TAUNAY, Visconde de. *Campanha de Matto Grosso: cenas de viagem*. 2. ed. São Paulo: Livraria do Globo, Irmãos Marrano, 1923. 210 p.

_____. *Entre os nossos índios*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1931. 135 p.

_____. *A retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguai*. 14. ed. Tradução de Affonso de E. Taunay. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1952. 202 p.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 231 p.

VARGAS, Vera L. F. *A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção*. 2003. 145 f. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: UFMS.

_____. Os índios Terena e a Guerra contra o Paraguai (1864-1870). *Anais Eletrônicos do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina, ANPUH/UDEL, p.1-8, 2005.

VASCONCELOS, Cláudio A. de. *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da colônia Várzea Alegre (1957-1970)*. 1986. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP. Assis.

_____. *A questão indígena na Província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: Ed.UFMS, 1999. 159 p.

VIEIRA, Jorge. Os Terena de Cachoeirinha lutam para retomar seu território. CIMI/MS, *Revista Porantim*, Brasília-DF: ano XXVI – n. 264, p. 6-7, abril/2004.

VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: São José, 1958. 351 p.

ZORZATO, Osvaldo. “Civilizadores de Índios”: os agentes do sertão na historiografia de Mato Grosso. Campo Grande: *Fronteiras – Revista História UFMS*, vol. 2, n. 4, p. 171-201, jul/dez, 1998a.

_____. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998b. 181 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.

Autorizo a reprodução não comercial deste trabalho.

Dourados, Dezembro de 2008.

ADILSO DE CAMPOS GARCIA